

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

“O BARCO DA EDUCAÇÃO”:
História, Cotidiano e Educação em Santa Rosa do Purus - AC

ADELMAR SANTOS DE ARAÚJO

GOIÂNIA
2009

ADELMAR SANTOS DE ARAÚJO

“O BARCO DA EDUCAÇÃO”:

História, Cotidiano e Educação em Santa Rosa do Purus - AC

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa

Goiânia

2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) (GPT/BC/UFG)

Araújo, Ademar Santos de.

A663b “O barco da educação” [manuscrito]: história, cotidiano e educação em Santa Rosa do Purus - AC / Ademar Santos de Araújo. – 2009.

116 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2009.

Bibliografia: f. 110-116.

1. Educação – Santa Rosa do Purus (AC) 2. Educação escolar – História
I. Pessoa, Jadir de Moraes II. Universidade Federal de Goiás.
Faculdade de Educação. III. Título.

CDU: 37(811.2)

ADELMAR SANTOS DE ARAÚJO

“O BARCO DA EDUCAÇÃO:

História, Cotidiano e Educação em Santa Rosa do Purus - AC

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Mestre, aprovada em 22 de junho de 2009, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa - UFG
Presidente da Banca

Profª Drª Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel – UFAM

Profª Drª Cátia Regina Assis Almeida Leal – UFG/Campus Jataí

Aos meus pais queridos,

*Assis Anute de Araújo e Maria do Carmo
Pereira dos Santos*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Jadir de Moraes Pessoa, por seus ensinamentos e por confiar que esse trabalho seria possível.

Ao professor José Adelson Cruz, pela paciência e rigor nos encontros da “Orientação Coletiva” e pela leitura do texto e contribuições no exame de qualificação.

A professora Cátia Regina Assis Almeida Leal, pela leitura dos manuscritos e por suas contribuições na qualificação.

Ao meu amigo e colega do mestrado Wilton da Conceição Alves, pelas discussões fraternas e pelo incentivo.

TÍTULO: Extraído da fala de um dos informantes da pesquisa (cf. p. 98). Entenda-se “*O Barco da Educação*” como metáfora, barco que precisa ser bem conduzido, com zelo e dedicação para que não corra os riscos de afundar, ser levado pela correnteza, ou simplesmente perder-se no vai-e-vem do remanso do rio da vida

ARAÚJO, Ademar Santos de. 2009. 116f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). "O Barco da Educação": história, cotidiano e educação em Santa Rosa do Purus-AC. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

RESUMO

A dissertação "*O BARCO DA EDUCAÇÃO*": História, Cotidiano e Educação em Santa Rosa do Purus é resultado de uma pesquisa empreendida junto à Linha de Pesquisa Educação, Trabalho e Movimentos Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/UFG. Investigou-se nessa pesquisa a relação entre história e vida cotidiana dos ribeirinhos do Alto Purus, a partir de meados do Século XX, buscando compreender o tensionamento macro-micro/história e como a educação escolar se expressa nesse processo, sobretudo a partir de 1992, ano da criação do município de Santa Rosa do Purus-AC. A pesquisa de campo foi realizada entre janeiro e outubro de 2008 em Santa Rosa do Purus, por meio de entrevistas semi-estruturadas, indagando sobre a vida escolar dos filhos de antigos e novos moradores do município. O referencial teórico prioritário tem como base os estudos de cotidiano em Agnes Heller, Henri Lefebvre, Fernand Braudel, Sônia Penin e Jadir Pessoa. A realização da pesquisa permitiu constatar que a partir da criação de Santa Rosa do Purus, a educação escolar expressou o desenvolvimento da região e, embora não tenha sido a mola propulsora, ajudou a população ribeirinha a criar novas perspectivas de melhoria das condições de vida no Alto Purus.

Palavras-chave: história; cotidiano; educação em Santa Rosa do Purus-AC

ARAÚJO, Ademar Santos de. 2009. 116f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). "The Education Boat": history, life and Education in Santa Rosa do Purus-AC, Brazil. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

ABSTRACT

The dissertation "THE EDUCATION BOAT": History, Life and Education in Santa Rosa do Purus is the result of taken near of Research Education Line, Work and Social Movements of the Graduate Program in Education of the FE / UFG. The relationship between history and everyday life of bordering of Alto Purus, was investigated in the research, from the middle of the twentieth century, trying to understand the tension macro-micro/history and how the school education is expressed in the process, particularly from 1992 , year that was established the municipality of Santa Rosa do Purus-AC. The fieldwork was done between January and October 2008 in Santa Rosa of Purus, with semi-structured interviews, inquiring about the school life of children of old and new residents of the municipal district. The main theoretical referencial is based on daily life studies in Agnes Heller, Henri Lefebvre, Fernand Braudel, Sônia Penin and Jadir Pessoa. With this research it cold be perceived that from the creation of Santa Rosa do Purus, the education school expressed the development of the region, although it has not been the main fact, it helped this population create new prospective to the improvement of living conditions in Alto Purus.

Key words: history; life; education in Santa Rosa do Purus-AC

LISTA DE QUADRO E ILUSTRAÇÕES

Quadro 01- Informantes e Condição de Vida Escolar da Família	83
--	----

ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 – Localização do município de Santa Rosa do Purus no mapa do Estado do Acre	15
Ilustração 02 – Mapa da Unidade de Proteção Integral Chandless.....	71
Ilustração 03 – Rua Profiro de Moura, parte baixa da cidade de Santa Rosa do Purus.....	75
Ilustração 04 – Festa do 16º Aniversário de Santa Rosa do Purus.....	77
Ilustração 05 – Posto de Saúde Improvisado para Atendimento de doentes, início da década de 1990.....	80
Ilustração 06 – Construção de Casas Populares, década de 1990.....	82
Ilustração 07– Escola Municipal Antônia Fernandes de Moura, a primeira escola do município (em reforma em 2008).....	85
Ilustração 08 – Escola Estadual de Ensino Fundamental.....	86
Ilustração 09 – Escola Municipal Dr. Celso Salgado.....	86
Ilustração 10 – Centro de Cultura e Florestania de Santa Rosa do Purus.....	88
Ilustração 11 – Escola Jovem Padre Paulino Maria Baldassari (Escola Estadual de Ensino Médio).....	89
Ilustração 12 – Escola Municipal (Rural/Branco) Seringal Santa Helena.....	89
Ilustração 13 – Escola Municipal Palmary (Rural/Indígena).....	90
Ilustração 14 – O Barco da Educação na Zona Rural do Município.....	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - HISTÓRIA E COTIDIANO: PARA FALAR DE RIBEIRINHOS DO ALTO PURUS.....	16
Ecos de Estrasburgo.....	19
Macro/micro-história. O cotidiano na beira do rio.....	29
CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO NO ALTO PURUS ANTES DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO PURUS.....	44
Como o indígena participou e contribuiu com a educação no Alto Purus.....	46
Escola da margem/à margem da escola.....	53
CAPÍTULO III – O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA E A EDUCAÇÃO NO ALTO PURUS.....	69
O que ficou de um tempo antigo.....	77
Em busca de trabalho/ O (re) encontro com a escola.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110

INTRODUÇÃO

Todo o escrito tem uma história do que escreve.
Carlos Rodrigues Brandão, *Partilha da vida*.

As palavras que melhor encontrei para iniciar esta introdução foram buscadas em Brandão. Esta dissertação, como todo trabalho, não nasceu por acaso. Nasceu de um esforço oriundo de uma experiência pessoal, que a princípio não pensei que fosse mexer tanto com a minha vida pessoal e profissional. O futuro estava diante dos meus olhos e eu sequer sabia vê-lo, olhá-lo ao longe, contemplá-lo; eu sequer contava com alguma possibilidade nesse sentido. Talvez a pouca idade explique razoavelmente, mas eu não era tão jovem a ponto de não pensar no futuro. Claro que eu matutava, mas pensava de uma maneira que, hoje entendo, estava no sentido oposto à minha origem e história de vida; são nossas experiências passadas e presentes que vão nortear o nosso futuro, não digo que não há exceções, mas acredito que no geral é assim.

Meu primeiro contato com Santa Rosa do Purus se deu em princípio de 1994. Fiquei cerca de um mês. Além dos familiares, as belezas da natureza foram as únicas coisas que me prendiam atenção, em que pesem as perturbações provocadas pelos mosquitos. Em janeiro do ano seguinte, por ocasião de um concurso para professor de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental retornei ao município, onde fui aprovado e contratado para trabalhar. Fiquei muito feliz com a conquista, aos dezoito anos tinha o meu primeiro emprego como concursado. Porém meus planos de ficar naquele lugar se restringiam ao tempo necessário de conseguir algo melhor, fora dali. Foi exatamente o que aconteceu e no ano seguinte fui embora. Queria continuar meus estudos, mas lá não havia condições.

Contudo, o ano que eu trabalhei em Santa Rosa do Purus foi muito proveitoso e tive um importante aprendizado. Devo dizer que foi daí que se originou o meu interesse em pesquisar na região; pesquisa que resultou no texto que apresento ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás - UFG.

Eu lecionava na cidade, mas às vezes eu era designado a desenvolver alguma atividade na zona rural. O ano de 1995 foi o ano em que fui encarregado de descer o rio, de localidade em localidade, inscrevendo candidatos interessados em participar de uma seleção para professores da zona rural. O objetivo da prefeitura era empossar os aprovados na ocasião de inauguração das escolas que estavam sendo construídas nas principais localidades da zona

rural do município de Santa Rosa do Purus. Os candidatos e futuros professores deveriam ser das próprias localidades, fossem elas aldeias de índios ou antigos seringais, entre outras comunidades.

O concurso para professores da zona rural foi realizado e os aprovados, índios e não índios foram empossados de acordo com os planos da prefeitura, no que diz respeito à inauguração das escolas.

A questão fundante deste trabalho foi posta numa dupla pergunta: a) como o processo histórico acontecido no Alto Purus revela a relação entre micro e macro-estruturas, macro e micro-história ao longo das mudanças, ainda que lentas ocorridas durante o século XX na região, sobretudo a partir da segunda metade, e como influenciaram a vida cotidiana dos ribeirinhos do Alto Purus; e b) como a educação fez parte do cotidiano ribeirinho do Alto Purus a partir da criação do município de Santa Rosa do Purus no referido processo, como a educação aparece na relação dialética entre macro e microestruturas, na imbricação tencionada entre macro e micro-história do Alto Purus.

Refletir o processo histórico de Santa Rosa do Purus, sua vida cotidiana numa perspectiva da relação macro-micro, e compreender como a educação escolar se constitui e é instituída requer traçar um quadro capaz de demonstrar como as diferentes formas educativas formaram a consciência no Alto Purus através das relações estabelecidas entre os homens consigo mesmos e com a natureza. Digo isto com a clareza de que o sistema escolar não é o único responsável pela educação das pessoas de um determinado grupo ou região. E, sem negligenciar a educação escolar, foi com o foco numa concepção de educação mais ampla que pensei este trabalho.

Foram utilizados relatos orais, depoimentos, literatura amazônica de um modo geral, documentos oficiais e não oficiais; Atas de Sessão da Câmara de Vereadores do Município de Santa Rosa do Purus; arquivos (guardados) e projetos da Secretaria Municipal de Educação, inclusive os concernentes aos cursos de aperfeiçoamento dos professores rurais e urbanos. Além disso, tive acesso a acervos fotográficos públicos e particulares, entre outros.

Assim, busquei compreender o processo histórico do Alto Purus durante o período da segunda metade do século XX aos dias atuais e o papel da educação nesse processo, sobretudo a partir de 1992, ano da fundação do município de Santa Rosa do Purus, através da relação macro/micro do cotidiano

ribeirinho daquela região. Para tanto foi necessário reconstituir a história do município de Santa Rosa do Purus; estudar o cotidiano no Alto Purus na perspectiva da relação dialética entre macro e microestruturas, macro e micro-história, de acordo com Lefebvre (1991), Heller (2004), Penin (1995), Pessoa (1997b), Martins (1996), entre outros, bem como os teóricos da história nova e estudiosos da Escola dos *Annales*: Le Goff e Nora (1976), Le Goff (2001), Burke (1990), e outros autores; discutir vida cotidiana e cotidianidade no Alto Purus; identificar os tipos sociais do Alto Purus, conforme Tocantins (1979); relacionar a criação do município de Santa Rosa e educação no Alto Purus.

Foram realizadas entrevistas com antigos e novos moradores, no total de 28 pessoas (cada uma de uma família) em três tipos de famílias, às quais perguntei:

Família 1- Família Antiga: a) Se os filhos estudaram: onde/como e b) Se os filhos não estudaram: por quê?(Condições da escola e não escola) (Escolarização e não escolarização) (Fase anterior à criação do município).

Família 2- Família com os filhos em idade escolar na época da criação do Município: a) Se os filhos estudaram e b) Se estudaram, o que esses filhos estão fazendo hoje (2008); trabalham em que e onde; se saíram do município, saíram por quê? Os que ficaram fazem o que?

Família 3- Família com crianças e adolescentes em idade escolar hoje (2008): a) Se os filhos estão na escola; b) Se estão na escola da cidade ou se na escola da zona rural, c) O que esperam dos filhos quando terminarem a escolarização em Santa Rosa do Purus/ o que esperam do futuro dos filhos?

Na busca pelo controle da relação social, pesquisador e atores (RANCI, 2005), optei por uma entrevista aberta, mas mantendo a estrutura do quadro que apresentei acima, deixando o informante à vontade.

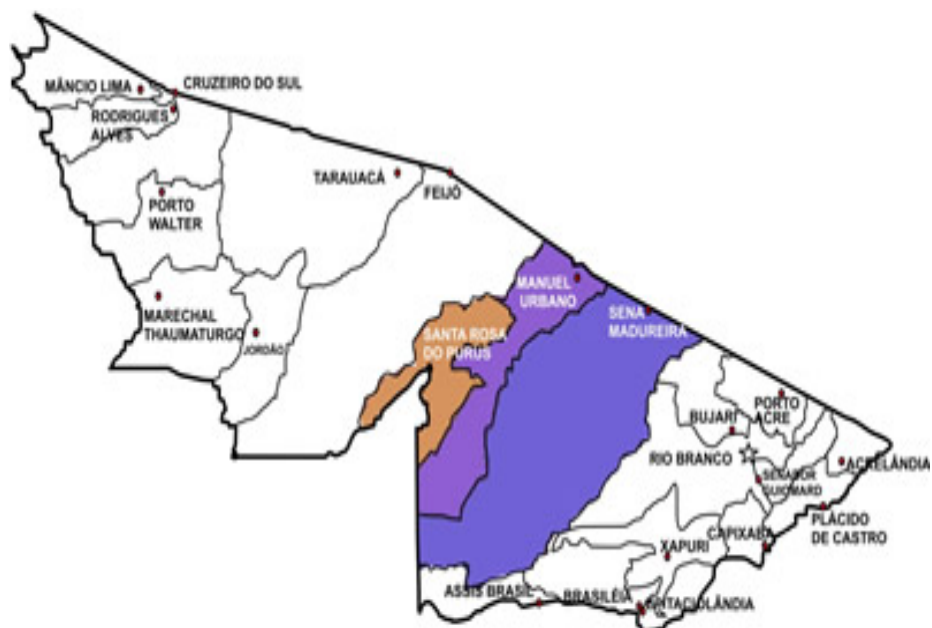
O presente texto está dividido da seguinte maneira: no primeiro capítulo apresento uma discussão acerca das mudanças que ocorreram na região do Alto Purus entre o período da segunda metade do século XX ao ano de 1992, data da criação do município de Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre. Esse município abrange uma área que vai da foz do rio Chandless à foz dos rios Santa Rosa, à margem esquerda e Chambuiaco, à margem direita do rio Purus. Fiz, então, um percurso historiográfico no sentido de compreender como a “nova

história” e as ciências sociais lidam com questões relacionadas ao cotidiano e de que maneira me ajudaram a compreender o objeto estudado. Daí, o título do capítulo 1: “História e cotidiano: para falar de ribeirinhos do Alto Purus”.

O segundo capítulo demonstra como foi a vida educacional do ribeirinho antes da criação do município de Santa Rosa do Purus, e, por conseguinte, antes da introdução de uma educação escolar na região, conforme Brandão (1983a; 1983b), entre outros autores. Procurei compreender as diversas formas sociais e culturais pelas quais os ribeirinhos ensinam e aprendem cotidianamente; uma cultura que nasce e se reproduz antes do ambiente escolar, e, sob a qual os agentes sociais têm algo a dizer e procuram fazer com que o que dizem faça sentido, conforme Braudel (1997), Pessoa (2005), entre outros.

No terceiro capítulo estudo a história, o cotidiano e a educação no município de Santa Rosa do Purus, retomando os dois primeiros capítulos. Daí, então, discuto a criação do município numa relação entre as dimensões micro e macro-históricas e as implicações da educação escolar - com base, entre outros autores, em Pessoa (1997b), Severino (1985; 2005) - na vida dos ribeirinhos e dos moradores da cidade de Santa Rosa do Purus, enquanto cidadãos fronteiriços (fronteira Brasil/Peru). Veja a localização de Santa Rosa do Purus no mapa a seguir.

Ilustração 01- Localização do município de Santa Rosa do Purus no mapa do Estado do Acre



Disponível em <http://webcarta.net/carta/mapa.php?id=785&lq=pt>. Acesso em 19/05/2009.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA E COTIDIANO: PARA FALAR DE RIBEIRINHOS DO ALTO PURUS.

Um dos encantos da história foi e é, ainda, o que denominamos história do cotidiano. Até recentemente, quando se falava em história do cotidiano, a expressão trazia consigo uma herança pesada de desconfiança e mesmo de desprezo, como se se tratasse de uma história de baixo nível, pois de alguma maneira ela se contrapunha ao que se chamava de história científica.

Nilo Odalia.

O traçado histórico do rio Purus instiga curiosidade e imaginação. Por exemplo, já com os cronistas religiosos do século XVII, contexto da “descoberta do rio das amazonas”, surgem os primeiros registros escritos, o batismo do Purus como “o rio dos gigantes” (ACUNÃ, 1941). A lenda torna o Purus famoso na Europa e, no início do século XVIII, em 1703, o primeiro geógrafo da Academia Real de Ciências de Paris, Guillaume d’Isle esboça um suposto curso fluvial do rio habitado por homens gigantes, abastados, ricos em ouro (TOCANTINS, 1979; CUNHA, 1966). Os gigantes lendários despertaram, também, a imaginação e o temor de Spix e Martius, dois naturalistas alemães que passaram pela boca do Purus no início do século XIX. Em “Viagem pelo Brasil” escreveram: “[...] todos ainda em estado de absoluta selvageria e conhecidos por sua perfídia [...] Ninguém se aventura ainda a fundar missões no Purus” (*Apud* TOCANTINS, 1979, p. 107). Lembrado pela riqueza, ou pela barbárie de seus primeiros habitantes, ou ambas as insinuações, Euclides da Cunha (1966, p. 707) tem razão quando escreve que “O Purus foi desde o começo vitimado pelos antigos cronistas”. Entretanto, ao discorrer acerca do “povoamento” do Purus, Euclides da Cunha enaltece pelo menos um dos “três ídolos da tribo dos historiadores”, o “ídolo individual”, conforme François Simiand (1873-1935)¹. Para Euclides da Cunha os primeiros povoadores do rio Purus são devedores de Manuel Urbano da Encarnação, “[...] um homem que os próprios antecedentes étnicos aparelhavam a fundar a sociedade nova na paragem recém-desvendada” (CUNHA, 1966, p. 721).

¹ François Simiand foi economista, sociólogo e professor do *Collège de France* de 1932 a 1935, ano de sua morte. Publicou pela primeira vez o ensaio “Método histórico e ciência social. Estudo crítico das obras recentes dos senhores Lacombe e Seignobes” (1903) na *Revue de synthèse historique*, dirigida por Henri Berr, posteriormente o ensaio foi republicado pelos *Annales, économies, sociétés, civilisations* (1960), entre outras. A referência que cito aqui é da publicação brasileira dos cem anos da obra. SIMIAND, François. Método histórico e ciência social, trad., José Leornado do Nascimento, Bauru-SP: EDUSC, 2003. “1º O ‘ídolo político’ - o estudo predominante, ou pelo menos a preocupação permanente com a história política, das guerras, etc., a ponto de conferir a estes acontecimentos uma importância exagerada (p. 111) ... 2º O ‘ídolo individual’, ou o hábito inveterado de conceber a história como uma história dos indivíduos e não do estudo dos fatos – que a conduz a ordenar as pesquisas e os trabalhos em torno de um homem, no lugar de ordená-los em torno de uma instituição, de um fenômeno social, de uma relação a ser estabelecida (p. 112) ... 3º O ‘ídolo cronológico’ - o hábito de perder-se em estudos das origens, nas investigações particulares, no lugar de estudar e de compreender primeiro o tipo normal, pesquisando-o e determinando-o na sociedade e na época em que se encontra” (p. 113). Sobre esse autor Jacques Le Goff (2001, p. 41) escreveu: “Simiand possui vários títulos para apresentar como aval de seus vínculos com a história nova [...] preparou a problemática da ‘Revue de synthèse historique [...] inspirador dos Annales”.

Não podemos, todavia, atribuir a Euclides da Cunha a exclusividade pela propagação de uma história tradicional, factual, dos “grandes homens” e acontecimentos no rio Purus. A região do Alto Purus², por exemplo, está geográfica e oficialmente dividida, marcada por grandes nomes emprestados a rios e cidades, como Chandless, Manoel Urbano, Sena Madureira etc.

O Purus, ao longo de seus 3.500 km de extensão, sobretudo a região do Alto Purus, foi significativamente marcado pelos tempos áureos da borracha nos períodos compreendidos entre a segunda metade do século XIX e os treze primeiros anos do século XX, aproximadamente, e, também, durante a Segunda Guerra Mundial. Foram tempos de grande efervescência nos barracões, nas sedes dos seringais, nas casas aviadoras de Manaus e Belém, interligadas aos grandes bancos internacionais.

Contudo, o nosso foco histórico cronológico neste capítulo vai de meados do século XX ao ano de 1992, data da fundação do município de Santa Rosa do Purus. É um outro tempo, longe das efervescências provocadas pela economia da borracha. Acrescente-se a isso o fato de que nem toda a região do Alto Purus contou com a formação natural de seringais. Mas isso não significa a eliminação do seringueiro. O seringueiro é sujeito importante para se compreender a história do Alto Purus. E, se em muitos casos faltou a seringueira e a castanheira, o ribeirinho do Alto Purus trabalhou na extração de madeira, utilizou-se da caça para seu consumo diário e para vender “pele de fantasia”, bem como da pesca do pirarucu e outros peixes, trabalhos realizados por índios e brancos.

Compreender esse ribeirinho é compreender um homem comum principalmente se se levar em conta seus modos de obtenção dos meios básicos de vida. Nesse sentido, buscou-se uma definição do campo teórico/epistemológico em que faz sentido falar de cotidianidade entre os ribeirinhos do Alto Purus. Pois,

Como mostra Henri Lefebvre no conjunto de sua obra, mas também Agnes Heller em vários de seus livros, não ignorar a vida cotidiana é o ponto de partida para decifrar

² O Alto Purus é uma região bem maior, mas, para efeitos desse trabalho, estou considerando o trecho entre a foz do rio Chandless e a foz do rio Chambuiaco, o *igarapé*, acima da cidade de Santa Rosa do Purus.

sociologicamente o possível. Decifrá-lo na trama que enreda o repetitivo nos desafios e possibilidades do que não se repete, da História que na própria vida cotidiana propõe e define a práxis criativa que transforma (MARTINS, 2008, p. 12).

Falar da história do Alto Purus é de alguma maneira, buscar compreender o rio como organizador da vida das pessoas que lá habitam. É falar, em suma, do seu cotidiano, na perspectiva da relação dialética entre micro e macro-estruturas, macro e micro-história, o “murmúrio e o grande ruído”. Para um estudo como esse, “[...] impõe-se a escolha de uma perspectiva historiográfica que tenha uma relação estreita, não apenas com a visão do cotidiano aqui escolhida (macro e microestrutural), mas com as Ciências Sociais de maneira geral” (PESSOA, 1997b, p. 63).

Ecoss de Estrasburgo...

Nilo Odália, no final da apresentação da edição brasileira do livro de Peter Burke (1990, p. 9), “*A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução francesa da historiografia*” escreve que Peter Burke “[...] nos permite tomar conhecimento e compreender porque todas as grandes questões da historiografia contemporânea passam necessariamente pelos historiadores vinculados direta ou indiretamente, à *História Nova*”. O século XX proporcionou calorosos debates acerca da renovação historiográfica ocorrida a partir dos 1900, sobre a qual Jacques Le Goff (2001, p. 29) assinala:

Sobretudo, a história nova já tem uma tradição própria, a dos fundadores da revista ‘*Annales d’histoire économique et sociale*’. Quando Lucien Febvre e Marc Bloch lançaram em Estrasburgo, em 1929, uma revista que retomava, modificado, um velho projeto de Lucien Febvre de uma revista internacional de história econômica que abortara, suas motivações eram de várias ordens.

Mas, é claro, a “Escola dos Annales” não foi o primeiro nem o único sujeito reivindicador de uma história nova, alguns estudiosos importantes podem

ser associados a tal reivindicação, desde o século XVIII. Dentre os estudiosos Jacques Le Goff (2001, p. 37 – 42) destaca os nomes e estudos de Voltaire, “Novas considerações sobre a história” (1744); Chateaubriand, “Estudos históricos” (1831); Guizot, “Curso de história moderna: história da civilização na Europa, desde a queda do império romano até a Revolução Francesa” (1828); Michelet, “História da França” (1869) e o já citado anteriormente, economista e sociólogo Simiand. Todo esse acúmulo histórico-teórico foi recebido de bom grado pelos fundadores e seguidores dos “*Annales*”.

O início do século XX apresenta uma nova realidade histórica, a Europa não se sustentava mais como o “centro do mundo”, o termo “civilização” foi substituído por “civilizações” (REIS, 1996), acompanhando o percurso da expansão capitalista mundo a fora. Acontecera em Estrasburgo o encontro de dois jovens historiadores, fundadores da “Escola dos Annales”: Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Bloch (1886-1944). “Quando Febvre e Bloch se encontraram em 1920, logo após as suas nomeações como professor e *maître de conférences* respectivamente, rapidamente tornaram-se amigos” (BURKE, 1990, p. 27). Entre 1920 e 1933 a dupla fundadora da “Escola dos Annales” encontrou-se diariamente por um período essencial para a vida futura do movimento que nascia. Febvre e Bloch, segundo o autor, “[...] estavam cercados por um grupo interdisciplinar extremamente atuante. Daí a importância de reforçar-se o ambiente em que se formou o grupo”. Sobre este ponto, pondera uma professora francesa:

Existe uma certa injustiça em reduzir a história intelectual dos Annales à apresentação de dois homens e sua obra; seria preciso também apresentar como participantes dessa aventura intelectual pessoas como Henri Pirenne, Jules Sion, Albert Demangeon, Maurice Halbwachs, etc. Esta decisão, se justifica pela influência que aqueles dois homens exerceram sobre diversas gerações de historiadores. (CAIRE-JABINET, 2003, p. 124).

A perspectiva assumida por Febvre e Bloch recusava os objetos da história tradicional, novos objetos foram criados, construídos. Rejeitaram “[...] fundamentalmente, a história política, que era a história a serviço dos Estados

nacionais: seus heróis, sua batalha, sua diplomacia, suas pretensões imperialistas” (REIS, 1996, p. 68). Adotaram a escrita de uma “outra história”, inspirada na *Revue de synthèse historique*³. Essa história se representa melhor na revista intitulada *Annales d'histoire économique et sociale*, cujo primeiro número foi lançado em 15 de janeiro de 1929, sob a direção de Lucien Febvre e Marc Bloch, acompanhados de uma grande equipe interdisciplinar. A perspectiva de uma reflexão econômica e social marcou o primeiro número dos *Annales*. O lançamento da revista representou uma verdadeira revolta de ex-alunos contra seus antigos mestres. A revista recebeu quatro títulos. De 1929 a 1939, foi chamada *Annales d'histoire économique et sociale*; de 1939 a 1942, *45 Annales d'histoire sociale*; 1942 a 1944, *Mélanges d'histoire sociale*; a partir de 1946, *Annales: économies, sociétés, civilisations* (BURKE, 1990).

A “Escola dos Annales” teve três gerações. Febvre e Bloch, os pioneiros, situam-se na primeira geração. O primeiro combate foi contra a história política, uma história-narrativa, dos grandes acontecimentos, uma história fatural (LE GOFF, 2001). Defenderam uma história problemática.

Os *Annales* começaram como uma revista de seita herética. ‘É necessário ser herético’, declarou Febvre em sua aula inaugural, *Oportet haereses esse* [...] Depois da guerra, contudo, a revista transformou-se no órgão oficial de uma igreja ortodoxa. Sob a liderança de Febvre os revolucionários intelectuais souberam conquistar o *establishment* histórico francês. O herdeiro desse poder seria Fernand Braudel. (BURKE, 1990, p. 43).

A segunda fase, segunda geração dos *Annales* foi liderada por Fernand Braudel (1902-1985). Por várias razões Braudel é considerado o “pai fundador” da “nova história”.

Homem de poder e excelente administrador, ele domina durante mais de vinte anos (1946-1968) as estruturas institucionais que

³ “Em 1900, Henri Berr funda a *Revue de synthèse historique*, a qual exhibe essa nova tendência que recusa um discurso limitado à simples narração. Colaboradores de todas as tendências participam, entusiasmados, da iniciativa: geógrafos cerram fileiras em torno de Paul Vidal de la Blache, sociólogos com Émile Durkheim, psicólogos com Henri Wallon, economistas, historiadores enfim, e em particular Lucien Febvre e Marc Bloch.” (CAIRE-JABINET, 2003, p. 112).

enquadram a pesquisa histórica na órbita dos *Annales*. Agregado em 1923, exerce o magistério na Argélia até 1932 e daí descobre o Mediterrâneo, seu espaço, sua identidade. A ele dedicará sua tese, sob a orientação de Lucien Febvre, que reconhece nele um discípulo de talento. Uma estada no Brasil entre 1935 e 1937 abre-lhe horizontes que vêm complementar sua abordagem geográfica da história” (CAIRE-JABINET, 2003, p. 131).

Como vimos anteriormente, a “história nova” tem uma história, Jacques Le Goff (2001) demonstrou que a ela podem ser associados vários estudiosos do século XVIII em diante. Mas é com os *Annales* que ela é, por assim dizer, melhor sistematizada, defendida e reivindicada abertamente a um público mais esclarecido, conseqüentemente, mais crítico, mais exigente. Voltaire, por exemplo, criticou veementemente o “Antigo Regime”, e a produção da história. Mas dificilmente seus escritos, na época, foram lidos para além daqueles a quem as críticas eram destinadas: o caso da igreja e da nobreza, nem todos os nobres eram leitores; do Estado e de seus “historiadores”. Braudel, embora tenha escrito, na condição de prisioneiro de guerra, e por isso valeu-se de sua prodigiosa memória, sua tese intitulada “*O mediterrâneo na época de Filipe II*”, foi beneficiado por um acúmulo histórico, teórico-metodológico fundamental. Sua tese, entre outros escritos, foi gestada de acordo com perspectiva historiográfica definitivamente aberta para novos horizontes, inspirada, entre outras ciências, pela geografia e economia, apresentada em primeira mão a um público especializado de historiadores e, conseqüentemente, às ciências sociais de maneira geral.

A influência da geografia é visivelmente marcante na obra de Braudel, sobretudo na tese sobre “*O Mediterrâneo*”. Na primeira parte da tese, ele descreve montanhas e planícies, litorais e ilhas, climas, rotas terrestres e marítimas. Não se trata apenas de uma descrição física do meio, mas das relações do homem com o meio. Em suma, a cultura e a sociedade da região. Há também, uma relação entre o historiador e o meio, a região por ele estudada, expressa nas seguintes palavras de Braudel, “Amei o Mediterrâneo apaixonadamente, sem dúvida porque sou um homem do Norte”. (*Apud* BURKE, 1990, p. 4). A “geo-história” braudeliiana visa “[...] demonstrar que todas as características geográficas têm sua história, e que tanto a história dos

acontecimentos quanto a história das tendências gerais não podem ser compreendidas sem elas” (BURKE, 1990, p. 49-50). Além disso, a obra de Braudel traz a proposta de uma diversidade de abordagens sobre o tempo: “[...] a longa duração, uma história imóvel das relações entre o homem e o espaço; uma história das estruturas – sociais, econômicas, demográficas” (CAIRE-JABINET, 2003, p. 131), e numa entrevista concedida a Peter Burke, em 1977, Braudel exclamou: “Meu grande problema, o único a resolver, é demonstrar que o tempo avança com diferentes velocidades”. (*Apud* BURKE, 1990, p. 52).

Contudo, *O Mediterrâneo* de Braudel passou por algumas avaliações. Embora tenha sido mais elogiado do que criticado, Peter Burke (1990, p. 51) afirma que “Houve, porém, críticas, algumas delas convincentes, procedentes dos Estados Unidos e de outros países”. A respeito do “determinismo” braudeliano, H. J. Eliot (1973) escreve que “O Mediterrâneo de Braudel é um mundo insensível ao controle humano” (*Apud* BURKE, 1990). De acordo com Peter Burke o próprio Braudel afirmou: “Quando penso no indivíduo, sou sempre inclinado a vê-lo como prisioneiro de um destino sobre o qual pouco pode influir”. E pondera o autor,

É justo, porém, acrescentar que o determinismo braudeliano não é simplista: prova-o sua insistência na necessidade de explicações pluralistas; seus críticos, por outro lado, ao rejeitarem seu determinismo, nada oferecem de preciso ou construtivo. O debate sobre os limites da liberdade e do determinismo é um daqueles que deverão permanecer até quando a historiografia existir. (BURKE, 1990, p. 53).

Para Jacques Le Goff (2001, p. 27) “Toda forma de história nova é uma tentativa de história total”. E, apesar dos avanços, do alargamento em direção a uma “etno-história” sem fronteiras, afirma esse autor, “Ela se afirma como história global, total, reivindica a renovação de todo o campo da história”. Nesse ponto Peter Burke enfatiza “outra lacuna” em *O Mediterrâneo*. “Apesar de sua aspiração de atingir o que chamava de ‘história total’, Braudel pouco tinha a dizer sobre atitudes, valores, ou *mentalidades coletivas*, mesmo no capítulo dedicado a ‘Civilizações’. Nisso diferia enormemente de Febvre”. (BURKE, 1990, p. 51).

Fernand Braudel passou quase trinta anos como o mais importante e o mais poderoso historiador francês, desde a morte de Lucien Febvre, em 1956 até a sua própria morte, em 1985. A partir de 1956, Braudel assumiu nos *Annales*, a função de diretor efetivo e líder maior. Também sucedeu Febvre como presidente da VI seção da *École*. Criou, em 1968, uma nova entidade dedicada à pesquisa interdisciplinar, a *Maison des Sciences de l'Homme*. A partir daí o 54, *Boulevard Raspail*, em Paris, tornou-se o centro de convivência entre historiadores, antropólogos do porte de Claude Lévi-Strauss, e sociólogos da qualidade de Pierre Bourdieu. Os *Annales* estavam em contato direto com as “[...] novas idéias e desenvolvimentos das ciências vizinhas”. Mesmo depois da aposentadoria, em 1972, a respeitabilidade de Fernand Braudel continuou. (BURKE, 1990, p. 56-57).

A partir de 1968 já se pode falar de uma terceira geração dos *Annales*. Em 1969, a administração dos *Annales* contou com a participação de André Burguière, Jacques Revel e Jacques Le Goff. Mesmo mantendo a raiz do projeto de Febvre e Bloch, a terceira geração dos *Annales* trabalhou para superar as limitações do “paradigma” braudeliano. Essa terceira fase não teve um líder máximo, como aconteceu às duas anteriores, com Febvre e Braudel, respectivamente.

Para Burke (1990) é mais difícil definir o perfil dessa terceira geração do que nos casos das duas primeiras. Para François Dosse trata-se de uma “história em migalhas”. Outras diferenças podem ser facilmente observadas. Nas duas gerações anteriores, na “Escola dos *Annales*” não havia presença feminina, inclusive os historiadores daquelas gerações dos *Annales* foram duramente criticados pelo movimento feminista de terem “[...] deixado as mulheres de fora da história”. (BURKE, 1990, p. 79-80).

Esta geração (a terceira), por outro lado, é mais aberta a idéias vindas do exterior. Muitos dos seus membros viveram um ano ou mais nos Estados Unidos, em Princeton, Ithaca, Madison ou San Diego [...] Novas abordagens estão ainda sendo exploradas por historiadores identificados com o movimento dos *Annales*, como este capítulo tenta demonstrar. O centro de gravidade do pensamento histórico, porém, não está mais em Paris, como seguramente esteve entre os anos 30 e 60. Inovações

semelhantes aconteceram mais ou menos simultaneamente em diferentes partes do globo (BURKE, 1990, p. 80).

A história nova ultrapassou os limites da França. Jacques Le Goff recorda que a exemplo dos *Annales* outras revistas representam a história nova, por exemplo, a revista britânica “*Past and Present*” (desde 1952); a anglo-americana “*Comparative Studies in Sociology and History*” (desde 1957). E acrescenta o autor,

Citarei ao acaso (e há vários outros) a posição de primeiro plano que ocupam em etno-história a americana Natalie Zemon Davis e o italiano Carlo Ginzburg; a brilhante escola histórica polonesa produziu, por exemplo, um dos melhores e mais inovadores historiadores dos marginais, Bronislaw Geremek, e Witold Kula renovou os modelos marxistas na história econômica e social. (LE GOFF, 2001, p. 44).

No Brasil, o historiador-sociólogo Gilberto Freyre, já nos anos 1930 antecipava a nova história dos anos 1970 e 1980, desenvolvendo tópicos como família, sexualidade, infância, cultura material etc. “A representação de Freyre da casa-grande como microcosmo e como metáfora da sociedade híbrida, agrária e escravocrata impressionou Braudel que o citou em sua obra”. (BURKE, 1990, p. 116).

De acordo com Philippe Ariès (2001), embora o “grupo dos *Annales*” fosse o mais combativo e mais bem organizado, o “grupo estrasburguês” não era o único. Personalidades independentes e solitárias desempenharam o mesmo papel pioneiro, embora tenham permanecido na obscuridade por muito tempo, exemplo, o historiador holandês Huizinga e o alemão Norbert Elias, conforme acrescenta Ariès (p. 155),

[...] cujos livros inovadores, publicados em 1939, foram levados de roldão na tempestade e que hoje são redescobertos, ou ainda autores um pouco marginais, quero dizer, cuja relação com a história das mentalidades não apareceu e não foi logo reconhecida, como Mário Praz, historiador da literatura maldita e

de gênero mórbido, cuja obra principal, publicada em italiano nos anos 1920, foi traduzida em francês... em 1977 – notável ensaio que visa balizar as trocas entre a expressão literária e o imaginário coletivo.

Para Philippe Ariès (2001) a chamada história das “mentalidades” excedeu os limites do círculo dos especialistas, circula com frequência pela mídia⁴ ampliando o seu público leitor.

[...] a introdução do conceito de ‘mentalidades’ provoca – ou amplia – uma extraordinária dilatação do ‘território do historiador’, segundo a expressão de P. Nora e E. Le Roy Ladurie. De fato, desde o fim da década de 1960, esse território estendeu-se a tudo o que é perceptível pelo observador social, sem exceção. Ampliação da história além de suas antigas margens e, ao mesmo tempo, retorno a seu antigo domínio, que se imaginava bem explorado: o historiador relê hoje os documentos utilizados por seus predecessores, mas com um novo olhar e outro gabarito. Os temas freqüentados pelos primeiros foram os que eram preparados pela história econômica e demográfica: a vida do trabalho, a família, as idades da vida, a educação, o sexo, a morte, isto é, as zonas que se acham nas fronteiras do biológico e do mental, da natureza e da cultura. As publicações sobre esses temas, inimagináveis a mais de cinquenta anos, constituem hoje um conjunto coerente e uma vasta biblioteca. É o primeiro domínio conquistado pela história das mentalidades. (ARIÈS, 2001, p. 169).

Apesar das inúmeras conquistas da história das mentalidades, Georges Duby (1991) afirma não mais empregar o termo “mentalidades”. Para ele, o termo está defasado, ao contrário do final dos anos 1950, quando “[...] ela era útil por causa de suas limitações, até mesmo pela sua imprecisão, para designar a *terra incógnita* à qual convidamos os historiadores para explorar conosco e cujos limites ou topografia eram até então desconhecidos” (*Apud* CAIRE-JABINET, 2003, p. 139). Para Jacques Le Goff (1976, p. 68), mentalidade é para o historiador de hoje “[...] ainda um conceito novo e já esgotado”. Seja como for, a *mentalidade* desempenha uma função importante, qual seja, ela vai ao encontro de outras ciências humanas. Ao objetivar alcançar o nível mais imóvel, estável das sociedades o historiador das mentalidades aproxima-se do

⁴ Aqui Philippe Ariès está pensando no caso francês.

antropólogo. “Próximo do etnólogo, o historiador das mentalidades deve também se duplicar em sociólogo. Seu objeto, repentinamente, é o coletivo”. (p. 69). Le Goff adverte que a história das mentalidades não é determinada apenas pelo contato com as outras ciências humanas.

É também o lugar de encontro de exigências opostas que a dinâmica própria à pesquisa histórica atual força o diálogo. Situa-se no ponto de junção do individual e do coletivo, do tempo longo e do quotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural, do marginal e do geral. (p. 71).

A história das mentalidades não pode ser feita sem estar estreitamente ligada à história dos sistemas culturais, sistemas de crenças, de valores, de equipamento intelectual no seio dos quais as mentalidades são elaboradas, viveram e evoluíram. Por outro lado as lições que a etnologia traz à história poderão ser proveitosos. (p. 78).

O estudo do universo mental alicerça aquilo que André Burguière (2001) chama de Antropologia histórica. Para ele, a chamada “escola dos *Annales*” promoveu não o nascimento, mas o “renascimento de uma história antropológica”. (BURGUIÈRE, 2001, p. 125). Para esse autor, Lucien Febvre ao introduzir o conceito de *mentalidade* na “bagagem dos historiadores” teria introduzido um conceito “suficientemente incerto e suficientemente aberto para digerir a contribuição das outras disciplinas”. (p.148). Pessoa (1997, p. 69) ao comentar o texto “As Mentalidades”, de Jacques Le Goff, lembra que a “[...] abertura da história das mentalidades à diversidade de fontes e ao cotidiano não significa uma recusa da análise macroestrutural, pois é necessário reconhecer que as mentalidades nunca estão desligadas das estruturas sociais”. Nesse sentido, ao retomar os fundadores dos *Annales*, André Burguière (2001, p. 130) afirma que a história da vida cotidiana, era para eles “[...] apenas uma maneira de abordar a história econômica e social”. Há um significativo cruzamento entre a história econômica, a história social e a história dos sistemas culturais. Ainda segundo André Burguière, a tarefa precisa da antropologia histórica seria expor esses cruzamentos.

Pessoa (1997b) retoma Sahlins e Levi-Strauss para lembrar que há uma “entre-ajuda” entre a Antropologia e a História em que as duas ciências são beneficiadas. E acrescenta Pessoa (1997b, p. 47): “Essa entre-ajuda, ou seja, essa capilaridade entre essas duas ciências do social, pode se dar, indo do macro ao microestrutural ou inversamente, o que não prejudica a sua fertilidade”.

Ao falar de cotidiano, estamos falando de um tensionamento (uma relação dialética) entre micro e macro-história. A relação macro e micro-história expressa a reprodução das instâncias da vida. De acordo com Guarinello (2004) o cotidiano é um bom ângulo para refletirmos a qualidade da ação humana e seus modos de existir, do individual ao coletivo, do que é organizado ao aleatório, do desejado ao involuntário, do consciente ao intuitivo.

Não se trata, como escreveu Maffesoli (1984, p. 20), “[...] de atribuir títulos de nobreza às mínimas atitudes cotidianas, mas “[...] não se pode negar a este ou aquele sua importância e sua eficácia. É essa ambição que parece constituir a originalidade de todo projeto antropológico.” Apesar das considerações de “modéstia” e “coerência”, na verdade, na definição de cotidiano apresentada por Maffesoli “[...] o que sobressai é, inegavelmente, o micro, o minúsculo, o pontual.” (PESSOA, 1997b, p. 51). Assim Maffesoli definiu vida cotidiana:

O que chamamos de vida cotidiana é constituída de microatitudes, de criações minúsculas, de situações pontuais e totalmente efêmeras. É, *stricto sensu*, uma trama feita de minúsculos fios estreitamente tecidos, onde cada um, em particular, é totalmente insignificante. (MAFFESOLI, 1984, p. 146).

Se em Maffesoli a definição de cotidiano ganha destaque através do micro, em Heller e Lefebvre o macro e o microestrutural andam em combinação. Ambos buscaram inspiração e seguiram uma orientação teórica marxiana.

Segundo Pessoa (1997b, p. 48 – 49), “A questão do cotidiano é objeto efetivo das ciências sociais a partir do presente século (século XX), tendo,

entretanto, como nascedouro, a obra de Marx e as ciências sociais nascentes no século XIX.” Na perspectiva da dialética marxiana, “[...] o conhecimento é *totalizante* e a atividade humana, em geral, é um processo de *totalização*, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada.” (KONDER, 1994, p. 36). Portanto tem-se “Assim, o homem como ser social, histórico, é ação e significação cotidianas” (PESSOA, 1997b, p. 47).

De acordo com Leandro Konder (1994, p. 39), “De certo modo, contudo, mesmo no dia-a-dia, nós estamos sempre, implicitamente, totalizando; estamos sempre trabalhando com totalidades de maior ou menor abrangência.” Vê-se, dessa maneira, “[...] a dialética como sinal de vida.” (MARINI, 1996, p. 140). Por falar nisso, segundo Martins (1996), esse foi o percurso seguido por Henri Lefebvre ao sintetizar o projeto unificador de sua extensa obra, o retorno à dialética⁵.

Macro/micro-história. O cotidiano na beira do rio...

Segundo Pessoa (1997b, p. 14), “[...] o cotidiano deixa de ter apenas uma dimensão de localidade, de sincronia, de relações sociais simplificada e horizontais e circulares. Em outras palavras, apresenta não apenas uma dimensão microestrutural, mas também, macroestrutural.” Assim, o fato de uma comunidade ser das mais longínquas e isoladas, como é o caso de comunidades do Alto Purus, não significa que ela seja desnecessária em análises de estrutura global, pois, como escreveu Eric Wolf,

O que está acontecendo em Gopalpur, Índia, ou em Alcalá de la Sierra, na Espanha, não pode ser explicado nos termos de

⁵ Segundo Jadir de Moraes Pessoa (1997b, p. 55), “O que parece ficar claro é o seu alargamento espaço-temporal, é a negação da contemporaneidade. Isso aparece na exposição de Martins sobre o método dialético lefebvriano – o ‘método regressivo-progressivo’, que se compõe de três momentos. O primeiro é o da descrição da diversidade de relações sociais. O segundo é o momento analítico-regressivo, em que o pesquisador deve datar cada relação social e cada elemento da cultura material e espiritual. O terceiro é o momento da elucidação, compreensão e explicação da realidade pesquisada. Assim, o que é vivido no cotidiano é na verdade o resultado de uma combinação de coisas, relações e concepções, enfim, contradições, que são históricas e não contemporâneas.”

cada uma dessas vilas isoladamente; a explicação implica também considerações que incluem tanto forças externas que atuam sobre essas vilas como as reações de seus componentes àquelas forças (WOLF, 1976, p. 13).

Para Eric Hobsbawm, Wolf se insurge contra uma tradição antropológica que trata as sociedades humanas como sistemas independentes. E acrescenta: “Porém, afirma ele, nenhuma tribo ou comunidade é ou jamais foi uma ilha, e o mundo, uma totalidade de processos interligados ou sistema, não é e nunca foi uma soma de grupos humanos e culturas independentes” (HOBBSAWM, 2002, p. 186). Nos dizeres de Hobsbawm, “macrocosmo e microcosmo na história são uma coisa só” (p.187). Portanto interessa-nos demonstrar, nitidamente, como o cotidiano ribeirinho do Alto Purus é marcado pelo tensionamento entre macro e micro-história.

É comum se ouvir no Brasil as pessoas fazerem referência a seus lugares de origem com frases do tipo: “na minha terra as coisas são diferentes...”, ou “na minha terra um homem assim é um homem prendado” ou ainda, “na minha terra homem que é homem...” etc. Na Amazônia, de acordo com a linguagem poética de Leandro Tocantins (1988, p. 234), “As ocorrências da vida estão ligadas ao rio e não à terra: fui muito feliz no Tarauacá, fiquei noivo no Envira e casei no Muru”. Isso demonstra, de maneira simples, o quanto o cotidiano amazônico está determinado pelos rios.

Nascendo à beira d' água, o regional afeiçoa-se, desde criança, ao pequeno caniço iscado com o pirão, com a minhoca, para fisgar os mandis, primeira e singela etapa da desenvolvida haliêutica regional, que vai do caniço ao anzol de linha, ao arpão, ao arco e a flecha, ao cacuí, ao matapi, à tinguijada, à batição, à tarrafa, ao espinhel, numa seqüência em que se pode incluir muitos outros métodos secundários de origens e apelidos caracteristicamente indígenas. (p. 124).

“O homem nasce já inserido em sua cotidianidade” (HELLER, 2004, p. 18). O homem da beira do rio já nasce praticamente inserido, pelo menos, na arte da pesca. Mas ele não usufrui apenas do que pode tirar do rio, também é um beneficiário das possibilidades que o rio leva até ele, como é o caso das

praias onde se pode plantar e colher, ainda que por um período curto. “Quando baixam as águas nos altos rios amazônicos, em fins de abril e princípios de maio, pronunciando o verão, os acreanos começam a plantar nas praias.” (TOCANTINS, 1988, p. 85).

O rio efetivamente está no comando da vida ribeirinha, mas isso não significa que o homem seja em absoluto um “prisioneiro” do meio. Em alguns momentos Leandro Tocantins faz-nos demonstrações de parceria entre homem e rio, sendo que o primeiro cria e conta com expectativas quase certas proporcionadas pelo segundo. De acordo com esse autor, “O homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos da vida regional.” (p. 233). Em outros casos, o rio conduz uma relação de previsibilidade/imprevisibilidade paradoxal, na qual o homem tenta esquecer que sabe do que pode acontecer num futuro mais cedo ou mais tarde.

Os caminhos que andam trazem a fortuna ou a desgraça. Quando nas cheias a navegação alcança os sítios mais longínquos, certas vezes as alegrias do feliz acontecimento são toldadas pelas inundações funestas, arrasando culturas agrícolas, tragando barrancos, removendo a pobreza franciscana das barracas, levando o desespero aos lares, constituindo uma séria ameaça à economia. (p. 232).

Vive-se praticamente em função dos ciclos das águas. Espera-se a cheia do rio, e por isso, constroem-se barracas equilibradas em altos esteios, em lugares altos mas sempre mantendo a vista para o rio ou igarapé. Homens, mulheres e crianças vivem quase avessos ao tempo. O seu tempo é um tempo diferente, o tempo da subida ou descida do regatão e o tempo da visita do padre, da desobriga. O tempo da cheia do rio e o tempo da vazante, o tempo dos repiquetes e o tempo das praias. Nas praias plantam-se o feijão, a batata-doce, a melancia, o milho, o de *três mês*, o gergelim, a cebolinha, a couve, o coentro, o mudubim, preferência dos índios, entre outros. E, até a volta das águas, plantam-se e colhem-se os produtos sob a ameaça das capivaras, que pressentem as lavouras. Como alternativa de defesa os ribeirinhos criam o

Judas-de-praia, espantalho grotescamente fabricado com trapos velhos enrolados em varas em forma de cruz. Sobre a paisagem das plantações nas praias escreveu, ufanicamente, Leandro Tocantins (1988, p. 86-87):

Quando se viaja em avião de Rio Branco, a capital acreana, a Tarauacá, cidade munícipe no rio do mesmo nome, uma das mais agradáveis paisagens que animam a retina cansada do panorama monótono de florestas compactas, - os olhos embebidos de clorofila, - é a travessia do Purus em pleno verão, onde se expandem as vastas praias pontilhadas de verdura.

A leitura de Leandro Tocantins em “*O rio comanda a vida*” (1988), dá-nos uma demonstração de um cotidiano quase fotográfico em termos naturais, e num primeiro momento, tem-se a idéia de uma sociedade fechada em si mesma, uma sociedade do e para o rio, composta de insignificantes elementos do cotidiano, de um micro-cotidiano. Mas é um cotidiano de microestruturas que se relacionam a outras estruturas sociais, políticas, econômicas etc., em nível macro, e a uma história mais acelerada, por menos inteligível que se possa parecer. Conforme Hobsbawm (2002, p. 35),

A história, unidade de passado, presente e futuro, pode ser algo universalmente apreendido, por deficiente que seja a capacidade humana de evocá-la e registrá-la, e algum tipo de cronologia [...] pode ser uma mensuração necessária disso.

O rio Purus é o maior rio acreano e um dos que mais contribuíram com a economia da borracha entre os períodos da segunda metade do século XIX até a primeira década e o início da segunda década do século XX, e de 1942 até 1945, período de “reativação dos negócios da borracha durante a 2ª Guerra Mundial” (PINTO DE OLIVEIRA, 1982, p. 40), referente aos acordos de Washington assinados por Estados Unidos e Brasil em 1942. Através destes acordos foi investido dinheiro para reativar os seringais e fornecer aos aliados a matéria prima, o látex, decisiva para evitar risco de vitória dos alemães. Em julho e agosto de 1947 foram expirados os contratos que garantiam a venda de borracha brasileira aos Estados Unidos (MARTINELLO, 1985). A partir desse

período os seringais foram sendo desativados, os seringueiros abandonados, viviam como podiam de pequenas lavouras e de alguma borracha que produziam para vender aos regatões em troca de artigos como armas e munições para prática da caça, utensílios de pesca, sal, entre outros.

Aos poucos nos antigos seringais foram sendo instaladas grandes fazendas, isto levou à expulsão de seringueiros, outros ribeirinhos e índios. Embora, nas proximidades de onde hoje está localizada a sede do município de Santa Rosa do Purus nunca tenha havido seringais tradicionais, aquela região do Alto Purus não foi poupada pelos exploradores. Já no final do século XIX os caucheiros peruanos marcavam forte presença na região, no século XX os madeireiros inseriram de forma desenfreada, predatória e violenta a região na frente de expansão do capital. Os madeireiros exploravam o trabalho dos índios na extração de madeira de dentro do rio Santa Rosa, o *igarapé*, afluente do Purus. Os índios não eram os únicos a trabalharem na extração de madeira, muitos brancos, “não-índios” também desenvolviam esta atividade.

Enquanto nos outros lugares do rio Purus a vida era levada por intermédio da borracha e da castanha, em Santa Rosa o que prevaleceu foi a extração da madeira e da pesca do Pirarucu, trabalho realizado por índios e brancos. Geralmente o peixe era vendido aos regatões que se aventuravam rio acima até a cidade de Puerto Esperanza, no Peru. Depois retornavam com o produto adquirido para ser vendido no Brasil, em cidades como Sena Madureira e Rio Branco, daí exportado para Manaus, Belém e outras cidades. Já a madeira extraída era toda vendida para países da Europa, como Inglaterra, e os Estados Unidos da América. E, embora, não se trate aqui de definir macro e micro cotidiano sob critérios geográficos, pode-se perceber que os produtos requeridos em outras regiões e até além-mar (macro-história) determinavam diretamente as oscilações das escolhas de trabalho nas comunidades ribeirinhas (micro-história).

Os moradores da então localidade de Santa Rosa e proximidades, apesar das dificuldades enfrentadas e do isolamento, estavam mais próximos do mundo global do que imaginavam. E, sem que eles percebessem de maneira mais elaborada, sem compreender o sentido da sua atividade de trabalho para o capital mercantil, isso influenciava efetivamente a sua *vida cotidiana*, na medida em que priorizavam a extração da madeira em detrimento da caça, pesca, e do

plântio de pequenas lavouras, como ilustram as palavras de um antigo morador, de 60 anos. Para (E008),

As caças, isso aí era da vida mesmo daqui, né, caçar, pescar para comer, misturar com alguma coisa, com a farinha da agricultura, trabalhamos também com madeira, já trabalhei muito, aqui mesmo. Fomos ali pra baixo, trabalhamos lá também puxando madeira em toro. Naquela época livre, né, bom, era o que a gente podia fazer, aqui também, né, seringa não existe pra cá. Outro produto também não, só agricultura. Mas na época quase ninguém se mexia com agricultura, não queria, queria era madeira - era o que a gente fazia. (Entrevista realizada em 18/01/2008, Santa Rosa do Purus, Acre, Brasil).

Semelhante a outros lugares, o ato de plantar, colher, coletar frutos, caçar e pescar eram atividades rotineiras, comuns, quase que naturais da vida dos ribeirinhos do Alto Purus da segunda metade do século XX em diante. Trabalhavam para si, para sua sobrevivência e de sua família, mas não estavam livres nem longe da prisão alienada e alienante da produção. A extração da madeira foi aos poucos ganhando ares de trabalho “natural”, costumeiro sob o qual o ribeirinho manifestou sua fé em conquistar uma “vida boa”. Essa crença foi, de algum modo, necessária. E nisso, episódios elementares foram realizadas por intermédio da atividade da extração de madeira. Não foram raros os casos de pessoas que tiveram seu casamento de alguma maneira relacionado à extração de madeira. A fala do antigo morador, 86 anos, hoje residente na cidade de Santa Rosa do Purus, ilustra bem: “Vinha os compradores de madeira de Manaus, daí trabalhei madeira por aqui e por aqui me encontrei com ela (a esposa). Pra você ver como é, ela veio do rio Machado, de muito longe do Amazonas.” (E013, em 20/01/2008, Santa Rosa do Purus, Acre, Brasil).

Embora a economia da borracha, “segundo ciclo”, estimulada pelos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial já estivesse em declínio, por volta do final dos anos 1950 e início dos 1960, o trabalhador que chegava por essa época à região do Alto Purus tinha em mente cortar seringa e ou quebrar castanha. Se por alguma razão ele, ao fazer o percurso rio acima, passasse da boca do rio Chandless não encontraria muitas localidades onde pudesse viver da extração do látex e da castanha, mas ele sabia que para baixo dificilmente poderia encontrar lugar para viver dignamente, haja vista que os seringais

estavam em processo de desativação, os seringueiros estavam sendo expulsos das colocações de seringa e em seu lugar colocavam-se pastos e bois. A tendência, então, era subir o rio e contar com as possibilidades de uma vida melhor; do alto vinham notícias de que na fronteira do Brasil com o Peru, em Santa Rosa, era bom de caça, também havia muito peixe e que por isso os regatões continuavam com as viagens ao Alto Purus vendendo outras mercadorias e comprando pirarucu e “pele de fantasia”, peles de bichos como onça, gato maracajá, jacaré, entre outros. Outro atrativo era a extração de madeira de lei, como já foi mencionado. Os compradores de madeira só chegavam ao Alto Purus na época de cheia dos rios, no inverno, período de finais de outubro a março-abril, no verão o ribeirinho podia, além de trabalhar em seu pequeno roçado, plantar a praia, ainda pescava o pirarucu e punha as mantas talhadas para secar ao sol, era preciso estar atento porque não faltava regatão aventureiro subindo o rio mesmo em tempo de seca. Concomitante a isso ou com pequenos intervalos para fazer outros trabalhos mas que não compromettesse o verão, derrubavam-se as árvores, cortavam-se as toras e esperavam-se as chuvas para tombar a madeira até o Purus pelos afluentes. O rio Santa Rosa como era mais perto do povoado de mesmo nome era o preferido de todos, pois tinha mais volume de água, com isso ficava mais fácil o acesso às melhores madeiras. Ainda havia casos de deslocamento de mão-de-obra, muitos jovens preferiam aproveitar o verão trabalhando em outras bandas, teimavam em descer o rio à procura de colocações de seringas boas de leite, cujo trabalho no corte da seringa ainda se podia realizar. Além disso, era também uma forma de eles avistarem pessoas diferentes, quem sabe arrumar uma namorada para casar, como vimos anteriormente, às vezes dava certo. Isso nos ajuda a compreender a combinação entre a história de um lugar e o seu cotidiano.

No cotidiano “[...] tudo é contado: desde o dinheiro até os minutos.” (LEFEBVRE, 1991). Não seria exagero dizer que na beira do rio o dinheiro não se enquadra entre os fatores da cotidianidade ribeirinha, entre uma prática concreta e uma simbólica, o papel moeda está mais próximo da segunda. Poder-se-ia dizer ainda que ele é vinculado aos sonhos dos homens da beira do rio, ao vir a ter, mas sem saber ao certo para que senão para sobreviver. Para Lefebvre, se as pessoas nascem, vivem e morrem, bem ou mal, isso é uma

questão do cotidiano delas que cabe ser estudado. “É no cotidiano que eles ganham ou deixam de ganhar sua vida, num duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver plenamente. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre. Aqui e agora.” (LEFEBVRE, 1991, p. 27). Para que estudar a vida cotidiana? Lefebvre afirma que “O estudo da vida cotidiana oferece um ponto de encontro para as ciências parcelares e alguma coisa mais. Mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época.” (p. 30). A vida cotidiana é repetitiva, fragmentada, daí cotidianidade (PENIN, 1995, p. 19). As repetições, as homogeneidades funcionam meio que protegidas por um “cinto de castidade” que parece impossibilitar qualquer tipo de mudança na vida cotidiana. Isto torna claro que a cotidianidade por inteiro, para Le Febvre (1991, p. 204), deve ser questionada.

O homo sapiens, o homo faber, o homo ludens se transformam em homo quotidianus, e nisso perdem até sua qualidade de homo. Será o quotidianus ainda um homem? Ele é virtualmente um autômato. Para que reencontre a qualidade e as propriedades do ser humano, é preciso que supere o cotidiano, dentro do cotidiano, a partir da cotidianidade!

Superar o cotidiano a partir da cotidianidade seria, na perspectiva de Agnes Heller, superar a alienação, pois, “A vida cotidiana em todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação.” (HELLER, 2004, p. 37). Mas isso não deve servir-nos como camisa de força: “[...] a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais.” (p. 39). Dessa maneira, acrescenta Pessoa (1997b, p. 58): “Quem vive uma “vida cotidiana não-alienada” é capaz de inserir “sua vida cotidiana no processo de transformação revolucionária”.

Sônia Penin (1995, p.19) lembra que a análise de Lefebvre sobre a vida cotidiana recai sobre o seu país de origem, a França, país capitalista avançado e membro da comunidade européia. O Brasil é um país capitalista periférico, ou em desenvolvimento, como queiram, mas a análise lefebvrea identifica muitos pontos semelhantes entre lá e aqui. “Tanto lá como aqui, escreveu Sônia Penin, podemos perceber, no curso das últimas décadas, mudanças no cotidiano. Este deixou de ser um espaço abandonado, livre às iniciativas individuais”. Lefebvre

(1991, p. 32) se pergunta se a vida é a mesma em outros lugares, se é diferente ou específica, se em escala mundial existe uma homogeneização do cotidiano e do moderno etc., enfim, são questões postas, como ele mesmo diz, para invocar o horizonte da pesquisa. “Afim, do que é que se trata? De uma pesquisa bastante vasta sobre fatos desdenhados pelos filósofos ou separados arbitrariamente pelas ciências sociais.” (p. 33). E, ao retomar o conceito de cotidianidade, escreve o autor, “Não apenas a cotidianidade é um conceito, como ainda podemos tomar esse conceito como fio condutor para conhecer a ‘sociedade’, situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura).” (p. 35).

Assim, tem-se o caminho sugerido por Henri Lefebvre, segundo Sônia Penin (1995, p. 11), a busca da “totalização”. Penin (p. 13) ainda cita Lefebvre (1961, p.102): “[...] não é possível conhecer a sociedade (global) sem conhecer a vida cotidiana [...] e não é possível conhecer a cotidianidade sem o conhecimento crítico da sociedade (global)”. Nessa perspectiva, “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer: é a verdadeira ‘essência’ da substância social.” (HELLER, 2004, p. 20). Dessa maneira, conhecer uma determinada sociedade passa por compreender que as estruturas do cotidiano estão interligadas às dimensões da história, em outras palavras, eis uma demonstração da possibilidade de se sintetizar história e cotidiano.

Examinando alguns períodos importantes da história da Amazônia podemos compreender como as relações macroestruturais atingem o cotidiano de quem vivia ou passou a viver na região e como o trabalhador, em sua luta diária para sobreviver está ligado a interesses e contextos que ele nem imagina tal existência. Começamos com o legado do “primeiro surto da borracha”.

O colapso da economia da borracha amazônica, em 1913, pegou de surpresa muitos seringalistas que não pensaram na possibilidade de se acabar toda aquela euforia proporcionada pelo primeiro surto da borracha, a partir de meados do século XIX. A borracha era utilizada como matéria-prima na indústria dos Estados Unidos e países europeus como França e Inglaterra, países que viviam a Segunda Revolução industrial. Da *Belle Époque* parisiense aos seringais do Alto Purus transmitiam-se promessas de felicidade duradoura. O capital financeiro assegurava os industriais, que por sua vez compravam a

matéria-prima brasileira e garantiam o funcionamento da indústria, sobretudo automobilística, a partir de 1888; no Brasil as casas aviadoras de Belém e Manaus estavam sempre abarrotadas de mercadorias de toda sorte para “aviar” aos seringalistas; nos seringais, os patrões estavam sempre com os barracões prontos para fornecer os utensílios de que os seringueiros precisavam para se manter no corte da seringa, inclusive alimentos: do sal à farinha (geralmente a carne era exceção, tendo em vista que o seringueiro podia caçar); por fim, nas colocações dos seringais os seringueiros produziam a borracha, que garantia a sua sobrevivência, mas também mantinha a sua exploração. Pinto de Oliveira (1982, p. 22), explica esse círculo vicioso da seguinte maneira:

Na economia da borracha, o controle do processo de geração e apropriação do excedente é monopolizado pelos agentes do grande capital internacional, enquanto a dinâmica das relações internas permanecem regida por uma trama de relações tipicamente mercantis, denominada em seu conjunto por “sistema de aviamento.”

Nos anos posteriores a 1913, os reflexos do colapso da borracha amazônica foram sentidos desde as cidades maiores até nos barrancos dos rios, já os capitalistas internacionais apenas mudaram o foco, uma vez que na Malásia a produção foi racionalizada e o preço do produto caiu. “O vento oriental, que partiu dos seringais de plantação da Malásia, destruiu os tempos das vacas gordas e das espigas formosas, e passou a açoitar a Amazônia com a fome e a pobreza” (BENCHIMOL, 1992, p. 213). Muitos seringais amazônicos foram abandonados não só pelos seringalistas, mas também por seringueiros que tiveram condições de ir embora.

Houve, entretanto, algumas tentativas frustradas de resolver o problema, como por exemplo, no Acre, proprietários de terras e comerciantes dos rios Tarauacá e Envira, nos anos 1930 apelaram ao presidente Getúlio Vargas escrevendo o Manifesto dos “Coronéis de Barranco” denunciando a má situação que vinham passando após o declínio da borracha. Pediam que o presidente da República os apoiasse, entre outras coisas, com dinheiro e que mandasse gente para trabalhar nos seringais, isso demonstra que não compreendiam a gravidade da situação, em que forças externas estavam duramente

influenciando o cotidiano de pobres e de ricos da região. Certamente, nenhuma resposta efetiva partiria do presidente.

Contudo, manifestações de interesses de âmbito internacional que impulsionaram a explosão da Segunda Guerra Mundial aqueceram novamente a economia da borracha brasileira. Depois de sofrer o ataque na base de Pearl Harbour, no Havaí, e após a confirmação de que os seringais na Malásia que abasteciam os aliados teriam sido bloqueados pelos países do eixo, os Estados Unidos assumiram a sua entrada na II Guerra. Com isso, em três de março de 1942, com a assinatura dos chamados “Acordos de Washington”, os Estados Unidos tiveram a garantia de serem abastecidos de matérias-primas necessárias para vencer a guerra, dentre elas, a borracha. Foram ao todo 41 acordos, dos quais 21 deles eram referentes à produção lactífera. Segundo Samuel Benchimol (1992), ativando-se a produção de borracha amazônica, os aliados garantiam a matéria-prima estratégica e indispensável para ganharem a guerra. Ainda segundo Benchimol, estima-se que entre 1941 e 1945 o número de imigrantes na Amazônia aproxima-se de 150 mil pessoas, desse número, cerca de 60.000⁶ trabalhadores foram recrutados como “soldados da borracha”, dos quais mais de trinta mil teriam morrido na selva.

A partir de 1946, houve nova queda da borracha e novamente ocorre o abandono dos seringais, levando os seringueiros ao isolamento. Havia um elo, senão o único, o mais importante, de ligação entre o seringueiro e o mundo, esse elo era o regatão. Nesse momento, o seringueiro abandona sua colocação no centro de seringal e passa a morar na margem, na beira do rio. Assim, alguma *péla* de borracha que fizesse seria negociada com o regatão, que além da borracha também comprava produtos como farinha, feijão, pele de animais de caça, peixe seco. O seringueiro já não exerce mais uma única função, ele agora é um ribeirinho em sentido lato.

Trata-se, aqui, de um seringueiro que, de alguma maneira, conseguiu se manter no seringal, tendo em vista que a maioria dessa categoria foi expulsa da

⁶ De acordo com o endereço eletrônico <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias2007/05/04>. Ver também: http://www.geocities.com.br/2a_guerra/borracha. Acesso em 21/10/2008. Estima-se que hoje existam entre dez mil e doze mil soldados da borracha vivos, com mais de 70 anos, na Amazônia, a maioria no Acre, região que mais recebeu esses trabalhadores no período da 2ª Guerra Mundial. Os ex-seringueiros hoje recebem uma pensão vitalícia de dois salários mínimos mensalmente, pensão regulamentada pela lei n. 7. 986/1989. Os “soldados da borracha” reivindicam atualmente a equiparação da pensão ao salário de um 2º Tenente das forças armadas, cerca de 1.550 reais.

terra. A partir do início da década de 1970, nos seringais desativados dos vales dos rios Purus e Acre, Juruá e Tarauacá houve a instalação de grandes grupos, a maioria vindos do “centro-sul” do país. Em 1978, Segundo Pinto de Oliveira (1982, p. 76), “[...] 80% das terras acreanas estariam em mãos das grandes propriedades”. As terras compradas pelos “paulistas” tinham praticamente dois destinos: um era a pastagem, o outro, a especulação, uma potencializando a outra. Pinto de Oliveira (1982, p. 82) analisa que “Com as terras sendo progressivamente ocupadas e antigos seringais vendidos ou desmembrados, tomou corpo uma profunda desorientação entre a população rural acreana, a partir da destruição aparente de seu modo de vida e cultura.” De acordo com Luiz Antônio Pinto de Oliveira, no período de 1972 a 1976, milhares de famílias acreanas foram expulsas ou “indenizadas”, sendo obrigadas a abandonar as colocações ou posses, abruptamente transformadas em propriedades de grupos capitalistas e fazendeiros do sul. Para Adalberto Ferreira da Silva,

Essa região foi violentamente afetada pela brusca substituição da tradicional atividade extrativista da seringa pela agropecuária (muito mais pecuária, marcadamente extensiva). Os antigos seringais transformaram-se rapidamente em pastos; agravaram-se os conflitos pela posse da terra. Cresceu o fluxo migratório campo-cidade com a substituição do homem pelo boi. Foi na região do Alto Purus e Acre que se verificou um impacto de maior profundidade nas relações capital-trabalho. (*Apud* OLIVEIRA, 1982, p. 81).

O destino dessa população foi a periferia da cidade. Ao chegar à cidade, os trabalhadores tiveram que construir suas casas em locais pouco aconselháveis para se morar, dando origem a novos bairros. Dessa maneira, as cidades acreanas foram crescendo, Rio Branco, a capital, foi a que mais sofreu com o êxodo rural. De acordo com um jornal da época, alguns traços cotidianos do seringal acompanharam os seringueiros até a cidade:

As casas trazem a marca dos tapiris, embora sejam feitas de sobras de construções erguidas em outras áreas da cidade e também com elementos novos o alumínio na cobertura e a

tábua beneficiada, mesmo em talhos, substituindo a paxiúba. No mais é a divisão típica do seringueiro, com apenas dois cômodos e o primeiro totalmente aberto, para conversas a toas, o descanso e as hospitalidades. Dentro delas vive a mesma população castigada dos seringais, das colocações e dos centros. Essa gente, ao mudar do campo para a cidade, não melhorou de situação, apenas trocou de problema, perdendo na troca. O que a cidade tinha para oferecer-lhe era quase nada, talvez apenas a tolerância para construir na sua periferia, um miserável barraco. Ali a administração custará a chegar e a vida social crescerá desordenadamente. (VARADOURO, 05/1977).

Concomitante a isso, a vida cotidiana dos ribeirinhos que permaneceram no Alto Purus (bem entendido, proximidades de Santa Rosa), passou quase despercebida aos olhares macroestruturais, exceto com algumas investidas do capital, exemplo, o caso da extração de madeira, a que me referi anteriormente. De acordo com Sônia Penin (1995, p. 21), o cotidiano é a “[...] ’base’ a partir da qual o modo de produção tenta se constituir em sistema por uma programação. Da mesma forma o cotidiano é a base do Estado”. E, na análise de Lefebvre, citado também por Penin,

A estratégia que visa a programação do cotidiano é global; é uma estratégia de classe. Desse plano, da sua realização, alguns se beneficiam; os outros, a maioria, o suportam mais ou menos. No alto da escala hierárquica, alguns (as personalidades olímpicas) transcendem, em aparência, a cotidianidade. Na parte baixa da escala, na nova pobreza, uma enorme massa suporta o peso, suporta a pirâmide, vive na ambigüidade ‘satisfação-frustração’, experimentando-a até ao conflito. As conclusões se anunciam... (LEFEBVRE, 1991, p. 203 – 204).

É claro que Lefebvre não está se referindo ao mundo amazônico e muito menos ao Alto Purus em particular, mas a intervenção dos madeireiros alterou a rotina dos ribeirinhos, que passaram a sobreviver praticamente da extração da madeira que, por sua vez, proporcionou altos lucros a uns poucos indivíduos que passaram a investir e usufruir sua riqueza num outro cotidiano, num macrocotidiano, bem longe dali. Mas tanto os ribeirinhos quanto os que se apropriaram de determinadas riquezas sofrem interferências mútuas.

Mas, ainda assim, a população ribeirinha do Alto Purus continuou sua peleja em mudar de vida, a escrever sua história nas praias a cada verão, sucedido por um brávio inverno, que em pouco tempo, os *rebojos* do rio tudo devoravam. Além da exploração mercantil, junta-se ao peso das águas o peso de um tempo quase imóvel. E, apesar disso, a região passou por um significativo, ao seu modo, processo de mudança, cuja importância seria ininteligível não fosse a criação do município de Santa Rosa do Purus. Isso demonstra que “[...] o mundo camponês não é amorfo, mas ordenado, possuindo suas formas particulares de organização. Além disso, essas formas de organização variam de um lugar para outro” (WOLF, 1976, p. 9).

A criação do município de Santa Rosa do Purus, como veremos no capítulo seguinte, é um ponto chave para sintetizar o tensionamento entre o micro e o macro na história do cotidiano ribeirinho do Alto Purus. Até esse acontecimento, sua população percorria um caminho às escuras, sem saber ao certo aonde chegar, porque na medida em que o tempo passava a vida do ribeirinho altopuruense ia ficando cada vez mais difícil, mais cara. Até mesmo as famílias mais resistentes terminavam por desistir de morar naquela região. Quando não a abandonavam por completo era porque ainda restava algum recurso de fuga contra a indesejada alternativa de ir embora, a saber: as famílias que podiam mandavam os filhos para estudar nas cidades de Sena Madureira, Rio Branco, ou mesmo no Peru, com a esperança de um dia esses filhos retornarem e poderem ajudar de alguma forma a família e a comunidade. Muitos desses estudantes acabaram retornando sem conseguir ir muito longe nos estudos, por motivos vários, ainda no período da década de 1960 ao final dos anos 1970, sendo que nesta última década a então vila de Santa Rosa apresentava sinais de decadência. Houve casos de famílias que não tinham condições de mandar os filhos estudar fora mas que também não ficaram, foram todos embora, não para a cidade mas para outras partes do Purus. Mas também houve casos de regresso de pessoas após a criação do Município de Santa Rosa do Purus com algum estudo e já com família constituída, com filhos que farão parte da história do Alto Purus sob novas perspectivas. Discutiremos melhor esse ponto em um outro momento desta dissertação, mas não é demais citar aqui o caso de famílias que, à procura de uma vida melhor, vararam de seringais do município de Feijó logo após a criação do município de Santa Rosa

do Purus e fizeram o percurso que Euclides da Cunha, no início do século XX, já mencionava no Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus de 1904-1905: “[...] denominado Furo do Juruá, igarapé de onde se passa por um varadouro para o Jurupari, afluente do Juruá” (CUNHA, 1966, p. 686).

Por fim, como disse Agnes Heller (2004, p. 17), “A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico.” Dessa maneira a vida cotidiana, por mais insignificante que pareça, de uma pessoa ou grupo de pessoas, comunidade, por mais simples que seja, jamais ficará fora da história. Portanto, seria uma visão engessada, equivocada, a de separar a micro da macro-história e vice-versa.

A vida cotidiana do Alto Purus além da sua heterogeneidade populacional é também marcada por sua condição de fronteira. Fronteira vivida e sentida no cotidiano do ribeirinho que maldosamente brinca: “eu gosto de índio porque é o único bicho que parece com gente”; em outros casos a encrenca entre brancos e indígenas se expressa quando os primeiros dizem não gostar de morar perto de índios porque esses teriam o péssimo hábito de “mexerem nos roçados alheios”; ou ainda quando um branco rico e com poderes políticos induz, com palavras intimidadoras, um trabalhador branco pobre e indefeso politicamente a ir embora da cidade rio abaixo numa minúscula canoa, em pleno regime democrático... Seja como for, esses traços são heranças de um processo histórico mal conhecido, cujas tensões efetivamente não foram levadas a sério.

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO NO ALTO PURUS ANTES DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO PURUS.

Nem eu aprendi nada, não tinha escola naquele tempo.
Um ribeirinho alto-puruense.

Segundo Peter Burke (1992) é ponto comum entre os historiadores novos a recusa dos sujeitos sociais em ser marginalizados. Nessa perspectiva, buscam o mundo da experiência comum como seu ponto de partida. Debruçam-se em cotidianidades várias. Para Fernand Braudel (1997, p. 17), “A cotidianidade são os fatos miúdos que quase não deixam marcas no tempo e no espaço.” E, conforme Sônia Penin (1999), ao transitarmos pelo mundo cotidiano, estamos diante do espelho e do fermento da história.

Quem sobe ou desce o rio Purus pode ver as barracas da vida cotidiana, que muito pouco mudaram ao longo do último meio século no Alto Purus, exceto nos casos em que a pastagem tomou conta da paisagem. Poderíamos repetir o historiador francês: “[...] a geografia explica isso, mas não explica tudo. As pessoas têm algo a dizer.” (BRAUDEL, 1997, p. 240).

Dessa maneira, compreender a imbricação entre os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, ou seja, o seu jogo de interferências no cotidiano ribeirinho é também compreender os fatores fundantes de uma educação ribeirinha do Alto Purus. Então vejamos: por um determinado tempo o ribeirinho viveu uma vida política sem interagir diretamente com as estruturas da política oficial, parlamentar e executiva, mas nem por isso desapareceu enquanto sujeito social⁷; o ribeirinho também viveu e aprendeu uma educação forjada no seu dia-a-dia, sem a participação daquilo que entendemos comumente por escola. Daí o meu interesse, neste capítulo, em demonstrar como foi a vida educacional do ribeirinho antes da criação do município de Santa Rosa do Purus, ou seja, antes da implantação de uma educação formal, oficial na região, para então discutir e compreender, no capítulo seguinte, o

⁷ Vejamos, por exemplo, um caso da vida indígena. Em 1979 um importante aglomerado de índios liderados pelo cacique Pancho Kaxinawá evadiu das cercanias do então povoado de Santa Rosa, desceu o rio até a aldeia Fronteira, onde o cacique era um primo de Pancho, o cacique Mário Domingos. Esse acontecimento de aparência trivial e corriqueira coincidiu com as idéias de padre Paulino Baldassari, da Paróquia de Sena Madureira, que acreditava que a ida daquele grupo Kaxinawá para a aldeia Fronteira reforçaria a luta dos povos indígenas do Alto Purus, conforme lembrou, em 26/03/2006, o jornal rio-branquense *Página-20*: “À época, Pancho e Mário foram as principais lideranças Kaxinawá que contestaram a proposta inicial da Funai de identificar três áreas indígenas, pequenas e separadas, no alto rio Purus, formulada por um Grupo Técnico do órgão em 1979. Passaram a reivindicar um território único, abrangendo as quatro aldeias (duas Kaxinawá e duas Madijá), e impediram a existência de corredores entre elas. Face a essas mobilizações, em 1982, a Funai enviou um novo GT, que reidentificou a Área Indígena Alto Purus. Esta identificação foi reconhecida pela Funai por meio de uma portaria de delimitação, de 17 de janeiro de 1983, com extensão contínua de 265 mil hectares.”

significado da educação escolar hoje em Santa Rosa do Purus, sua cotidianidade e sua história.

Como o indígena participou e contribuiu com a educação no Alto Purus

Ao pensar em “termos de culturas”, Carlos Rodrigues Brandão assim se referiu a elas: “Pensemos sobre elas não como o produto acabado das teias de reciprocidade de bens, serviços e de significados entre os homens, mas como realização de seu próprio processo.” (BRANDÃO, 1998, p. 30). O antropólogo se refere a um processo social, histórico, em que a cultura se atualiza permanentemente “na cotidiana experiência de vida social”. Me parece ser esse um dos bons caminhos para se compreender o percurso da educação ribeirinha do Alto Purus. Esse percurso envolveu agentes de culturas diferentes, e que não foram isentas das adversidades, das contradições, dos encontros e desencontros, mas que fizeram parte de um processo social e que confluíram rumo ao futuro, independentemente dos gostos e de sua consciência dos fatos.

No passado, a região do Alto Purus viveu momentos tensos e sangrentos quando era disputada por brasileiros e peruanos⁸. De quebra estavam os

⁸ Trata-se das batalhas de uma das fases da chamada “Revolução Acreana”, ou melhor, do processo que resultou na incorporação do Acre ao Brasil. A extração do caucho gerou vultosos rendimentos a alguns chefes (peruanos) da atividade, que aproveitaram disso para espalhar o terror no Alto Purus. Os seringueiros, como era de se esperar, organizados sob a liderança de seringalistas locais resistiram e traçaram planos para provocarem a retirada dos peruanos das áreas habitadas e exploradas por brasileiros. Contudo, não houve abertura para o diálogo e a saída, então, foi a luta armada. Os seringueiros tiveram a colaboração de indígenas, com informações e táticas de guerrilha durante o processo de expulsão dos peruanos. Expulsão esta, ocorrida em duas etapas, lideradas pelo seringalista José Ferreira de Araújo, a primeira em 1893 e a segunda, em 1904. A doze de junho de 1904 o ministro brasileiro Barão do Rio Branco conseguiu um acordo de paz e convenceu o Peru a formar comissões para demarcarem suas fronteiras nas regiões dos rios Juruá e Purus. Como representantes da comissão brasileira foram escolhidos Euclides da Cunha e o Coronel Belmiro de Mendonça. Contudo, a questão com o Peru só seria encerrada de fato em 1909, quando da assinatura do Tratado Brasil/Peru que convenceu a retirar-se oficialmente da região acreana. Com a Bolívia a questão já havia sido resolvida em 17 de novembro de 1903, data da assinatura do Tratado de Petrópolis, que anexou o Acre ao Brasil; o Presidente Rodrigues Alves, pelo Decreto Executivo n.º 5.188, de 7 de abril de 1904 tornou o Acre território do Brasil, administrado diretamente do Rio de Janeiro, então Capital Federal, e dividiu em 3 departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá.

índios⁹ que, muitas vezes, vacilavam sem saber que rumo tomar. Contudo, o cessar-fogo com os peruanos não eliminou os conflitos no Alto Purus, pelo contrário, os conflitos ganharam formas diferentes e graus diferentes de complexidade. Isso fez com que os índios mudassem de atitude e melhorassem sua organização, apesar de algumas etnias levarem prejuízos em sua vida cultural, no processo de inovações e permanências.

No Alto Purus, entre a boca do Chandless e a cidade peruana de Puerto Esperanza, encontram-se as seguintes etnias: Kulina, Kaxinawá, Jaminawá, Mastanawa, Contanawa e Sharonawa. Do lado brasileiro propriamente dito a predominância é Kulina e Kaxinawá, mas é também marcante o “trânsito fronteiriço dos grupos indígenas”. Dentre as etnias que vivem no lado brasileiro do Alto Purus, os Kaxinawá se destacam pela facilidade de comunicação com o homem branco e por sua capacidade de organização, e, também por ser uma das mais valentes tribos do tronco lingüístico Pano. Mas o contato indiscriminado com o homem branco acabou por descaracterizar¹⁰, de alguma forma, sua cultura. Seja como for, é a partir das relações sociais entre brancos e índios que quero discutir, aqui, a participação destes e sua contribuição com a educação no Alto Purus.

Para tanto, inicio contando um pouco da história indígena na referida região, a propósito, priorizarei os índios da etnia Kaxinawá.

Já em finais da década de 1960, um grupo de índios da etnia Kaxinawá regressava do *Curanja*, um afluente do rio Purus, em território peruano, e após permanecer por algum tempo em *Conta*, uma grande aldeia também no Peru, estabelecia residência nas cercanias do povoado de Santa Rosa. A numerosa

⁹O segmento indígena compõe a maioria da população do município de Santa Rosa do Purus através das etnias Kulina e Kaxinawá, que habitam 24 aldeias existentes na Terra Indígena – T. I do Alto Purus. Na cidade de Santa Rosa o ponto de referência da população indígena é a casa do índio, existente desde meados da década de 90. Muitas famílias indígenas, atualmente, possuem casa própria e mantêm seus filhos estudando na cidade.

¹⁰ Em conversa com um professor indígena, o Cláudio, ele me dizia do grande desafio enfrentado por eles em manter viva a sua cultura. Segundo ele, a saída é aproveitar o máximo os espaços que lhes são “oferecidos pelo homem branco”. Para ele, uma das melhores coisas que aconteceu foi a oportunidade de cursar uma faculdade, tarefa que ele desempenha com muita dedicação pois como ele disse: “não é porque nós aprende que nós vai deixar de ser índio”. O curso que ele escolheu foi história, pois segundo ele, era dentre as opções dadas a que mais lhe ajudaria a aprofundar sobre cultura, a do homem branco e a sua, inclusive pretende apresentar como trabalho de conclusão do curso uma discussão sobre a cultura Kaxinawá e a importância de ela se manter viva. Ele argumenta que “Tem muito índio que se mete com política, mas não entende muita coisa e acaba esquecendo do índio e parece que quer fazer as coisas do branco, e não é assim que as coisas deve ser”.

família Kaxinawá que regressava do Curanja revelava uma grande liderança indígena do Alto Purus, Pancho Kaxinawá, já mencionado em nota acima. A vida pessoal vai confluir com a trajetória “política” de Pancho Kaxinawá e seu povo. Ocorre que em setembro de 1979 nascia uma filha do cacique Pancho Kaxinawá, principal liderança desse grupo étnico no Alto Purus, e por pouco a *curuminzinha* não morria queimada com apenas 13 dias de vida após incêndio na casa em que moravam. O incidente teria sido o principal motivo da evasão de Pancho e seu pessoal das cercanias de Santa Rosa. O grupo mudou-se para a aldeia Fronteira, rio Purus, onde já moravam várias famílias Kaxinawá, inclusive um primo de Pancho, Mário Domingos, chefe daquela aldeia, de quem Pancho recebeu o convite.

Após quase dois anos da chegada daqueles à aldeia Fronteira, o fluxo migratório de índios Kaxinawá continuou, sentido Curanja-Purus, aumentando a população. Sob a liderança de Pancho os Kaxinawá desceram um pouco mais o rio e fundaram, em 1982, a que seria, segundo o jornal *Página-20*, a mais populosa e mais importante aldeia Kaxinawá do Alto Purus, a aldeia Cana Recreio.

No início, Cana Recreio tinha 60 pessoas, posteriormente juntou 480. Das aldeias Fronteira e Cana Recreio saíam as estratégias para derrotarem seringalistas e outros brancos que tentavam invadir as terras indígenas. Foram muitos embates contra os que, nos dizeres de Pancho, “enganavam índio”. As vitórias indígenas foram acontecendo, Cana Recreio passou a ser chamada Santa Vitória, e posteriormente Novo Repouso. Uma vez conquistadas suas terras, os índios do Alto Purus se utilizaram de sábia estratégia para assegurá-las, dividiram-se e formaram novas aldeias.

Foi da luta que os Kaxinawá nos mostraram e nos mostram a origem da sua concepção de educação e demonstram os traços do seu cotidiano e sua história. Conforme as palavras de Pancho Kaxinawá, registradas num jornal acreano:

Já lutei muito e continuo lutando, mas graças a Deus nunca briguei. Nós brigava com a mente, em reuniões e assembléias com nossos parentes Kulina, Kaxinawá, Apurinã, Jaminawa, Yawanawá, Katukina, Nukini, Poyanawa, Jaminawa-Arara, Ashaninka e Arara. Nós lutamos enfrentando os brancos,

pedindo a demarcação de nossas terras. O governo atendeu e já demarcou nossa terra, mas tem outras aí que ainda não foram nem identificadas [...]. A luta continua, como sempre falamos. Que luta? A luta pra trabalhar, plantar e criar nossos filhos e netos. Como eu sou o cacique mais antigo, hoje estou com trinta e quatro anos de cacique, nunca mudei. Eu estou sempre em reunião com meus parentes de outras aldeias. Qualquer problema, nós reunimos e entramos em acordo. Nessa parte, vamos continuar a luta. Se tiver um parente atrapalhado, vou apoiar ele. Eu estou pronto pra defender. Não é brigar, é ensinar nossos direitos pra quem não sabe, quem não entende. Cacique mais velhos tem que ensinar pros mais novos (AQUINO, IGLESIAS, 2006).

Ao seu modo eles entendem o aspecto educativo da prática política (LOUREIRO, 1988), das lutas sociais, compreendem a importância de se encarar e resolver os conflitos impostos à realidade vivida. Mas também compreendem, na prática, o significado da palavra solidariedade, como se pode ver a seguir:

Antes o branco invadia nossa terra, entrava em nossos lagos, pegava nosso peixe, botava canoa no lago para mariscar. Onde estou morando hoje, branco vem mariscar. Eu deixo, é vizinho, é pra criar filho deles, não é pra ramo de vida, pra vender. Hoje não, é só pro rancho, é pra almoçar, jantar. Assim eu dou. Mas pra ramo de vida é proibido, nós não deixamos. Se deixar, acaba tudo, ficamos sem nada. E o que vamos comer? Nós temos peixe pra comer, criar nossos filhos, netos. O pirarucu é nosso. Não temos criação de gado pra comer. Nosso mercado é peixe e caça. (AQUINO, IGLESIAS, 2006).

Assim compreendem o sentido da liberdade em harmonia com a natureza. Não se trata de romantismo, bucolismo ou coisa parecida, mas de compreender a liberdade de viver o presente com a responsabilidade de garantir os recursos naturais necessários às gerações futuras. Ao seu modo reivindicam uma democratização da história, o direito dos humildes à história, como já defendia Lucien Febvre. A consciência dos índios não é só uma consciência ecológica, é sobretudo política, e, querendo ou não, o branco vai sendo educado pelo índio.

Como vimos, aos poucos o índio vai se firmando enquanto sujeito social; por mais que se queira, não há como deixá-lo de fora da história escrita de Santa Rosa do Purus; ele faz parte de uma trajetória que nos ajuda a compreender que “[...] a finalidade social da história requer uma compreensão do passado que, direta ou indiretamente, se relaciona com o presente.” (THOMPSON, 2002, p. 26). O presente da vida santa-rosense é um presente em que estão em disputa, ainda que de forma disfarçada e silenciosa, por falta de maiores esclarecimentos, a sua origem e a sua história em construção. Senão, vejamos: ao caminhar hoje pela cidade de Santa Rosa do Purus não é difícil encontrar uma meia dúzia de homens “brancos”, ditos civilizados, “donos da história” que reivindicam para si a responsabilidade pela criação, e, até em alguns momentos, a “paternidade” do município. Por outro lado, esses que reivindicam para si a “paternidade” de Santa Rosa do Purus se esquecem de lembrar ou não foram informados da participação indígena na luta pela criação do município. Se brancos e indígenas estavam do mesmo lado quanto aos interesses políticos e econômicos ainda é cedo para dizer, mas pelo menos num ponto eles deveriam estar do mesmo lado: a questão da saúde física e moral na fronteira. Conforme as palavras de Pancho podemos compreender o ensejo da criação do município de Santa Rosa do Purus, sob a visão de mundo e de história, não apenas indígena, mas que poderia ser a visão de todos os ribeirinhos esquecidos do Alto Purus.

Em 1992, o cólera tava chegando no Peru. Fiquei com medo, porque cólera ninguém sabia curar. Morreu muita gente lá em Esperanza, no Peru. Então, fui pra Rio Branco. Nesse tempo, o governador era Edmundo Pinto. Foi eu, o Mário, o Edivaldo e o Nicolau. Fomos pedir ao governador pra Santa Rosa passar a município. Ele perguntou: “Quem vai pra lá?”. Eu respondi: “Quem vai não, os índios já moram lá. Precisa município pra ter assistência de saúde decente e pra vigiar a fronteira. Nossa fronteira não tem nenhuma segurança”. Esse nosso pedido saiu até no jornal. Depois, nós mesmo fomos em Santa Rosa, reunimos e votamos no plebiscito pra criar o município. Lá era tudo mato, mas nós vencemos! (AQUINO, IGLESIAS, 2006).

A fala simples e espontânea do cacique Pancho Kaxinawá demonstra uma ligação muito forte entre os índios do Alto Purus e a história da emancipação do município. É uma história viva, de sobrevivência de um povo

que luta para garantir sua existência. Do lado indígena, a primeira preocupação é com a vida. Era preciso afastar o perigo do cólera, que descia do Peru e adentrava o Brasil sobre as águas do Purus. Os índios não queriam mais fugir como o fez boa parte deles no início do século XX, fugindo das frentes extrativistas da seringa e do caucho, do confronto entre brasileiros e peruanos, ou ainda da frente de expansão agropecuária. Além de se preocuparem com a saúde de seu povo, as lideranças indígenas tinham plena consciência da necessidade de o país voltar atenções para aquela região de fronteira, pois não se tratava apenas de índios isolados no meio do mato, nem o cólera era a única ameaça. Para eles a idéia de nação é clara, e, a seu modo, a idéia de fronteira também.

Contudo, a surpresa expressa pelo então governador Edmundo Pinto de Almeida Neto quando pergunta: “quem vai pra lá?”, é no mínimo uma manifestação de desconhecimento da história do Alto Purus, do povo e da região; ou pode ser ainda, por parte do governador, uma maneira de desprezar os índios e, ao que parece, ele os via como inaptos a exercerem seu direito de cidadãos brasileiros. Entretanto a necessidade política é uma necessidade intrinsecamente humana. O problema é que a herança que recebemos do tempo da colonização portuguesa, que insistia em negar a humanidade dos índios, dos escravos, dos pobres parece querer continuar impregnada em nossas estruturas políticas, econômicas, sociais, religiosas, mentais etc. Isto contribui para o alargamento dos pontos de conflitos e violência, em alguns momentos violência puramente material, em outros predomina a violência simbólica. Curiosamente, as populações indígenas são lembradas pelo homem branco quando o julgamento convém, sobretudo em épocas de eleições em que lideranças indígenas são cooptadas pelos diferentes partidos políticos que almejam alcançar o maior número de votos. Uma das estratégias é lançar o maior número de candidatos a vereadores indígenas possível, e, conseqüentemente, lançar como candidato a vice-prefeito um índio. Mas essa não é uma situação, simplesmente, de violência de brancos contra índios, ela faz parte do movimento de ocupação territorial, de uma condição de fronteira na qual se estabelece a “violência do ‘branco’ contra o índio, violência do branco contra o branco pobre, violência do branco pobre contra o índio, violência de

modernas empresas contra posseiros e indígenas e também contra peões escravizados.” (MARTINS, 1998, p. 669).

O bom de tudo isso não é tomar partido de A ou B, apesar de não sermos neutros, imparciais, mas, sobretudo, compreender que esse quadro tem se repetido ao longo da história brasileira. Sobre a questão indígena na Amazônia, o antropólogo José Pimenta (2003) chama atenção para o lugar marginal que os povos indígenas ocuparam na historiografia acreana. “Como no resto da Amazônia, o imaginário ocidental sobre a natureza e a alteridade humana projetou seus fantasmas na região acreana e nos seus primeiros habitantes indígenas” (PIMENTA, 2003, p. 1 – 2). Por outro lado, de acordo com o que vimos até aqui, fica difícil falar da história da Amazônia (e do Brasil) deixando de lado os povos indígenas. E, no caso aqui especificado, de Santa Rosa do Purus, se se quer realizar um trabalho sério, eu diria, é impossível negligenciar o índio; isso sem precisar negar a importância do então governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, que foi quem outorgou a lei de criação do município¹¹. Compreende-se o empenho do então governador Edmundo Pinto, o esforço de lideranças políticas, religiosas e as reivindicações dos ribeirinhos do Alto Purus, pois eram estes os mais necessitados, os que mais sofriam com o isolamento exorbitante daquele pedaço do território nacional. Mas é preciso ainda que se tenha clareza que entre esses agentes estavam povos indígenas, cuja voz nesse processo não foi menos importante e nem gratuita.

Após a criação do município de Santa Rosa do Purus os índios continuaram insistindo em marcar posição. Para o antropólogo José Pimenta, ao investirem na vida política local, os povos “sem história” expressam “[...] um desejo crescente da população indígena em participar nas tomadas de decisões da gestão municipal.” (PIMENTA, 2003, p. 23). Mas é preciso que se avalie isso com cuidado, pois o fato de em um Legislativo municipal¹² com nove vereadores, como é o caso de Santa Rosa do Purus, existir três representantes indígenas, não constitui o fim dos conflitos entre brancos e índios.

¹¹ Ver Lei n. 1. 028, de 28 de abril de 1992.

¹² Já no primeiro pleito legislativo municipal os índios da etnia Kaxinawá conseguiram eleger um representante, o vereador Francisco Domingos Pereira. No segundo mandato elegeram três vereadores, no terceiro e quarto mandatos elegeram mais três vereadores e o vice-prefeito.

As considerações feitas em relação aos índios, o exemplo das lutas dos Kaxinawá, o papel importante do cacique Pancho, como de tantos outros que poderiam ter sido citados, independentemente se “branco” ou índio, ou se Kulina ou Kaxinawá, é apenas uma demonstração de quantos elementos podem ser observados, analisados, relacionados a partir de um trabalho como este.

O que está sendo escrito segue rumo a uma história vista de baixo que “[...] ajuda a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar.” (SHARPE, 1992, p. 62). Dessa maneira, todo aquele que se debruçar, se esforçar em compreender a trajetória educacional do Alto Purus e do município de Santa Rosa deverá estar atento a esse percurso histórico, sem esquecer o importante papel desempenhado pelo índio, claro, buscando sempre aprofundá-lo ainda mais, pois há muito que se fazer para além dos limites deste trabalho. “Conhecer ou descobrir o que está presente no real, inclusive orientando mudanças nesse real, é a tarefa dos pesquisadores em ciências humanas.” (PENIN, 1999, p. 37). E, em se tratando de pesquisar educação ribeirinha, cada elemento, cada vestígio, cada ator cria uma janela para olhar o mundo, tal qual o silêncio do professor Raimundo¹³, plantador de guaraná de Maués-AM, que “De repente se cala e parece descrever no que diz; pela janela perde longe os olhos no rio.” (BRANDÃO, 1983 a, p.151).

Escola da margem/ à margem da escola.

Observe o seguinte texto: “[...] a escola tinha sido construída pelo seringalista que também pagava uma professora contratada nos povoados para alfabetizar os filhos dos seringueiros das colocações mais próximas do barracão.” (NUNES, 1996, p.220). Ele foi extraído de um livro memória-romance de um escritor acreano, e aclara a realidade educacional de todo o Alto Purus durante os tempos áureos da economia da borracha, tanto no primeiro surto

¹³ O silêncio, a descrença a qual Brandão (1983a, pp. 151 – 152) se refere vêm depois da fala do professor: “A gente tem que dar um pouco do que tem. Se a gente se recusa a dar nossa parte, essas crianças, por exemplo, vão ficar analfabetas.” Seu Raimundo é um dos muitos professores leigos que Brandão encontrou no Amazonas, daqueles que “só é professor das 7 às 11, daí pra frente ele tem que ser lavrador, pescador, diarista, trabalhador, em suma.”

quanto no segundo. Também serve para ilustrar quase todo o período da segunda metade do século XX ao ano de 1992. E, se nas proximidades de onde hoje é a sede do município de Santa Rosa do Purus não havia seringais para que os seringalistas construíssem e mantivessem as escolas, as escolas que existiram na localidade de Santa Rosa podem ser relacionadas, de alguma maneira, a algum tipo de patrão ou chefe.

Não dá para dizer que eram escolas da maneira como se imagina uma escola urbana, ainda que da periferia, ou uma escola rural a exemplo de muitas ou ainda de experiências de escolas-pólo existentes hoje em dia. O tipo de escola ao qual estamos nos referindo é o que Carlos Rodrigues Brandão (1983a) chamou de “casa de escola”. Na verdade Brandão não é o “inventor” desse termo, e, é ele mesmo quem escreve: “‘Casa de escola’ é o nome que na Amazônia escutei alguns professores leigos e lavradores ribeirinhos dando ao rancho de palha e madeira, onde se ensina às crianças ‘o estudo de 1ª a 4ª.’” (BRANDÃO, 1983a, p. 9). Caso a prefeitura venha construir um prédio de alvenaria, ainda que com duas salas, o termo “casa de escola” é esquecido e as crianças passam a estudar no “grupo escolar”. Na referida obra, Brandão reúne quatro estudos “[...] que falam de educação onde parece que ela nem existe” (BRANDÃO, 1983a, p. 9).

No Alto Purus a educação formal, por assim dizer, não existia. Os primeiros sinais só aparecem a partir de meados dos anos 1970, com a interferência da Igreja Católica. Em 1976, Padre Paulino Baldassari e Padre Egídio, ao realizarem trabalho educacional com os índios das etnias Kulina e Kaxinawá, no Alto Purus, conheceram, também, mais de perto e chamaram atenção para a realidade dos ribeirinhos brancos. Os padres ainda “constataram problemas com as posses de terras e despejos de seringueiros de suas colocações” (KLEIN, 2007, p. 71). A história da chegada dos Padres Servos de Maria ao Brasil e ao Acre remonta aos anos de 1920. À época, o “perigo protestante” já rondava a Amazônia. No Acre a principal cidade era Sena Madureira¹⁴, cidade que sediou a Prelazia até o ano de 1958, ano em que a sede da Prelazia Acre e Purus mudou de Sena Madureira para Rio Branco em

¹⁴ As Irmãs Servas de Maria Fundaram em Sena Madureira, a 7 de setembro de 1922, o Colégio Santa Juliana Falconiere, o único colégio de grande porte da época no então Território Federal do Acre.

virtude da conclusão da Catedral Nossa Senhora de Nazaré. Com a intenção de firmar a presença da Igreja Católica, os Servos de Maria criaram capelas em vários pontos dos principais rios, como por exemplo, a criação da Capela Nossa Senhora da Penha da Comunidade Vila Castelo, atual cidade de Manoel Urbano, no Alto Purus, em 1982. Destaca-se, então, o Bispo Dom Moacyr Grechi que havia iniciado seus trabalhos, já desde os tempos de padre, na linha da opção pelos pobres, organizando o povo através das Comunidades Eclesiais de Base, reflexo do deslocar da Igreja do “Centro em direção à Margem” já a partir do Vaticano II (1962-1965), do encontro de Medellín (1968) e ainda com mais consciência em Puebla no ano de 1979 (BOFF, 1981), e outros encontros posteriores.

Feito esse parêntese, contudo, as primeiras substituições da “casa de escola”¹⁵ pelo “grupo escolar” ocorreram, praticamente, nos anos 1990. Durante quase meio século a “casa de escola” em Santa Rosa, então povoado, localidade, marcou presença quase insignificante, em alguns momentos com mais, em outros com menos intensidade relacionada à economia da região. Exemplo, se um patrão da madeira resolvesse “contratar” uma pessoa para dar aulas às crianças do lugar, a preocupação desse patrão seria menos com a educação das crianças do que com a mão-de-obra que os pais representam. Observa-se que a mesma atividade extratora de madeira que põe professor na escola e que põe crianças para estudar, é a mesma que tira o aluno muito cedo da escola. Não foram raros os casos, como o do jovem altopuruense que por ser “[...] *maiozinho*, né, tinha que trabalhar pra manter a casa” (E002).

A condição de fronteira também é um fator importante para o acontecer da “casa de escola” em Santa Rosa. No policiamento que foi para Santa Rosa, a comunidade encontrou, além de uma relativa¹⁶ segurança, efetiva disponibilidade de profissional também para o magistério, por via da Igreja Católica, através de padre Cavalcante que ao conversar com o cabo Antônio¹⁷ o convenceu da sua “missão” de também dar aulas às crianças daquela

¹⁵ Devo dizer que durante as minhas idas ao município de Santa Rosa do Purus-Acre, não ouvi essa expressão que Brandão encontrou no município de Maués-Amazonas mas, de acordo com as descrições feitas pelo autor, a escolinha do Alto Purus apresenta características semelhantes e pode também ser chamada de “casa de escola”.

¹⁶ Isto porque o policiamento certamente não conteria um eventual ataque peruano que, para a felicidade de todos, não aconteceu como no passado.

¹⁷ Em dois depoimentos o mesmo policial é chamado de sargento Antônio.

comunidade. Cabo Antônio era considerado “um professor até bom”, mas como disse, a condição de fronteira que levou polícia e professor ou policial-professor, é a mesma condição que possibilitou a comparação de uma “educação” que estava acontecendo em Santa Rosa, lado brasileiro, com a que estava acontecendo no lado peruano. Ao se avaliar que no Peru se “estuda mesmo”, porque aquele país “[...] era todo tempo cuidadoso com o lugar de professor” (E013, 20/01/2008), muitas crianças foram enviadas a estudar no lado do país vizinho. Os pais que tinham um pouco mais de condições deixavam os filhos na escola peruana por mais tempo, “Nesse tempo não tinha escola, isso era um deserto [...] trabalhava madeira naquela época (‘pros meus filhos não se criarem analfabetos’, interveio a esposa). Então só tinha escola no Peru, estudaram no Peru. Todos os meus filhos estudaram no Peru”. Em outro momento da conversa (E013) diz que

Lá pra Esperança vinha muito padre, aí tinha o colégio interno dos padres com as freiras. Tinha colégio aonde esse meu Manoel¹⁸, que tá aí nessa serraria, ele foi internado no colégio dos padres. A Luzia também, a Graça também, essa que é professora no Xapuri, estudou também no internato. Então aqui eu conseguia o rancho de quinze em quinze dias e levava pra eles. Eu levava carne, eu levava peixe, levava leite, o que eu podia comprar para ajudar o padre. O padre dizia, ‘não filho, não, todavia, não precisa’...

Outro depoente diz o seguinte, “Os meus filhos não estudaram. Tiveram poucos dias na escola... Nesse tempo, estudaram com o sargento Antônio, mas quando tiraram uns dias. [...] Andaram estudando no Peru também mas não aprenderam nada. [...] Aí saíram de lá e vieram pra cá, não quiseram mais ir, que ficava longe também. Difícil pra gente, né?”. (E009, 18/01/2008).

Os dois casos são relatos de chefes de família cujas experiências educacionais dos respectivos filhos poderiam ter sido praticamente as mesmas, dadas as condições da realidade do Alto Purus, nesses dois casos entre o final dos anos 50 e década de 1960, condições estas estendidas até os anos 1980. Era comum em ambos os exemplos a prática da pesca, da caça, pequenas

¹⁸ Manoel Lopes Duarte participou do primeiro executivo (1993 – 1996) do município de Santa Rosa do Purus como vice do prefeito Antônio Roque de Carvalho, primeiro prefeito. Posteriormente, cumpriu mandato de prefeito.

lavouras, fabricação de canoas, a venda de “pele de fantasia” e o trabalho na extração de madeira, entre outros pequenos serviços do cotidiano ribeirinho. Em nenhum dos casos faltou-lhes sabedoria e atenção para ver no final da tarde, bem na queda da mariposa, o momento em que o pescador vai suavemente em sua minúscula canoa espreitando a localização dos peixes, sua respiração, invisível aos olhos de um observador estranho ao lugar e a tão proveitosa arte. O pescador, mariscador é tão cauteloso que nem o *chua-pá*, *chua-pá* de sua remada espanta o cozinhado de peixe da janta e o *quebra-jejum* da manhã seguinte. Mas como podemos ver, os horizontes em termos educacionais são diferentes, como são diferentes os fatores que limitam a participação do indivíduo em sua cultura (LARAIA, 2005, p. 80).

Quando o ribeirinho diz “Nesse tempo não tinha escola, isso era um deserto”, ele nega a “casa de escola”, o professor leigo e todo o sistema à sua volta. Ele demonstra compreender que para a escola representar minimamente a sua função ela tem que ter uma estrutura mínima, e isso vai além da boa vontade do padre, do policial-professor voluntário, ou da fé da comunidade. Ao mesmo tempo em que diz que o Peru “era todo tempo cuidadoso com o lugar de professor”, ele também afirma: “Lá pra Esperança vinha muito padre, aí tinha o colégio interno dos padres com as freiras”, onde todos os seus filhos estudaram. Os padres, brasileiros ou peruanos, visitavam constantemente a comunidade de Santa Rosa, então por que não construíram escolas também naquela comunidade a exemplo de Esperança? Será que era porque tinha poucas crianças? Se havia poucas crianças, como explicar o deslocamento de estudantes brasileiros para estudar no lado peruano? E por que não houve, na época, mobilização a ponto de se construir uma escola, no sentido do “grupo escolar” em Santa Rosa? Não encontramos nenhum registro ou vestígio de luta organizada por uma escola em Santa Rosa, embora tenham sido observados esforços individuais, exemplo, quando a mãe ribeirinha diz: “pros meus filhos não se criarem analfabetos”. Já a frase, “Andaram estudando no Peru também, mas não aprenderam nada”, demonstra desilusão com o sistema escolar. Seria essa a razão, a resposta à última pergunta?

Carlos Brandão (1983a) descreveu uma situação diferenciada da realidade de Santa Rosa em seis povoados amazonenses que visitou no início dos anos 80. Com exceção da paisagem natural, dos falares, dos costumes,

que, quando não são os mesmos são muito parecidos, vida diária etc., lá ele testemunhou o anseio por uma escola combinado a algum tipo de mobilização da comunidade, diferentemente daqui. Mas não criemos ilusões, mesmo lá havia sérias limitações capazes de tornar insuficientes explicações baseadas em heranças culturais.

Convenhamos, nenhuma explicação que apenas apele para o desinteresse ou para o marasmo tupiniquim e o atraso latino americano do campesinato brasileiro, ajuda a compreender porque a 'comunidade' que luta pela 'sua escola', resiste a que ela seja mais do que uma 'escolinha' (BRANDÃO, 1983a, p. 168).

Durante praticamente um século o Estado negou a educação do Alto Purus e/ou negou educação a essa região, sobretudo nas imediações de onde hoje é o município de Santa Rosa do Purus. Mas negou educação porque negou a cultura e o povo, e se os negou foi porque aquela região é uma região de difícil expansão do urbano, portanto para se pensar em educação teria primeiramente que se pensar o rural; o rural e a educação rural são historicamente negados no Brasil. Quando se trata do professor rural a negação é ainda maior. Se há casos, como o dos índios Mixteca-Nahual-Tlapaneca, no México em que “[...] o *ser rural* afirma plenamente o *ser professor*”, “Em Divinópolis, Minas Gerais, a carreira de *professor* nega pela base o *ser rural*”, da mesma maneira, em Bom Jesus, povoado do município amazonense de Maués, “[...] todos sabem que o *ser rural* é justamente o que acaba negando a possibilidade de ser *professor*: um ‘professor de carreira’.” (p. 166).

Raros foram os casos de professor em Santa Rosa, da época estudada, que começou como professor leigo e que depois se tornou professor de carreira, coisa que só foi possível depois de a pessoa passar um tempo estudando fora e retornar na condição de professor concursado pelo estado, e só depois que Santa Rosa se tornou município, como veremos mais adiante. O comum era, conforme escreveu Brandão (1983a, p. 137): “No começo do ofício professores leigos formavam outros professores leigos. Assim, o saber do ensino oficial se multiplica nas vilas tal como o de outros profissionais: o rezador, o curandeiro, o

artesão (eu acrescentaria também a parteira). Depois é fácil entrar e sair.” Veja o depoimento de uma professora altopuruense.

O meu pai era seringueiro, cortava seringa e eu ainda cortava uma estrada mais a minha irmã. E de lá...foi no tempo que começou a vim a polícia pra cá, por causa que aqui é fronteira né, com o Peru e veio um cabo que deu aula por conta própria mesmo, só pra não ver as crianças que tinha aqui nessa época que não sabiam de nada, completamente analfabetos. Eu vim estudar aqui na casa dos meus tios, porque não dava para vi de lá e estudar aqui [...] Depois, com uns anos já, eu tinha uns quinze anos mais ou menos. Aí tinha o Jaime Meireles que era dono do seringal [...] Sobral, aí decidi com meu pai, pro meu pai trabalhar com ele lá e aí nós fomos pro Sobral. No Sobral foi quando eu conheci o Roque, ele veio do Ceará pra cortar seringa. E ele se encontrou com um senhor que trabalhava pro Jaime Meireles, aí ele foi cortar seringa no seringal que nós estávamos morando. Aí nós casamos. Em 64 [...] De lá nós voltamos novamente pra cá para Santa Rosa. Eu consegui um contrato do Estado e trabalhei cinco anos no Estado como professora contratada [...] Depois eu fiquei, aconteceu, morreu um filho meu afogado tomando banho no rio, com sete anos, eu me desgostei muito e fui-me embora para Sena. (E023, 67, Santa Rosa do Purus-Acre, em 01/02/2008).

Pouco tempo de casada, a jovem mulher, filha de seringueiro, também seringueira, ainda que por pouco tempo, estudou no povoado de Santa Rosa e sem nem esperar, quando viu tornou-se professora; alguém percebeu que a jovem tinha “jeito pro ensino”. Certamente o cabo-professor a influenciou para o exercício do magistério. Além disso, há outro fator importante, a formação católica, o espírito cristão de retribuir ao outro aquilo de bom que recebeu; outras crianças precisavam do ensino das primeiras letras, e, quem sabe, outras cabeças poderiam ser influenciadas ao exercício do magistério, outras/outros jovens poderiam ser descobertos com “jeito pro ensino”.

Dessa maneira a educação no Alto Purus, sobretudo em Santa Rosa, não ultrapassou essas limitações, a realidade da região não permitiu que a educação se sujeitasse à pedagogia, a teoria da educação, não permitiu que o ensino formal estabelecesse ali os seus métodos, suas regras e seus tempos. Mas “A educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-e-aprender.” (BRANDÃO, 1983b, 26). Na beira do rio, como em qualquer meio habitado pelo ser humano, tais formas sociais se

fazem presente no mais simples hábito do cotidiano ribeirinho, muitas vezes bastando apenas uma simples observação à natureza e o trabalho de alguém próximo com mais experiência; dispensa-se formalidade oficial para aprender, por exemplo, que um simples chá de erva picão pode salvar a vida de uma pessoa com hepatite ou malária. As formas sociais que conduzem o ensinar-e-aprender ribeirinho podem ocorrer sob uma visão de mundo em que a fronteira da racionalidade e do fantasioso não está bem definida, mas, sem isso provavelmente a reprodução da vida e da cultura estaria comprometida. Pessoa (2005, p. 8), ao se referir à cultura popular, escreveu: “[...] ela não nasce nos livros ou na escola. Ela nasce no cotidiano de vida e de trabalho de homens e mulheres enquanto constroem os ingredientes de sua sobrevivência [...]. E tudo o que esses sujeitos desejam é [...] terem a confiança de que o que fazem faz sentido.”

Dentre as características de uma vida regional, a do Alto Purus, rio e homem estão em processo contínuo e mútuo de transformação no qual vemos que o rio cumpre um papel educador. E a educação que brota em meio à natureza é uma educação que faz de cada indivíduo, que dela vive diretamente, um educador de si mesmo e do grupo a que ele pertence através do fio fantasioso das lendas e dos mitos, mecanismos de autodefesa, alerta e sobrevivência. Um bom exemplo do que dizemos, é a lenda do “Cipó-Jibóia”, contada há várias gerações na Amazônia. O resumo da lenda é o seguinte.

No seringal existia um caçador ambicioso que matava os animais sem precisão. Um dia, viu passar um grupo de veados e o caçador entusiasmado começou a perseguir os animais para matá-los. Conseguiu matar alguns, mas, enquanto perseguia, passou debaixo de um cipóal e ficou preso. Era chamado cipó-jibóia. Esse tipo de cipó tem poder de atração. O pobre caçador ficou dois dias preso no cipó-jibóia. Mas se arrependeu do que tinha feito aos animais, rogou a Deus para que o livrasse daquele tipo de prisão. Deus o libertou porque ele se arrependeu. (OLIVEIRA, BADER, 1985, p. 89).

Esta é uma das lendas que, como tantas outras, de acordo com Leandro Tocantins (1988, p. 33), “Desde a infância ouve-se pela boca das avós e em geral das pessoas mais velhas e iletradas, o relato do maravilhoso ou tétrico,

cômico ou moral, heróico ou ingênuo, das histórias do folclore personificadas nos bichos e duendes, nos feiticeiros e pajés”. Trata-se de crenças e significados de um meio onde se constrói

[...] a existência através dos utensílios de pesca e de qualquer outro trabalho; através da caça, da coleta e da colheita que coroa o árduo trabalho. Mas a existência é construída também através dos rituais, dos cânticos, das danças que tornam o trabalho mais ameno, que o tornam compensador de qualquer esforço individual e coletivo. (PESSOA, 2005, p. 11 – 12).

Leandro Tocantins (1988, p. 40) acrescenta que

À mitologia indígena juntaram-se as lendas que o colonizador português trouxe em seu rico fabulário, colhido na Europa, na África e na Ásia, nos mares navegados. Homens de oceano e de terras exóticas, teriam que absorver os tritões, as sereias e todos os entes fantásticos de terra e mar. Eles vão acrescer esse fabulário no Brasil. Sincretizá-lo, imaginá-lo com maiores extravagâncias, adaptando-o ao perfil do novo país-selvagem, por sua vez portador de rica mensagem mítica trabalhada pelo índio.

Carlos Rodrigues Brandão diz que “Os índios e camponeses realizam, no modo como ensinam o que é importante para alguém aprender, a consciência de que o saber que se transmite de um ao outro deve servir de algum modo a todos.” (BRANDÃO, 1983b, p. 67). Conforme Brandão, “[...] nunca as pessoas crescem a esmo e aprendem ao acaso.” (p. 23). E ainda segundo o autor,

A educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida. A vida que transporta de uma espécie para outra, dentro da história da natureza, e de uma geração a outra de viventes, dentro da história da espécie, os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser. (p. 13).

Esse contínuo aprender e ensinar reproduz o ciclo da vida criadora de uma educação que continuará sendo reproduzida, recriada e reinventada enquanto houver vida humana. Mas a educação não é a mesma em todos os lugares, como a vida não é igual para todos. É preciso, então, que se reconheça a educação como um fenômeno social que depende do meio em que se desenvolve, ela não é um processo isolado e autônomo. Existem as relações sociais no interior de grupos, comunidades e sociedades, com as quais os indivíduos vivem, aprendem e ensinam da mesma forma que “[...] se apropriam dos benefícios do trabalho, do poder social e da criação cultural.” (GARJADO, 1985, p. 107 – 108). Isso ocorre, conforme Ângela Cristina Belém Mascarenhas, se reportando a Carlos Brandão, porque

O homem é sujeito da história, porque cria a cultura. Mas quando essa é o produto do trabalho feito por homens envolvidos em relações desiguais, ela se espalha em dominação e, por isso, é inautêntica, alienada. Se conjuntamente a cultura pode ser alienante e negar a liberdade do homem, politicamente ela pode ser desalienada e pode somar-se à luta pela reconquista das condições conjunturais da liberdade. (MASCARENHAS, 2004, p. 16 – 17).

Escrever sobre educação, cultura e história é pensar a dinamicidade do ser humano. Por isso podemos reforçar que uma concepção rica e ampla de educação jamais apresentará qualquer desvinculamento entre educação e cultura, independentemente de tratarmos de educação formal ou não. O nosso olhar sobre a educação deve ir além do espaço escolar, pois só assim podemos compreender amplamente a relação “educação, cultura e vida social” que brotam, se criam, e se recriam a cada dia. Enfim, trata-se de construções históricas da cultura. Conforme acrescenta Mascarenhas (2004, p. 16), “As construções históricas e cotidianas da cultura são saberes, valores, códigos gramaticais de relacionamento entre as diferentes categorias de atores culturais.”

Essas construções englobam o conjunto das interações, sentidos e significados criados, recriados e transformados dia-a-dia porque a cultura é dinâmica. Nas mais diversas comunidades, as pessoas e os agrupamentos humanos, através das diferentes formas de expressão “[...] realizam a sua

própria vida e escrevem, ao longo do tempo, a sua própria história.” (BRANDÃO, 2005, p. 61). É uma história alimentada pelo cotidiano de coisas e gestos simples, mas essenciais para o andamento da vida, sem dicotomizar trabalho árduo e sorriso, conforme as palavras do cineasta, escritor e teatrólogo amazonense Márcio Souza em entrevista ao jornal Varadouro (1977, p. 3): “[...] esse riso, que você vê nas barrancas do rio – se você perguntar a um caboclo como é que ele está, ele ri para você, não vai chorar. Nunca vi nenhum caboclo chorar e essa é a forma de resistir, pelo menos no momento: é rir.” Os dissabores não impedem que a cultura ribeirinha se manifeste nas suas várias expressões, veja uma delas:

*Todos os trabalhos,
duros, desta terra,
Em constante guerra
são por mim vencidos...
Cá nas solidões
cheias de maldades,
Tenho mil saudades
dos meus Paes queridos!
[...]
Agora leitor
-da classe letrada-
Tú lêste a “embolada”
do meu cantador ?
De certo que sim:
pois bem, foi verdade...
Cá na magestade
das selvas sem fim
Tambem tem quem cante...
(Natos trovadores)
Tambem tem actôres...
- Não vês o japim?!¹⁹*

¹⁹ Estrofes (segunda e as duas últimas) de *O CANTO D'UM SERINGUEIRO*, criado em 1906 e melhorado em 1930 pelo senhor Amâncio Leite, Cruzeiro do Sul-Acre. (OLIVEIRA, BADER, 1985, p. 72 – 87).

O trabalho pesado é, talvez, o que há de mais comum na rotina do ribeirinho amazônico durante o ano inteiro. Não é necessário, aqui, alongar o assunto. Em relação à guerra constante à qual refere-se o poeta popular, podemos imaginar tratar-se, primeiramente, de uma guerra do homem contra as dificuldades cotidianas, contra os insetos, as pragas e doenças, mas também contra as condições sociais de um mundo hostil, regido, geralmente, pelas imposições do patrão seringalista – matéria conhecida quando se trata sobre a “economia da borracha”, tanto no primeiro surto, contexto da composição da embolada citada, quanto no segundo. Entretanto, nem o meio físico-natural nem as complicadas relações sociais quebraram a força de resistir: alimentar a saudade de quem longe ficou, é também uma forma de resistir, lembrar da família é uma maneira de estar com ela e não se entregar ao peso da solidão; do mesmo modo, a tentativa de interagir com categorias de leitores da “classe letrada” é, ao mesmo tempo, uma necessidade de auto-afirmação identitária e uma maneira de manter-se vivo. E o manter-se vivo significa, também, ter o reconhecimento de sua existência, de sua cultura, do seu modo de vida, de sua história. Portanto, quando ampliamos o nosso olhar em direção às construções históricas e cotidianas da cultura, compreendemos a beleza que há em cada fonte de saber. Conforme Brandão (2005, p. 71), “[...] em qualquer grupo humano que se reúna para viver ou fazer qualquer coisa, todas as pessoas são sempre fontes originais de saber”.

No Alto Purus do período estudado, como vimos, não existiu escola conforme os padrões de uma educação formal, a do sistema escolar, mas isso não anulou as relações do aprender-ensinar. O ribeirinho mesmo ficando à margem da escola, viveu, criou e recriou uma educação capaz de garantir a sua sobrevivência cultural e social. Embora alguém diga, como disse o entrevistado (E009, de 75 anos), em janeiro de 2008, em Santa Rosa do Purus, quando perguntei se ele havia estudado: “Nem eu aprendi nada, não tinha escola naquele tempo”, essa pessoa tem consciência que não domina os termos técnicos da linguagem acadêmica, da língua culta; não tem um discurso elaborado que possa explicar as razões da sua não escolarização. Por causa desse não-saber, de acordo com os códigos da escola, o ribeirinho não se dá conta de que aprendeu muita coisa, que ensinou muito, que foi educado e que também educou conforme o meio, a realidade e a cultura em meio à qual viveu.

Enfim, a educação vai se dar situada histórico-social e culturalmente. Ela é expressão da cultura e da sociedade, possibilitando o aprendizado da vida social, sendo que, essa constitui-se de múltiplas relações e grupos que se interagem, muitas vezes experimentando interesses diversos e divergentes. Com isso nos educamos dentro dessa multiplicidade de relações. Daí a importância de estendermos nosso olhar além do espaço da educação escolar e captarmos melhor a dimensão do processo educacional. (MASCARENHAS, 2004, p. 17).

Tal qual os versos do seringueiro, cantador e poeta popular Amâncio Leite, o ribeirinho do Alto Purus trabalhou duro, enfrentou a solidão, amargou o isolamento das comunidades e aprendeu a viver com o que lhe proporcionavam as matas e rios: “Trabalhei muito na seringa e depois, quando era meninote, né, trabalhei; fui mateiro, fui toqueiro, meninote, rapazote”. (E013, 20/01/2008); “Trabalhando fazendo canoa” (E002, 17/01/2008) etc., aprendeu a respeitar a natureza e a reconhecer quando não tinha mais força para enfrentá-la, uma vez que as relações sociais já há muito não lhe favoreciam.

Naquele tempo tinha umas quatro casinhas por aqui, era só... é, não era nada, era só Santa Rosa mesmo (a localidade). Então as coisas começaram a arruinar mais por aqui, porque o meio de vida era tirar madeira, pele de fantasia, né, o pessoal mesmo veterano daqui. A maior parte foi lá pra Rio Branco, outros pra Sena Madureira, outras cidades, né, e, certo que aqui ficou sozinho sem ninguém, desabitado, né. (E014, 20/01/2008)²⁰.

Sobre ir embora de Santa Rosa, disse (E009, 18/01/2008): “[...] sou filho daqui dessa terra. Aqui me casei, criei todos os meus filhos. Aí depois que

²⁰ O depoente está se referindo ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Sobre a proibição da venda de peles de animais, encontrei uma matéria interessante num jornal da época: “A Delegacia Regional do IBDF já tem informações suficientes para concluir que existe um contrabando organizado de peles silvestres no vale do Juruá e no Alto Purus. Os fiscais do órgão apreenderam no ano passado mais de 20 mil peles, incineradas recentemente, e agora estão na pista de novo contrabando na mesma região, nas cabeceiras do rio Juruá. No rio Purus os contrabandistas operam com eficiência e sempre escapam das expedições que o IBDF organiza para surpreende-los. Os fiscais e o próprio delegado do órgão no Estado, Cléber da Silva Dias, entendem que pessoas influentes em Sena Madureira e em Cruzeiro do Sul cooperam com a gang informando dos passos das expedições. Quando os fiscais sobem os rios, geralmente em pequena embarcação com motor de popa, encontram os ribeirinhos à sua espera para um almoço ou um jantar. Quer dizer, a notícia de sua presença na área caminha antecipadamente. (VARADOURO, 1977, p. 2).

acabou tudo aqui, todo mundo foi embora, eu fiquei sozinho de morador. Aí não vinha nem regatão, nem nada, aí eu fui embora também, fui pra Sena”. O retorno de quem havia ido embora, a maioria da população da localidade Santa Rosa, ocorreria no início da década de 1990. O ano de 1992 foi um ano importante para os ribeirinhos do Alto Purus, dentre outras coisas, porque nesse ano foi criado o município de Santa Rosa do Purus, isto enlarguesce a possibilidade da escrita de uma história das pessoas simples, da sua luta diária, das pequenas-grandes conquistas, ofuscadas, dos seus anseios e frustrações da vida cotidiana. É a história de quem voltou à terra natal, mas também houve casos de pessoas de outras partes da Amazônia que migraram para Santa Rosa após a emancipação, após a institucionalização do lugar, à procura de uma vida melhor. E, de alguma maneira, essas pessoas sabiam que estavam construindo um lugar, uma comunidade, uma sociedade cuja cultura e história faziam parte de um processo de meio caminho andado.

De acordo com o que foi escrito neste capítulo até o momento, como caracterizar o processo educacional do Alto Purus sem a padronização de uma educação escolar? Parte da pergunta já foi respondida: não havia escola, sistema escolar. Mas isso não é suficiente para explicar a questão. Para tanto recorreremos à relação entre educação e cultura estabelecida ao longo do processo histórico e social.

O Alto Purus tem uma formação social e histórica muito rica, dada a sua diversificação populacional, o que ajuda a compreendermos a dinâmica cultural na região. A diversidade pode parecer pequena se olharmos em termos quantitativos para seus povos: índios e brancos. Mas entre os índios existem os Kulina, os Kaxinawá, os Jaminawá, e por aí vai; entre os brancos existem os caboclos nativos da região, ribeirinhos que nasceram, cresceram e constituíram família; existem também os que para lá migraram atraídos pelo extrativismo da seringa, castanha ou madeira, da caça e da pesca. E, também, há aqueles que chegaram à região, em pontos estratégicos, para implantar enormes fazendas.

Então, em meio a tudo isso aparecem as contradições, os interesses diversos e adversos, os conflitos, as imposições e desentendimentos; em boa parte, além dos interesses econômicos, esses problemas são causados pelo desconhecimento acerca das diferenças culturais.

“Em todo universo cultural, há regras que possibilitam aos indivíduos viver em sociedade; nessa perspectiva, a cultura envolve o cotidiano dos indivíduos. Assim os indivíduos só vivem em sociedade devido à cultura” (SILVA, SILVA, 2006, p. 86)²¹.

Há que se dizer que apesar de todos os problemas enfrentados pelas populações ribeirinhas do Alto Purus, elas convergiram, ou melhor, cada uma delas contribuiu ao seu modo com o processo histórico, cultural, social e educacional. Criaram possibilidades várias, inclusive a criação do município de Santa Rosa do Purus. Todos contribuíram para transmitir os saberes necessários para viver, ensinaram a respeitar as entidades das matas e dos rios, ensinaram as técnicas da caça e da pesca, assim por diante. Conforme Brandão (1985, p. 22), “[...] a própria história humana não é outra coisa senão a trajetória do processo por meio do qual o trabalho social do homem opera a dialética da transformação da natureza em cultura.”

De maneira simples e direta, a fala de um santa-rosense de 60 anos exemplifica o que dizemos acerca do Alto Purus (E008, 18/01/2008): “[...] viemos fundar bem dizer, a cidade de Santa Rosa, né, na época que aqui era... não tinha quase nada. Aí, deu o tempo e até agora estamos por aí lutando na vida”.

Compreendo a criação do município de Santa Rosa do Purus como uma grande conquista dos povos que habitam o Alto Purus. Mas essa conquista não é importante em si mesma, ela só tem sentido se vista como parte de um processo histórico, social e cultural em que não cabe aqui discutir se os atores sabiam ou não no que daria aquela história. O fundamental consiste em compreender o amplo conjunto das conquistas e possibilidades de âmbito

²¹ Quando eu subia o rio Purus sentido balsa de Manoel Urbano a Santa Rosa do Purus, em outubro de 2008, houve um imprevisto que me ensinou duas lições: nunca andar desprevenido e não achar que índio é tudo igual. Ao passarmos pela volta do Sobral, uma aldeia da etnia Kulina, a palheta (hélice) do motor da nossa canoa quebrou, o *motorista* (barqueiro, a pessoa que conduzia a canoa. Lá chamam assim, mas no Pantanal, por exemplo, o piloto do barco é também chamado de pirangueiro) deu devagar no motor e mesmo com toda a trepidação conseguimos completar a volta do rio. Do alto do barranco um índio ouviu os nossos apelos e se dispôs a nos ajudar. Disse que o seu pai teria uma palheta para nos vender, mas ele morava um pouco mais a cima. Fomos até lá. Ao chegarmos ao porto fomos recebidos por uma multidão de índios curiosos; a troca da palheta custou 15,00 (quinze reais), entregamos vinte ao índio que nos prestou socorro o qual nos disse que não tinha troco para nos devolver. Todavia, eu, ansiosamente, disse que não haveria problema, bastaria apenas que ele nos desse de troco algumas porções de *mudubim* (amendoim). A resposta foi um olhar assustadoramente silencioso. Ali descobri que índio Kulina não plantava *mudubim*, prática de Kaxinawá – seu rival.

educacional. Dessa maneira, o ato de desejar a criação do município pode significar a consciência de que novas janelas poderão ser abertas, independentemente dos problemas que possam advir. De alguma forma fica a crença no futuro com base no que se aprendeu no passado e os enfrentamentos do presente são sempre direcionados pela relação do aprender-ensinar. A vida tem várias formas de educar. De acordo com Leal (2006, p. 138), “[...] educar é criar cenários, cenas e situações em que, entre as pessoas *aprendentes*, símbolos sociais da vida e do destino possam ser criados, recriados, negociados e transformados.”

Assim, discutir a história da educação do Alto Purus é compreender a trajetória cultural, histórica, econômica e social do ribeirão; é não deixá-lo de fora da escrita dessa história, pois se não havia escola antes da criação do município de Santa Rosa do Purus não significa que a educação fosse ali inexistente. “Quando se reduz a História da Educação à história da escola, restringem-se os atores desta história; escreve a história de uma classe como se fosse a história de toda uma sociedade” (LOUREIRO, 1988, p. 20). Via de regra, pode-se dizer, é a partir do tensionamento cotidiano, da história e da cultura que uma sociedade se organiza, pensa e cria a escola. E não o contrário.

CAPÍTULO III

O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA E A EDUCAÇÃO NO ALTO PURUS

Repito, elas falam sobre a Educação. Falam sobre situações, processos e pequenas estruturas de troca de símbolos, através das quais flui o saber e o ensino do saber. Falam, portanto, sobre o trabalho social de ensinar-e-aprender.

Carlos Rodrigues Brandão.

A criação do município de Santa Rosa do Purus deve ser compreendida em todas as dimensões. Não há como compreender esse acontecimento privilegiando a dimensão macro ou a micro. O mesmo se diz em relação à educação do Alto Purus. A educação não pode ser compreendida “[...] nem pela análise micro nem pela macro isoladamente. As duas são fundamentais para essa compreensão.” (PESSOA, 1997b, p. 80).

Há um conjunto de fatos sociais relacionados ao processo da emancipação de Santa Rosa do Purus. Trata-se de uma história que não se sabe precisar bem o momento em que a idéia de criação do município começou a circular entre os regionais; o certo é que um passo importante foi dado, sobretudo quando se trata da educação. Discute-se um processo educacional cujas origens remontam a um tempo em que não havia escola, não havia educação escolar no Alto Purus, como vimos no capítulo anterior. Após a criação do município as escolas foram sendo erguidas, tanto na cidade quanto na zona rural. Mas ainda diz pouco. Avançar nessa compreensão é o objetivo do conjunto deste trabalho. Começemos por compreender o Alto Purus.

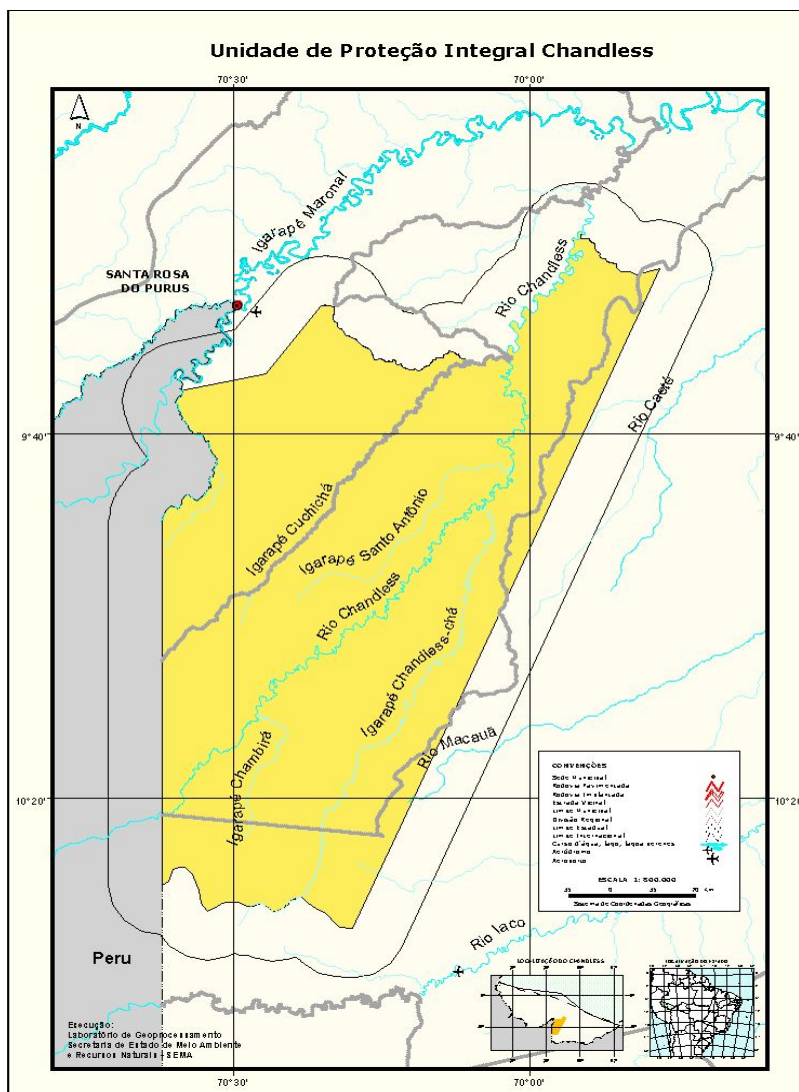
Em estudo para criação da Reserva Biológica do Chandless uma equipe do Programa Acre Sustentável percorreu e mapeou, em julho de 2001, todas as localidades existentes nas margens dos rios Chandless, Purus e Chambuiaco, contou o número de famílias residentes em cada localidade e identificou as coordenadas geográficas com a utilização de aparelho GPS.

No Alto Purus, compreendido aqui o trecho entre a foz do rio Chandless à sede do município de Santa Rosa do Purus, foram contadas, conforme (SILVA, s/d), 65 localidades, povoados, comunidades. Na margem direita do Purus são 29 localidades. Dessas, 22 são aldeias indígenas, 7 de brancos. Na margem esquerda são 36 localidades, sendo que 30 delas são de brancos e 6 indígenas. Em termos quantitativos o número de localidades habitadas por brancos é maior. Porém se olharmos o número de casas no interior de cada localidade podemos perceber que o número de habitações indígenas é superior ao de brancos. Na margem direita do Purus são 205 casas, das quais apenas 7 habitações são de brancos. Na margem esquerda foram contadas 120 casas, sendo 40 indígenas e 80 de brancos. Assim são totalizadas 238 moradias indígenas e 87 de brancos no trecho do Alto Purus que vai da foz do rio Chandless à sede do município de Santa Rosa do Purus. Já no trecho seguinte,

de Santa Rosa do Purus à foz do rio Chambuiaco, temos na margem direita do Purus 4 localidades habitadas por brancos brasileiros totalizando 7 residências. Na margem esquerda temos o povoado peruano de Palestina, com 800 casas.

As referidas localidades e habitações brasileiras representam o lócus de formação e composição populacional da Região de influência da Área 14 – Chandless (Hoje Parque Estadual do Chandless, criado pelo Decreto n. 10 670 de 2 de setembro de 2004), constituída por 3% da extensão territorial do município de Sena Madureira, 35% do município de Santa Rosa do Purus e 62% do território do município de Manoel Urbano.

Ilustração 02 – Unidade de Proteção Integral Chandless



http://www.seiam.ac.gov.br/images/documentos/02_uc_chandless.pdf

Acesso

em 19/05/2009.

Estes três municípios acreanos formam a Regional do Purus (SILVA, s.d). Os seus 40. 823,6 km² correspondem a 27% do total da área do Estado do Acre, são drenados pela bacia Acre-Purus, cujo rio principal é o Purus que, segundo a autora, nasce no Peru e entra no Brasil “[...] na direção sudoeste-nordeste, seguindo um curso extremamente sinuoso, dentro da extensa e contínua faixa de planície”. Os afluentes daquela região do Alto Purus em sua maioria estão situados na margem direita, como o Acre, o Iaco, o Caeté e o Chandless. O rio Chandless, ainda segundo a autora, também nasce em “[...] território peruano e entra no Brasil na direção sudoeste-nordeste, atravessando toda a área e desaguando no Purus. É um rio bastante meandrônico”. Quanto ao contingente populacional da Área 14 – Chandless, Myris M. Silva afirma que é formado por pessoas que nasceram naquela região. À época do auge da exploração gomífera muitos migrantes provenientes de seringais existentes nas margens do rio Purus e outros rios teriam se dirigido para lá trabalharem na extração do caucho (*Castilla ulei*). “São todos descendentes de imigrantes nordestinos, de peruanos e/ou indígenas” (SILVA, s/d). Ao se observar o contingente populacional do município de Santa Rosa do Purus pode-se encontrar traços semelhantes. Após a criação, em 2004, o Parque Estadual Chandless ficou com a seguinte ficha técnica:

Nome da Unidade Parque Estadual Chandless

Órgão Gestor Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC [...]

Área 695.303 há

Municípios sede e percentual abrangido

Manoel Urbano (66,44 %), Santa Rosa do Purus (24,12 %) e Sena Madureira (9,45 %)

Decreto e data de criação Decreto n. 10.670 de 2 de setembro de 2004

Objetivos

- Ampliação das áreas de proteção integral do Estado do Acre;
- Proteção da biodiversidade
- Formação de corredor ecológico
- Formação de mosaico de Unidades de Paisagens

Vegetação

- Floresta de Palmeiras em áreas Aluviais
- Floresta de Palmeiras e Bambu
- Floresta de Bambu Dominante
- Floresta de Palmeiras em áreas Aluviais com transição para Floresta de Bambu e Palmeiras

Marcos importantes (limites) Começa no marco internacional da fronteira Brasil/Peru, localizado próximo à nascente do Rio Santa Rosa. Está cercado pelas Terras Indígenas Alto Rio Purus (Povos: Kaxinawa, Kulina e Yaminawa) e Mamoadate (Povos: Yaminawa e Manchineri) e pela Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema

Atividades em andamento

- Fiscalização e Monitoramento
- Criação do Conselho Consultivo
- Elaboração do Plano de Manejo
- Divulgação do Parque
- Educação Ambiental

Atividades realizadas

- Fiscalização e Monitoramento
- Criação da Logomarca
- Divulgação do Parque
- Educação Ambiental
- Pesquisas (Sócio-ambiental)

Atividades conflitantes

- Caça e pesca predatória
- Coleta de ovos
- Regularização fundiária

(<http://www.seiam.ac.gov.br/handless.pdf>. Acesso em 19/05/2009).

Uma questão a pensar: de que forma os ribeirinhos do Alto Purus, sejam os moradores do antigo povoado de Santa Rosa; sejam os ribeirinhos que moravam em comunidades e seringais que hoje fazem parte do território do município; sejam os trabalhadores que de outros lugares da Amazônia migraram para Santa Rosa do Purus; seja o conjunto dos componentes dessa população que viveram e que vivem uma vida cotidiana inserida numa relação dialética entre as dimensões macro e micro da história do município de Santa Rosa do Purus?

Em primeiro lugar, todos esses sujeitos sociais compõem o conjunto dos habitantes de Santa Rosa do Purus, mas nem sempre a sua trajetória de vida foi a mesma, embora tenham sido oriundos de lugares muito próximos e/ou parecidos ou até dos “mesmos” lugares. Há que se levar em conta as temporalidades históricas; os tempos sociais dos sujeitos sociais não são necessariamente os mesmos, por exemplo: para alguém que sempre viveu no Alto Purus, sobretudo na “vila” de Santa Rosa ou em suas imediações, ao falar da história de Santa Rosa do Purus, fala de uma importante realização de sua própria vida, do sonho de uma vida inteira cuja tradução seria viver numa

comunidade menos isolada. Esse isolamento se ameniza devido à proximidade com os peruanos, o que de alguma maneira surtiu efeito no âmbito educacional, conforme vimos no capítulo anterior. Já para os que antes de morar em Santa Rosa do Purus moravam em outras cidades mais movimentadas e de algum modo mais conectada com o mundo global, mesmo assumindo a importância de Santa Rosa do Purus para a melhoria de sua vida pessoal, de sua realização profissional, a queixa será sempre o isolamento do município e as dificuldades advindas desse problema. Por outro lado, o ribeirinho que viveu toda a sua vida no Alto Purus, mas abaixo da “vila” de Santa Rosa e numa posição intermediária, ou seja, que viveu em localidades próximas à boca do Chandless, e que hoje fazem parte do município de Santa Rosa do Purus, teve uma experiência de vida um pouco diferenciada em relação aos dois casos acima mencionados. Trata-se de ribeirinhos que moravam no Alto Purus, mas não se aventuravam, salvo exceções, a subir o rio até a comunidade de Santa Rosa; quando se tratava da busca por tratamento de saúde, a única alternativa era descer o rio e chegar às cidades de Manoel Urbano, Sena Madureira e Rio Branco, de acordo com a necessidade. A vida era monótona, mas não sem memória, pois viviam em comunidades que outrora foram grandes seringais produtores de borracha; os filhos, entre outras atividades, cortavam seringa para produzir borracha apenas em quantidade suficiente para trocá-la por alguns mantimentos caso o regatão aparecesse, enquanto os pais, mais velhos, idosos saudosistas, contavam histórias “daquele tempo”.

Quando os ribeirinhos de seringais acima da boca do Chandless iam até às cidades citadas, geralmente não guardavam boas impressões; eram estranhos, por sua vez, mal tratados, e, tão logo resolvessem o que tinham ido fazer retornavam para casa, sob pena de cair na marginalidade, no caso dos mais jovens, ou tornarem-se alcoólatras, no caso dos mais velhos; as jovens correriam o risco de “cair na prostituição”.

Apesar de todos os problemas que viveu depois dos “bons tempos da seringa”, o “pessoal da beira do rio” melhorou de vida com a criação do município de Santa Rosa do Purus. Boa parte mudou-se para a cidade para que os filhos pudessem estudar; alguns desses voltaram para seu antigo lugar de moradia, mas compreendendo como positiva a criação do município. Além do mais, há aqueles que desde a fundação do município só vão à cidade em

ocasiões especiais: ou para vender seus produtos e comprar mantimentos, entre outras mercadorias, e/ou em festejos; e a partir do ano de 2008, o período eleitoral, por si só, já não mais promove a ida à cidade de muitos daqueles que moram próximos à Aldeia Fronteira, pois para ali transferiram seus títulos de eleitor.

Ilustração 03 – Rua Profiro de Moura, parte baixa da cidade de Santa Rosa do Purus.



Fonte: Foto de Ademar Santos de Araújo, janeiro de 2008.

A cidade de Santa Rosa do Purus está situada à margem direita do rio Purus. O município conta hoje (2008) com uma população estimada em 3.963 habitantes²², entre “brancos” e indígenas, possui uma área de 6.049,7 Km², o equivalente a 4% da área total do Estado do Acre (SILVA, s/d); tem como vizinhos os municípios acreanos de Manuel Urbano e Feijó. Às nascentes do rio Santa Rosa, afluente do rio Purus, está localizado o marco internacional da Fronteira Brasil/Peru. Na curva do rio e quase em frente à cidade de Santa Rosa do Purus situa-se o Vilarejo peruano de Palestina, José Pardo, e mais adiante, rio acima, está localizada a cidade peruana de Puerto Esperanza. Hoje, um

²² De acordo com o último censo do IBGE, 2007.

confronto bélico entre Brasil e Peru parece remoto. Pelo contrário, já existem alguns esforços, como veremos mais adiante, no sentido de encontrar soluções para os seus respectivos problemas, existentes naquela região.

Puerto Esperanza (Peru) e Santa Rosa do Purus (Brasil) apresentam algumas características semelhantes, a saber: banhados pelo rio Purus, ambos os municípios estão localizados no meio da Amazônia Ocidental, as condições de acesso são reduzidas ao transporte fluvial e aéreo, acrescente-se a isto o elevado custo de vida e as dificuldades no atendimento de requisitos básicos como saúde e educação. Além disso, barreiras alfandegárias ainda inviabilizam o intercâmbio comercial naquela área fronteiriça, exceto produtos levados pela informalidade cotidiana como caça, pesca, banana e laranja vendidos pelos vizinhos ribeirinhos.

As maiores dificuldades ainda são enfrentadas pelos peruanos que, por sua vez, contam com o apoio do município brasileiro de Santa Rosa do Purus. Dessa maneira, os moradores da zona rural do município de Puerto Esperanza (Peru) quando precisam de atendimento médico se dirigem ao lado brasileiro para pedir socorro. As situações extremadas em termos de saúde não são as únicas em que os ribeirinhos peruanos mais próximos de Santa Rosa do Purus podem contar com os vizinhos brasileiros; em eventos como o IV Curso para Parteiras Populares realizado em janeiro de 2008 sob a organização da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Rosa do Purus-AC, mulheres peruanas se fazem presente. Além disso, muitos peruanos adentram o território brasileiro à procura de trabalho, tanto na zona urbana quanto na zona rural de Santa Rosa do Purus, em fazendas, colônias e chácaras.

O entrosamento estreito entre brasileiros e peruanos naquela região de fronteira também se expressa nas animadas festas locais, que quebram a rotina do cotidiano, incrementadas por partidas de futebol. As visitas são recíprocas e constantes, principalmente nos dias 28 de abril, aniversário de Santa Rosa do Purus, 30 de agosto, aniversário da Padroeira do município de Santa Rosa do Purus e do Peru (Santa Rosa de Lima), 1º de julho, dia da Independência da República do Peru e 7 de setembro, dia da Independência do Brasil. Veja fotos do aniversário de Santa Rosa do Purus, de visitantes peruanos e da imagem de Santa Rosa de Lima sendo levada por dramatizadores populares:

Ilustração 04 – Festa do 16º aniversário de Santa Rosa do Purus



Fonte: fotos: Ademar Santos de Araújo, 28 de abril de 2008.

Quanto aos indígenas, nessas festas o observador, leitor, verá com facilidade que os mesmos sofrem discriminação. Basta caminhar pelas ruas e olhar nas paredes dos órgãos públicos, das lojas e dos bares, papéis pregados com avisos do tipo “respeite os direitos indígenas”, fazendo referências ao *Estatuto dos povos Indígenas*. Mas, ainda assim, pode-se perceber que os índios têm maior facilidade em realizar o trânsito fronteiriço entre os dois países. Esses traços do cotidiano ribeirinho do Alto Purus já não podem mais passar despercebidos, nem pelo Brasil nem pelo Peru. Eis que a era das “vistas grossas” não se sustenta mais.

O que ficou de um tempo antigo

Acerca do tempo antigo em Santa Rosa do Purus foi possível constatar pelo menos dois tipos de *tempos antigos*: um, diz respeito às recordações dos velhos, daqueles nascidos, ou que foram para lá ainda jovens – trata-se de um tempo antes da criação do município de Santa Rosa do Purus; do tempo dos seringais; do tempo em que Santa Rosa era uma pequena vila no Alto Purus. Outro é o tempo do *início*, de quando aconteceu a emancipação política, institucional; o tempo em que pessoas de diferentes lugares da Amazônia chegaram até Santa Rosa para construir um novo município, erguer uma nova cidade acreana; alimentar sonhos e criar novas perspectivas e possibilidades a curto, a médio e em longo prazo.

Aos 86 anos, o ancião (E013) fala do que ouviu da boca de pessoas do tempo do coronel José Ferreira de Araújo, segundo ele, conversou muito sobre a “Revolta”, assunto que gosta muito de narrar. Assim diz (E013): “Aqui foi o derradeiro combate, foi nessa terra ali, bem ali (apontando para o outro lado do rio) onde é o marco hoje sentado”. E prossegue o entusiasmado narrador:

Sobre a guerra eu alcancei o finado Tomás, já morreu há muitos anos. Alcancei um alagoano que também ajudou nesse combate; alcancei Profiro Moura, que carregava as mulheres, contavam eles pra mim que carregavam, era ordem do coronel José Ferreira carregar mulher porque os peruanos vinha atacando os brasileiros e atacando as mulheres. Então o coronel foi e pagou a ele pra encher um casco de mulher e levar elas para Liberdade, sabe. E eles (os peruanos) iam atacando por trás, já iam na boca do Xande (rio Chandless). O alagoano foi um que deu fogo também [...] os quatro: Tomás, Profiro, o alagoano, é... o Tiburcio. E alcancei também, numa *sacupemba* (sapubemba) de cumaru, lá onde é o marco, assentado ali onde tá hoje o pilar, pra trás tinha um grande pau, um cumaru, que tinha muitos tipos de armas velhas enferrujadas do tempo da guerra, que dos que morreram o coronel mandou juntar aquelas armas todinhas e jogar dentro daquela fronteira. Lá enferrujou e acabou-se.

O narrador parece sentir saudade de um tempo que ele não viveu diretamente, mas que de alguma forma experienciou o acontecimento; ele guardou cada detalhe que ouviu com a certeza de poder transmitir aos mais jovens e aos que desconhecem os fatos como se ele próprio tivesse combatido contra os peruanos; ele não é personagem dos fatos que narra, mas se sente na obrigação de contar algo memorável na história das relações entre brasileiros e peruanos no Alto Purus. Quem ouve o velho contar histórias do tempo da guerra com o Peru se detém menos na veracidade dos fatos que no prazer de estar frente a um “guardião” de parte da memória alto-puruense e de fazer essa ponte com o passado. Tem-se, portanto, uma leitura ouvida; e eis que através da relação entre quem narra e quem ouve se abrolha uma educação. Uma educação que percorre de um tempo a outro.

Além das lembranças do que ouviu contar, o ancião também fala de lembranças do que ele mesmo viveu no Alto Purus: fala de um tempo “pós-guerra”, de um tempo em que as relações com os peruanos passaram a ser fraternas, conforme diz (E013): “Hoje a relação com os peruanos, aqui pelo menos, está uma irmandade”; e assim, quando perguntei como era a diversão em Santa Rosa antigamente, ele me respondeu com um sorriso no rosto: “Diversão, meu amigo, tinha muita festa: de São Francisco... tal dia tem um boi, tem um capado pra matar, fulano vai festejar então aquilo era a diversão, né. Aí juntava era tudo: era peruano, era índio, tudo misturado, né, aquela alegria”. Não criemos a ilusão de tratar-se de um tempo no qual reinava a paz étnica entre índios e brancos; existiam como existem hoje em dia, conflitos entre brancos e índios, mas podemos até imaginar o esforço que se fazia para garantir uma boa convivência pelo menos durante o período de sobriedade nos festejos.

Nesse sentido, veja o que diz um senhor de 46 anos de idade acerca do tempo em que chegou a Santa Rosa do Purus, o outro tempo antigo – aquele do *início*:

[...] estou em Santa Rosa desde o início [...]. Quando eu cheguei aqui o lazer era fazer uma festinha no final de semana na casa de um amigo, no outro final de semana na casa de outro amigo (costumavam fazer alvorada), na casa da gente... Hoje, já está totalmente diferente porque tem o clube [...], a gente tem que pagar pra ir. Sei que em todo canto é assim. Mas... a diversão no início eu achava bom, sem briga, era melhor do que, assim, tipo hoje porque tem dia que você vai e tem gente querendo brigar na festa. E naquele tempo não. Naquele tempo era melhor do que hoje (E024).

São quarenta anos de diferença entre o homem mais velho e o mais moço. Todavia, ambos se remetem a um tempo antigo para falar de sua vida e da história de Santa Rosa do Purus. Enquanto um lembra o tempo em que Santa Rosa ainda não existia como cidade, o outro lembra o tempo do início da criação do município, da cidade de Santa Rosa do Purus; ambos fazem parte de um mesmo processo histórico e enquanto um revive pela lembrança um passado mais remoto, o outro aprende com as mudanças entre um passado

mais recente e o presente em que vive. E muitas vezes ouvir o que o mais velho tem a dizer pode lhe ajudar na visão de conjunto. Conforme Brandão (1986, p.129), “Um dos paralelos mais evidentes entre os dois tempos será, portanto, aquele entre o isolamento de cidades e pessoas no tempo antigo e a proximidade entre elas nos dias de hoje.”

No tempo antigo, do início da criação do município, ficam também outras lembranças, nem sempre agradáveis, como por exemplo, o enfrentamento com mosquitos, pragas e doenças. A dificuldade de tratar os doentes embaixo de tendas improvisadas era uma delas, conforme demonstra uma foto antiga:

Ilustração 05 – Posto de Saúde Improvisado para Atendimento de Doentes, início da década de 1990.



Disponível em <http://www.santarosadopurus.ac.cnm.org.br>. Acesso em 07/12/08.

Ao se observar o todo se pode ver os elementos comuns. Mas o tempo antigo dificilmente será o mesmo para todos; isto porque cada um tende a privilegiar aspectos que dizem respeito às suas experiências mais íntimas. Ou pelo menos aquelas “memórias ouvidas” com as quais se identifica.

Em busca de trabalho/ O (re) encontro com a escola

Um homem de 33 anos de idade disse-me: “[...] sou natural de Boca do Acre-Amazonas, e vim de lá em 93, né, em busca de trabalho” (E020, 25/01/2008). Entenda-se, aqui, *busca de trabalho* por melhores condições de vida, novas oportunidades, objetivo da grande maioria dos que para lá foram. E, no geral, de alguma maneira esse objetivo comum foi alcançado. O espírito aventureiro às vezes tem suas razões. Mas não foi fácil, a começar pela viagem, pela ida, como contou uma entrevistada:

Eu vim de Rio Branco, com o meu esposo, a convite do pai dele [...] Nós viemos em 94, não sabia nem como era Santa Rosa, onde é que se localizava esse lugar. Nós viemos num barquinho, conhecido por batelão [...] Passamos nove dias de Sena Madureira até chegar aqui em Santa Rosa. Na viagem eu até estranhava, eu tinha muito medo quando parava nas aldeias, eu não tinha conhecimento nem intimidade com os índios. Quando chegamos aqui fomos pra casa do meu sogro” (E001, 15/01/2008).

Quando (E001) diz que ao chegar à Santa Rosa foi para a casa do sogro, ela não está se referindo apenas a laços familiares, a sentimentos afetivos. Claro, esse envolvimento familiar foi importante. Mas há outras razões, como ela mesma explica: “Na época em que eu cheguei aqui, em 94, tinha poucas casas, na faixa dumas 15 a 20 casas. Todas as famílias moravam de dois, era uma casa de 5/6m (cinco por seis metros) dividida ao meio e morava duas famílias numa casa.” Como vimos, essas pessoas tiveram que aprender ou desenvolver espírito comunitário; a dividir não só o peixe ou a caça, mas também o espaço de moradia e da privada (sanitário). O banho e a lavagem de roupa aconteciam no rio ou na vertente.

Ilustração 06 – Construção de casas populares, década de 1990.



Fonte: Acervo particular de Jairon Teixeira

Após os primeiros arranjos e cientes da realidade do agrupamento, os novos santa-rosenses fincaram esforços no trabalho com a esperança de terem um futuro melhor; para uns o trabalho foi mais árduo que para outros.

Quando nós chegamos o meu esposo foi trabalhar de braçal, ajudando a brocar as ruas, fazer casas, tudo isso. Eu ficava em casa. Com um tempo conheci [...] o diretor da primeira escola aqui do município, a escola Antônia Fernandes de Moura, que na época era de madeira, era a única escola que tinha aqui. Ele era diretor dessa escola. Foi feito um chapéu de palha ao lado da casa dele, que era pra lecionar alfabetização de jovens e adultos, e, eu fui convidada por ele, que batalhou muito por mim pra conseguir esse emprego como professora (E001).

Das 28 pessoas entrevistadas, 13 (treze) delas disseram que quando chegaram à Santa Rosa trabalharam de braçal ou citaram alguém da família que fazia esse tipo de atividade. Já em relação a outros tipos de trabalho, como na educação, por exemplo, o número foi menor: 5 pessoas afirmaram ter trabalhado na educação ou citaram alguém da família. Foi interessante observar que das pessoas entrevistadas 2 (duas) disseram que já eram professoras no Alto Purus bem antes da criação do município de Santa Rosa do Purus, uma delas (E023) já foi citada no capítulo anterior, (pp. 48 - 49). “Trabalho há 22 anos na educação pelo Estado. Trabalho também pelo Município. Tô com 14 anos que trabalho” (E005).

Quadro 01 - Informantes e condição de vida escolar da família

28 pessoas entrevistadas. Condição/intenção	Quantidade
Filhos que trabalham	8
Filhos que não trabalham (só trabalham na colônia)	3
Filhos que não têm idade de trabalhar	3
Filhos que foram estudar em outro lugar	4
Pretende mandar estudar em outro lugar	3
Pretende mantê-los em Santa Rosa se o município oferecer estudo para que eles se formem	2
Não falou do futuro escolar dos filhos porque são adultos	4
Exército como alternativa de trabalho para os filhos	2
Não pensou ainda no futuro dos filhos	1
Filho que parou de estudar para trabalhar	2
Filho que parou de estudar por motivo de reprovação	1
Filhos que fazem faculdade em Santa Rosa do Purus	3
Entrevistados que fazem faculdade em Santa Rosa do Purus	7
Entrevistados que responderam que fazem faculdade em S.R. P, nascidas e criadas em Santa Rosa do Purus	3
Entrevistados que fazem faculdade em S.R. P e trabalham na educação	6

Ao conversar com os moradores de Santa Rosa do Purus percebe-se um contraditório saudável comum a todos os entrevistados: em algum momento todos eles falaram das dificuldades enfrentadas no passado, dos problemas com os quais convivem hoje em dia, mas também todos eles demonstraram que a sua vida melhorou progressiva e significativamente com Santa Rosa do Purus. Veja algumas falas:

[...] tenho 42 anos de idade. E cheguei aqui trabalhando na diária pra prefeitura [...] Aí depois eu passei a trabalhar na serraria [...] aí não tava dando certo o pagamento, aí, peguei e

saí. Passei três anos trabalhando na diária, aí comecei a trabalhar de funcionário da prefeitura (E018).

[...] chegando aqui nessa região de Santa Rosa eu trabalhei um ano à bordo, né, depois saí dessa função e fui trabalhar na serraria. Depois da serraria é, trabalhei... motorista é, no grupo gerador muito tempo e foi a partir daí que eu construí uma família, arrumei uma mulher, me casei, né, nós tivemos três filhos, né. Hoje eu trabalho na GUASCOR DO BRASIL, uma empresa multinacional, já está com oito anos que eu trabalho nela (E020).

Eu vim com o seu Roque, que era prefeito naquele tempo. Vim fazer canoa e assentar uma serraria aqui. Também dessa vinda, não voltei mais, ainda tô por aqui. Trabalhando, fazendo canoa, e... até que o meu irmão [...] trabalhava na GUASCOR, aquela usina, aí o cara que veio de Sena Madureira só vivia saindo, até que eu fiquei no lugar dele. Eu tô com oito anos que eu trabalho na GUASCOR (E002, 64 anos).

Graças a Deus, hoje eu posso dizer que sou uma pessoa realizada. Meu esposo batalhou muito... Vivía de motosserra, serrando por aí e trabalhando de braçal, brocando [...] Veio a oportunidade através do segundo prefeito, Manoel Lopes Duarte, de conseguir um emprego pra ele como agente de endemias da FUNASA, trabalhando com borrifação e o combate a malária, coisa que, graças a Deus, no município de Santa Rosa não tem (E001).

Estou contribuindo desde o início porque, quando a gente chegou aqui tudo era um matagal. Hoje Graças a Deus está uma cidade como qualquer outra... A gente vive a vista do que quando a gente chegou aqui, hoje está um paraíso (E024).

Assim, do mesmo modo que as pessoas consideram importante a existência daquele município para a melhoria de sua condição de vida material e profissional, pode-se compreender a maneira como as pessoas consideram importante a criação de Santa Rosa do Purus para o seu engrandecimento espiritual, para alargar a importância que atribuem à educação escolar.

Segundo Martins (1998, p. 710), “O que logo chama a atenção do pesquisador que percorre essas regiões, seja no Acre, no Maranhão, ou no Mato Grosso, é uma extrema valorização da escola e da escolarização.” A fala de uma entrevistada pode ajudar a traduzir essa valorização da escola em Santa Rosa do Purus quando perguntei a ela sobre a situação escolar do seu filho: “Estuda na primeira escola do Município, Antônia Fernandes de Moura, e

tá cursando a 5ª série do Ensino Fundamental” (E001). Ela se alegra não só porque o filho de dez anos está cursando a 5ª série, mas também porque ele não estuda em qualquer escola, ele estuda na “primeira escola do Município”.

Ilustração 07 – Escola Municipal Antônia Fernandes de Moura, a primeira escola do município (em reforma).



Fonte: foto de Ademar Santos de Araújo, janeiro de 2008.

Ilustração 08- Escola Estadual de Ensino Infantil

Fonte: foto de Ademar Santos de Araújo, abril de 2008.

Ilustração 09 – Escola Municipal Dr. Celso Salgado

Fonte: foto de Ademar Santos de Araújo, abril de 2008.

Uma significativa compreensão da escola para a história do Município. Conforme Severino (1986, p. 96), “O resultado da educação brasileira não foi, pois, apenas a manutenção, sustentação e reprodução das condições econômico-sociais adversas da sociedade classista brasileira e da ideologia dos segmentos dominantes. Trouxe algum saldo além de seu efeito maior.” É claro que não foi a escola que desencadeou importantes fatos históricos, acontecimentos e desenvolvimento do município de Santa Rosa do Purus, mas a escola é vista pelos locais como algo importante desencadeada a partir do desenvolvimento do município. Nesse caso, de acordo com Severino (1986), se

de tudo o leitor não encontrar nada de concreto para chamar de saldo positivo, ainda assim é possível voltar o olhar para o imaginário daqueles que de alguma maneira vêm a escola como local de possibilidades.

Para os pais, Santa Rosa do Purus trouxe, também, uma possibilidade de eles próprios começarem ou voltar a estudar, coisa que em muitos casos trabalho e estudo, se mostravam para eles incompatíveis. “[...] eu andei indo pra escola, mas aí é muito difícil trabalhar e estudar... parei” (E002). Contudo, se os pais não conseguem estudar devido ao trabalho, o fato de os filhos estarem na escola deixa os pais vitoriosos, conforme disse (E006, 38 anos, 17/01/2008): “Estudei até a 4ª série quando morava lá (seringal Cruzeiro). Depois que eu cheguei aqui eu comecei a estudar, mas a gente com menino, né, ninguém pode estudar. Aí eu fui e abandonei a escola. Mas meus filhos hoje em dia estão estudando”. Outros conseguiram conciliar trabalho e estudo, como o operador de motosserra (E024): “Estudei... eu nasci no laco, estudei até a 4ª série por lá, e terminei o Segundo Grau aqui em Santa Rosa, depois de 14 anos que eu tinha parado de estudar eu consegui, fiz o Primeiro e fiz o Segundo Grau.”

Ao comparar a situação de antes com a do momento em que eu a entrevistava, ela me dizia: “Hoje as coisas melhoraram bastante” (E001). E, ao passo que “as coisas melhoraram”, a educação também tendia a melhorar, ou seja, entenda aqui o tom de “melhorar” no sentido de começar a aparecer, se mostrar conforme os desígnios oficiais, municipais. Dessa maneira, outra entrevistada assim falou sobre o início da educação escolar em Santa Rosa do Purus:

Na época em que o Roque veio pra cá como prefeito convidou já a Geovana, o Antônio José, que era... O Antônio José já trabalhava, ele era diretor de uma escola em Sena Madureira, eu o trouxe pra cá porque ele já tinha experiência. E assim foi iniciando a educação aqui, nós e tinha umas pessoas já contratadas pelo Estado, que o padre Paulino tinha conseguido. Tinha poucas pessoas: tinha Kulina, Kaxinawá, e tinha o Chico Feijó e o Zeca Moura, que eram contratados pelo Estado. Depois quando nós chegamos aqui, ainda no primeiro mandato, o do Roque, fomos começar a ver o que nós poderíamos fazer, organizar os professores para dar aulas tanto na zona urbana quanto na zona rural. Aqui sempre era mais fácil porque os

meus filhos todos já tinham terminado o Segundo Grau, então nós mesmos fomos dando aula aqui. E na zona rural, é... o Roque já pegou aquelas pessoas que eram alunos daqueles professores do Estado, que já tinha um conhecimentozinho e quando ele (o prefeito) fez o primeiro concurso, aqueles índios que eram alunos dos professores do Estado já foram ser os professores. E assim foi passando os primeiros anos (E023).

Em 2008 Santa Rosa do Purus contava com 35 (trinta e cinco) escolas, desse total 31(trinta e uma) estavam localizadas na zona rural do município e 4 (quatro) localizadas na zona urbana; as escolas municipais totalizavam 22 (vinte e duas) escolas, sendo que 16 (dezesesseis) eram escolas indígenas e 6 (seis) eram escolas de brancos; as escolas estaduais totalizavam em número de 9 (nove), sendo que 8 (oito) eram indígenas e uma era de branco. Na cidade, havia 2 (duas) escolas municipais de Ensino Fundamental, 1 (uma) de 1ª a 4ª e a outra da 5ª a 8ª série, com proposta para implementar o 9ºano; e outras 2 (duas) escolas estaduais: 1 (uma) de Educação Infantil, 1 (uma) outra de Ensino Médio, uma “Escola Jovem”. Além da escola básica, em Santa Rosa do Purus havia o Ensino Superior, através da Universidade Federal do Acre, UFAC, que disponibilizava, à época, três cursos-modulares: Biologia, Letras Vernáculas e Matemática.

Ilustração 10 – Centro de Cultura e Florestania de Santa Rosa do Purus. Em 2008 funcionavam cursos de ensino superior da Universidade Federal do Acre



Fonte: foto de Ademar Santos de Araújo, janeiro de 2008.

Ilustração 11 – Escola Jovem Padre Paulino Maria Baldassari (E. E. Ensino Médio).



Fonte: foto de Ademar Santos de Araújo, abril de 2008.

Ilustração 12- Escola Municipal (Rural/Branco) Seringal Santa Helena



Fonte: foto de Ademar Santos de Araújo, janeiro de 2008.

Ilustração 13 – Escola Municipal Palmary (Rural/Indígena).



Fonte: arquivo Secretaria Municipal de Educação de Santa Rosa do Purus

Perceba que houve um significativo aumento na oferta do ensino público no Alto Purus, isso é bom. Mas é preciso, também, que esse aumento não se apresente apenas em termos numéricos, quantidade e qualidade devem, portanto, andar juntas. Pierre Bourdieu (2007, p.57 - 58), lembra que

De fato, o sistema de ensino pode acolher um número de educandos cada vez maior – como já ocorreu na primeira metade do século XX – sem ter que se transformar profundamente, desde que os recém-chegados sejam também portadores de aptidões socialmente adquiridas que a escola exige tradicionalmente. Ao contrário, ele está condenado a uma crise, percebida por exemplo como de “queda de nível”, quando recebe um número cada vez maior de educandos que não dominam mais, no mesmo grau que seus predecessores, a herança cultural de sua classe sócia [...] ou que, procedendo de classes sociais culturalmente desfavorecidas, são desprovidos de qualquer herança cultural.

Pensar a educação escolar no Alto Purus a partir da criação do município de Santa Rosa do Purus implica um exercício mental que vai além da constatação da construção de ambientes de ensino, de escolas, seja na zona urbana seja na zona rural. A proposição não serve apenas para o caso do Alto Purus, mas para toda e qualquer região que tenha passado ou venha passar por experiência parecida. Em relatório para a Secretaria de Assistência Social de Santa Rosa do Purus a assistente social assim escreve sobre os habitantes da cidade: “[...] as famílias de Santa Rosa têm um perfil diversificado, onde em sua maioria são famílias que vieram da zona rural e sua cultura é diferente, o mecanismo de socialização é um processo lento.” (DONADON, 2006) Ao olhar para tal “socialização” sob uma perspectiva educacional, o leitor verá que se trata de um cruel adestramento, no qual o sistema escolar através de sua lógica própria trabalha para a perpetuação de determinados privilégios sociais e culturais. Conforme Pierre Bourdieu (2007, p. 59), o sistema escolar “Conferindo às desigualdades culturais uma sanção formalmente conforme aos ideais democráticos, ele fornece a melhor justificativa para essas desigualdades.”

Dessa maneira, as características próprias da região de estudo merecem ser identificadas, sem negligenciar os pequenos gestos, conscientes ou inconscientes, para que possamos compreender que tais gestos, silenciosos ou não, podem revelar o caráter das relações entre as dimensões micro e macro do âmbito educacional e do cotidiano na história de Santa Rosa do Purus. Pode-se por assim dizer que “[...] nesse inventário de aparentes miudezas, reside a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma” (DEL PRIORI, 1997, p. 274).

Perguntei a (E020) se ele havia estudado e ele me respondeu que estudou até a 6ª série porque não teve oportunidade de prosseguir nos estudos. “[...] comecei a trabalhar e não tive oportunidade, porque meu pai morava na roça, né, não me deu oportunidade de estudar na cidade, pra eu chegar a me formar”. Por outro lado, valoriza os cursos de capacitação que recebeu na empresa que trabalha: “Mas hoje eu tenho vários cursos de capacitação, como: meio-ambiente, combate a incêndio, segurança no trabalho, organização de trabalho, parte elétrica e mecânica” (E020). Quando perguntei sobre o que espera do futuro dos filhos, obtive a seguinte resposta: “Rapaz, o meu objetivo é [...] até as minhas condições derem de eu colocar elas lá em Rio Branco, né,

porque lá é um lugar mais avançado [...] Dar o melhor pra elas, é esse o meu objetivo [...] tirar elas daqui, porque aqui é um lugar muito atrasado, não tem um desenvolvimento para estudo, né” (E020).

Não é de hoje que ouvimos os pais, de um modo geral, dizerem querer sempre para os filhos aquilo de bom que eles não tiveram. Foi interessante ouvir a fala do pai, segundo a qual, o melhor para suas filhas seria que elas fossem estudar em outra cidade, para que tivesse um estudo mais avançado. Esse não foi um caso isolado. Veja outro caso:

O mais velho veio prá cá com três anos, já vai fazer 18 anos; minha filha tem 14 e os dois (gêmeos) têm 11 anos. Estudam. O mais velho está fazendo já o 3º ano do 2º Grau, a menina tá fazendo o 1º ano 2º Grau e os dois mais novos na 7ª série, estudam na escola Antônia Fernandes de Moura, em Santa Rosa. A minha filha, ela começou estudar o 2º Grau dela aqui, mas... não teve muito resultado, assim, em algumas matérias. Aí foi preciso ela viajar para Sena Madureira pra ver se tem melhores conhecimentos, né, com as matérias que ela não teve muito proveito (E021).

Uma entrevistada (E004) reclama da demora que o filho mais velho teve que enfrentar para concluir o Ensino Médio: “Foi muito difícil porque ele passou seis anos pra terminar o 2º Grau, enquanto era pra terminar em três. Ele passou seis. Por falta de professor e condições”. E sobre o que pensa do futuro dos filhos, respondeu:

[...] é difícil, porque a gente deseja o melhor, mas, aqui não tem como. Quando vai pra fora e volta ainda tem um meio de arrumar um emprego. Mas ficando aqui o tempo inteiro... eles acham que o estudo aqui não tem valor. Por mais que você saiba, mas eles não valorizam. E é assim (E004).

Veja o que disse outra mãe:

Tenho sete filhos. Todos estudam. O meu mais novo vai fazer a 6ª série. A outra vai pra 8ª série, aí tem o que tá com 18 anos e vai pro 3º ano do 2º Grau. O (filho homem mais velho) terminou o 2º Grau. Outra vai pro 1º ano do 2º Grau e tenho a que faz faculdade comigo. E a (filha mais velha de todos eles) faz faculdade de História em Rio Branco [...] ela foi pra lá porque, na época, aqui só tinha de 1ª a 4ª série. Aí ela foi pra Rio Branco, fez o Ensino Fundamental, fez o ensino Médio e agora faz faculdade. Ela foi Prá lá, eu acho que ela tinha uns treze prá catorze anos. Agora ela tem 23.

Segundo (E003) a moça não pensa em voltar, pois lá “Ela trabalha e estuda”. Tem-se, portanto, “[...] a atividade escolar numa relação hierárquica de secundário e primário com o trabalho” (MARTINS, 1998, p. 711).

Ainda assim, pode-se sentir o entusiasmo dos pais ao falarem da escolarização dos filhos: “[...] eu tenho seis filhos. Todos seis, graças a Deus, estudam. Um vai fazer o 1º ano já; os outros dois, né, um 6ª e o outro 5ª; um na primeira série e um na 4ª série. E graças a Deus tô satisfeita aqui em Santa Rosa” (E006). Expressam sua vontade de continuar na cidade. Outros, em última instância, planejam mandar os filhos estudar em outra cidade:

Eu vou mandar eles pra outro canto, né, para eles se formarem. Eu penso assim, né, se não tiver aqui estudo adequado pra eles eu vou mandar eles lá pra Rio Branco, né. Eu tenho meus irmãos, minhas irmãs lá em Rio Branco, eu mando eles pra lá, se formarem, né, se tudo der certo (E019).

Como disse, é natural que os pais queiram sempre o melhor para os filhos, mas às vezes, parece que a vontade dos pais é tão grande que eles não avaliam algumas questões como, por exemplo, como ficariam esses filhos longe da família. Porém há, aí, uma questão cultural. Ora, a vida cotidiana é imbricada de uma consciência coletiva sob a qual são transmitidas determinadas experiências de ordem técnica, material e ou simbólica com as quais se planeja o futuro da comunidade, via família, a cada nova geração. As pessoas conhecem as regras que regem o universo cultural em que vivem e, portanto, compreendem as intenções, sentimentos e sonhos tanto no âmbito familiar

quanto no âmbito social, da comunidade. Dessa maneira a cultura permite “[...] a adaptação do indivíduo ao meio social e natural” (SILVA, SILVA, 2006, p. 86).

Nesse sentido, perguntei a uma mãe, cuja filha estava estudando em outra cidade, como estava a filha na nova cidade, ao que a mãe, reticentemente, respondeu:

Lá ela tá bem. Lá já começou estudar, a transferência dela já tive que mandar. Aí ela está se adaptando, lá, com a nova escola que ela está estudando. Mas ela está com dificuldade, assim, porque teve que distanciar da família. E ela disse que está com muita saudade, acha que não vai conseguir. Mas eu espero que ela consiga (E021).

Ficar longe de casa e da família, longe do “torrão” onde sempre viveu, não é dificuldade apenas das crianças e adolescentes. Sobre isso diz um santarosense que tentou ir embora: “Tenho 43 anos, até hoje por aqui. Um bocado dos meus irmãos moram em Rio Branco. Eu fui prá lá (década de 1980), mas não me acostumei, voltei para cá de novo e estou por aqui ainda. Minha mãe mora aqui também” (E019). Mais uma vez entra em cena o fator cultural. A visão de mundo do homem é condicionada pela cultura. Conforme Laraia (2005, p. 67), “Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas.” As pessoas não só riem de coisas diversas como também valorizam, reconhecem qualidades sob angulos diferentes. É o caso da educação, da escolarização.

Mas, de acordo com Bourdieu (2007, p. 49),

De maneira geral, as crianças e sua família se orientam sempre em referência às forças que as determinam. Até mesmo quando suas escolhas lhes parecem obedecer à inspiração irredutível do gosto ou da vocação, elas traem a ação transfigurada das condições objetivas.

Um sujeito que sai da pequena comunidade de Santa Rosa no início dos anos 1980, imagina-se que ele não vá em busca apenas de trabalho mas também de condições de estudo, instrução. No entanto, o choque cultural o faz recuar e esperar pelas mudanças que certamente irão acontecer “naturalmente”.

Interessante notar que o mesmo conjunto de fatores culturais que podem manter a permanência do indivíduo em um determinado meio social pode também afastá-lo, ainda que por um período indeterminadamente temporário. Assim, “As mesmas condições objetivas que definem as atitudes dos pais e dominam as escolhas importantes da carreira escolar regem também a atitude das crianças diante dessas mesmas escolhas e, conseqüentemente, toda sua atitude com relação à escola.” (BOURDIEU, 2007, p. 47 – 48)

Sobre o trabalho dos filhos, as falas têm algumas diferenças, mas, no geral o sentido é o mesmo. O *trabalho* aparece como sinônimo de *emprego*. Veja:

O meu filho [...] esse ano [...] conclui o 2º Grau dele. Vai começar esse ano. Ele fez concurso pra auxiliar administrativo e passou (E021).

Nenhum trabalha. O (mais velho) vive pela colônia, com o pai dele, e, assim, a gente vai levando (E004).

[...] aí tem o que tá com 18 anos [...] terminou o 2º Grau, ele foi servir o exército (E003).

Eu tenho um com 18 anos. Só que agora serviu, graças a Deus, e, se Deus ajudar ele vai servir dia 11 de fevereiro em Rio Branco e se Deus ajudar ele vai passar no exército (insisto perguntando se antes ele trabalhava) Não. Ele trabalhava, assim, mais o pai dele, né, no roçado, né, mariscando... (E006).

Disse outro entrevistado (E019): “Os meus filhos começaram estudando na Palestina (no Peru), né, porque era mais perto da minha colônia prá lá, né. No ano passado foi que começaram a estudar aqui. E agora vão continuar estudando aqui”. E acrescenta:

[...] eu tenho dois filhos: a menina tem 15 anos, o outro tem sete, né, um casal. Estão estudando aqui em Santa Rosa. Ainda bem que o eles (Governo e Prefeitura) dão uma ajuda pra gente, né. Eu moro na colônia, mas eles dão gasolina [...] pra gente vim todos os dias, vim e voltar, aí beleza, né, é bom de mais (E019).

Nessa última fala, como se vê, aparece uma questão indissociável da discussão acerca da educação rural, o transporte escolar. Essa é uma discussão que vai longe, e, embora nesse momento não a priorizemos, não se pode ignorá-la por completo. Vejo que o transporte escolar na Amazônia, na maioria dos casos, deve ser entendido como uma situação diferenciada. Enquanto em boa parte do Brasil as reclamações concernentes ao transporte escolar dão-se em torno das condições dos veículos, o que não deveria ser diferente no caso de barcos que transportam crianças para escolas amazônicas, na Amazônia as distâncias são maiores. Se as distâncias são maiores, os problemas não ficam para trás. O caso de (E019) parece tranquilo, ele mora numa colônia bem próximo à cidade e com a ajuda de órgãos públicos ele consegue manter os filhos estudando na cidade sem que isso implique em nenhum prejuízo de ordem cultural ou afetiva (PESSOA, 1997a). Mas, esse é um dos poucos casos. A maioria dos que dependem do transporte escolar em Santa Rosa do Purus mora bem longe da cidade.

Contudo, se levarmos em consideração o fato de hoje haver escolas em várias comunidades ribeirinhas do Alto Purus podemos perceber que a distância em relação à cidade não representa (ao menos não deveria), por si só, maiores problemas. Essa realidade demonstra a urgência em se buscar alternativas eficazes para que nenhum aluno da zona rural seja prejudicado. De acordo com Pessoa (1997a) “[...] se deve analisar com carinho as experiências já existentes de escola-pólo.” Entretanto, no momento em que a pesquisa foi realizada não havia nenhuma escola-pólo no município de Santa Rosa do Purus. Em vez disso foram encontradas escolas multisseriadas, tanto em comunidades indígenas quanto de brancos.

Fagundes e Martini (2003, p. 116) ao analisarem o processo de transição da escola multisseriada para escola nucleada em Santa Catarina afirmaram: “Um ponto determinante da qualidade do ensino é, sem dúvida, a passagem das classes multisseriadas para classes unisseriadas, o que facilita a vida do professor e oferece ao aluno maior contato com o professor.” Os autores têm razão quanto aos avanços que mencionam, ainda assim se faz necessário examinar as particularidades de cada lugar, região, realidade. Segundo a revista *Veja* (19/11/2008), cerca de 30% das escolas do mundo têm três salas ou menos, e, no Canadá, 16% dos alunos estudam em classes multisseriadas.

Na zona rural de Santa Rosa do Purus foi constatado o transporte escolar fluvial de uma comunidade ribeirinha para outra. Os alunos de uma determinada comunidade sem escola seguem pelo rio em direção a comunidades e escolas mais próximas de acordo com o grau de estudo. Acontece, em alguns casos, de haver escolas cujo acesso se dá por terra; os alunos fazem “varação”, seguindo trilha no meio da mata de casa até à escola. Mas o mais freqüente é pelo rio, da seguinte maneira:

Funciona simples, com embarcações dos próprios moradores, que o município aluga, né, [...] E funciona, assim, porque não tem praticamente... a prefeitura não tem barco próprio para transportar os alunos. Então eles alugam o barco, que seja do professor, ou do transportador dos alunos pra fazer o transporte (E016, 22/01/2008).

O “transportador dos alunos” geralmente é pai de aluno; outras vezes pode ainda ser o professor, dependendo das localidades de moradia do professor e dos alunos. Nesse cenário, de alguma maneira, todos ganham: se o professor “alugar” a sua canoa poderá ter sua renda acrescida no final do mês; o pai estará assegurado de que os filhos não ficarão sem freqüentar a escola, consegue “livrar algum por fora” e se não acompanha os filhos até a escola, o vizinho o faz ou o filho mais velho com prática no timão do motor conduzirá o barco; e o poder público tem, provisoriamente, um problema a menos para resolver.

Não resta dúvida de que esse quadro representa um avanço na educação escolar dos ribeirinhos do Alto Purus, mas ainda causa descontentamento e reclamações: “Tem dias que vão deixar, tem dias que vão buscar. Tem escola que, é 31 dias, o aluno estuda dez dias” (E001), alega-se, entre outras coisas, falta de gasolina. De qualquer maneira, isso possibilita comparações e debates:

[...] o certo era pra ter um barco equipado com banquinhos pros alunos se sentarem que nem é em Manoel Urbano, que, tem até nome de Transporte Escolar. Aí tem o zero tal e tal pra ligar... denunciar se esse barco tá sendo feito (usado) pra outras

coisas. Mas aqui o barco da educação, ele é usado pra agricultura, ele é usado pra transporte pra carregar farinha do pessoal... ele é usado pra tudo (E001).

Ilustração 14 – O Barco da Educação na Zona Rural do Município



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Santa Rosa do Purus-AC

O problema se agrava devido às distâncias de uma comunidade ribeirinha a outra, elas não são o único problema. E isso tem refletido na vida escolar de muitos alunos, sobretudo nos quesitos evasão escolar e reprovação. “Em 2004 nós estávamos com uma evasão de 47%, hoje (2008) nós estamos com 22%” (E017, 22/01/2008). E, segundo o entrevistado, isso seria causado pela

[...] distância de uma comunidade à outra, de brancos. E o indígena, o deslocamento. A cultura, devido a cultura deles, devido a educação deles ser diferenciada: só estuda três dias – que é o entendimento deles. E isso a gente tá tentando conscientizar eles que é diferenciada, mas tem que estudar todo dia (E017).

Como vimos, além da distância, no caso dos indígenas, existe um fator de ordem cultural, é claro. Mas não é só entre os indígenas que há evasão e reprovação, entre os brancos também há. E isso demonstra o enorme desafio de se repensar a educação rural, identificar os seus limites para se traçar planos e metas a serem cumpridas. Conforme Pessoa (1997a, p. 155),

[...] é preciso que as comunidades rurais, os agentes educacionais a elas ligados, enfim, todas as pessoas e grupos

interessados estudem as modalidades de educação escolar existentes, as experiências em andamento e busquem formas de adequação da educação à realidade e aos anseios das populações rurais, incluindo-se, é claro, a pressão ao poder público, visando a conquista de programas efetivos de atendimento a essas demandas.

Essas demandas não estão isoladas de outras, nem esse é um problema exclusivo da educação rural. A educação, de uma maneira geral, “[...] está diretamente relacionada com as condições da economia” (SEVERINO, 1986, p. 96). Enfim, para que as melhorias possam vir e continuar sua progressão ininterrupta, o poder público precisa investir recursos financeiros, e, claro, sem negligenciar os trâmites democráticos, profissionais capacitados etc.

Conforme Cruz e Pessoa (2007, p. 13), em seu relatório “Ruralidades, saberes e sentidos da escola no meio rural em Goiás”,

Para apreender os sentidos e os significados das políticas públicas sociais, particularmente a educação rural frente a esse contexto se faz necessário encarar o “desenvolvimento rural” como um campo de produção do conhecimento, no sentido empregado por Bourdieu e, portanto, sujeito a arquiteturas analíticas inspiradas por tradições teóricas diversas e, muitas vezes, divergentes entre si.

Evidentemente, os autores estão se referindo a uma realidade diferente no tempo e no espaço. O desenvolvimento no Acre não ocorre na mesma velocidade nem da mesma forma que em Goiás, nem deveria ser assim. Da mesma maneira, os municípios goianos de Rio Verde, Cavalcante e Goiás têm características completamente diferentes do município de Santa Rosa do Purus, no Acre. No entanto, assim como nos municípios goianos, em Santa Rosa do Purus na rede escolar pública-municipal de educação básica ocorre “[...] um máximo de inovação adaptativa da escola ao seu contexto sociocultural, a um máximo de redução da educação rural ao modelo praticado na cidade [...] um completo ajuste da escola rural aos processos de desenvolvimento” (CRUZ, PESSOA, 2007, p.13) municipal. Enfim, se faz necessário compreender Santa Rosa do Purus de forma particular sem, contudo, cair no localismo. Assim,

[...] pensar o desenvolvimento local implica extravasar o local limitado por espaços geográficos e pensar sua identificação a partir da desconstrução da falsa antinomia entre o micro e o macro. O local constitui-se em território e conduz-nos a assinalar a endogenia e a particularidade do contexto em que se situa. O local é nesse sentido, construído social e territorialmente; é delimitado pela permanência de um campo estável de interação entre atores sociais, econômicos e políticos. (CRUZ, PESSOA, 2007, p. 21)

Entender o desenvolvimento em Santa Rosa do Purus é também compreender sua situação de fronteira com o município peruano de Puerto Esperanza, como vimos anteriormente. Assim, cabe perguntar de que forma se relacionam desenvolvimento regional, educação e integração fronteiriça no Alto Purus.

Ao que parece tanto as autoridades brasileiras quanto as peruanas têm interesses em efetivar a integração fronteiriça. De acordo com a Ata da IV Reunião do Grupo de Trabalho Binacional Brasil-Peru sobre a Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço, realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 24 e 25 de abril de 2008, a Delegação do Peru, em reação à visita oficial do Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Peru, em 20 de agosto de 2007, solicitou a inclusão, na lista de localidades fronteiriças ligadas, das localidades de Benjamin Constant, no Amazonas (Brasil), e Islândia, no Peru, e de Santa Rosa do Purus, no Acre (Brasil) e Puerto Esperanza, Peru, além das localidades de Assis Brasil, no Acre (Brasil) e Iñapari, no Peru. Lê-se no documento:

A Delegação do Peru propôs reativar o Comitê de Fronteira Assis Brasil-Iñapari, atualizar o regulamento do Comitê e criar comitês de fronteira para Benjamin Constant e Islândia e para Santa Rosa do Purus e Puerto Esperanza. A Delegação do Brasil comprometeu-se a analisar as propostas peruanas no menor prazo possível.

O assunto é posto em uma ordem macro estrutural. Perguntemos com Agnes Heller: “[...] imagine-se duas esferas, uma grande e outra pequena; por que razão haveria a grande de movimentar-se em torno da pequena, não seria mais natural que fosse a pequena a deslocar-se em torno da maior?” (HELLER, 1982, p. 125 – 126). Essa pergunta pode suscitar longos debates, mas, por ora,

pensemos apenas o seguinte. Estudar o cotidiano na perspectiva da relação dialética e tensionada do macro com o micro possibilita maior sensibilidade para ver além do propriamente aparente, pois, do contrário, veríamos apenas as ações de determinados agentes em detrimento de outros, tendência que deve ser desnaturalizada, sobretudo se compreender que dificilmente as “miudezas” do cotidiano em “esfera menor” deixarão de se relacionar com outras esferas e escalas maiores, sobretudo num período histórico em que o mundo vive um processo de aceleração na velocidade da informação. Além do mais, em relação aos acordos entre Brasil e Peru, há que se levar em conta a historicidade da necessidade da integração fronteiriça, bem como as maneiras de viver o cotidiano encontradas pelos habitantes da fronteira, sejam eles brasileiros ou peruanos. Tanto os brasileiros quanto os peruanos da área fronteiriça estão em situação mais frágil em relação aos respectivos irmãos nacionais, grandes grupos econômicos e governos. Mas não se trata de mera submissão sem resistência. “[...] os ‘mais fracos’, inventam, rapidamente, como metaforizar a ordem dominante fazendo suas leis e representações funcionarem sob outro registro” (DEL PRIORE, 1997, p. 274).

A institucionalização de um município, de uma cidade na fronteira induz a institucionalidade de integração fronteiriça. Mas, forças maiores não permitem ser realizada de acordo com os moldes do “povo”, dos mais “fracos”, dos subalternos, que aprendem suas maneiras de viver de acordo com a escola do cotidiano miúdo. Para tanto, os Estados buscam todas as formas para garantir maior interferência, controle e domínio, chegando, por vezes, a ceder em alguns pontos, mas sem comprometer a oficialidade. E, dessa forma, os Estados Nacionais são obrigados a conhecer melhor a realidade em questão; são obrigados - no caso da fronteira Brasil-Peru, no Acre e Amazonas - a compreender os aspectos históricos e geográficos, não mais para fazer a guerra, mas para institucionalizar a integração fronteiriça. Assim, Brasil e Peru buscam os acordos e fazem suas apostas, e, dentre elas, planejam, conjuntamente, investimentos na educação.

Conforme o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru sobre localidades fronteiriças vinculadas

As partes promoverão a cooperação em matéria educativa entre as localidades fronteiriças vinculadas, incluindo intercâmbio de docentes, alunos e materiais educativos. O ensino das matérias de História e Geografia será realizado com uma perspectiva regional e integradora. Ao ensinar Geografia se procurará enfatizar os aspectos comuns, ao invés dos limites políticos e administrativos. No ensino de História se buscará ressaltar os fatos positivos que historicamente uniram os povos através das fronteiras, promovendo nos alunos uma visão de vizinho como parte de uma mesma comunidade. (ARTIGO VII)

Sabemos que as relações internacionais são mais complexas e as intenções podem mudar de acordo com os interesses de cada momento histórico. Além do mais

As nações-estados de hoje não sobreviveriam muito tempo se sua população se educasse. Os países já educados tenderiam a incorporar-se a outros [...] Uma sociedade educada se tornaria e permaneceria altamente pluralista, com diversas hierarquias fluídas levemente, interligadas, baseadas em amplo número de critérios de valor independentes. Alguns poderiam ser ricos, outros poderosos, outros populares, outros ainda, amados ou respeitados ou fortes, mas muito poucos conseguiriam ser tudo de uma só vez durante muito tempo. (REIMER, 1975, p. 152)

E, embora a educação seja uma boa via para a integração entre os povos, Reimer pouco adiante escreve: “Não existe mágica educacional. Nem mesmo pessoas altamente educadas poderiam solucionar todos esses problemas em seu contexto atual.” (p. 152) A partir do momento em que houve efetivo investimento em educação, supõe-se que, houve também, melhores condições sociais, econômicas, políticas e culturais; isto implicaria em acessos mais democráticos; enfim, melhor qualidade de vida. No entanto, trata-se de um jogo em que nada é dado de graça e os que mais necessitam devem ser os mais interessados; “[...] os integrantes da comunidade devem ter um papel ativo, sendo os principais agentes de sua transformação” (DONADON, 2006). E, nesse jogo, diz Severino (1986, p. 98):

Dessa forma, o acesso ao saber, aos bens culturais em geral, é de fundamental importância para as classes subalternas. Ele

lhes dará instrumentos e recursos de luta contra a dominação. Por isso a escola pública, aberta e igualitária, é uma necessidade para essas classes, mesmo enquanto estiverem organizadas e orientadas pelas classes dominantes e hegemônicas.

Mas, ainda de acordo com Severino, a transmissão do saber escolar funciona como instrumento de trabalho e como necessidade de produção vital para a sociedade capitalista. E assim, as classes subalternas ao se apropriarem desse saber garantem a sua sobrevivência e fomentam a reprodução do sistema. Todavia, essa constatação não deve servir como “camisa de força”, ela precisa provocar reações capazes de superar as limitações dos agentes envolvidos numa determinada realidade social, como a de Santa Rosa do Purus, cuja população urbana, conforme relatório apresentado por (DONADON, 2006), se depara com uma situação de extrema vulnerabilidade social para muitas famílias, com condições básicas de vida precárias em termos de moradia, “[...] desemprego, violência doméstica, famílias desestruturadas, um índice muito grande de alcoolistas”, de gravidez na adolescência etc. Nos dizeres da autora: “[...] esperança perdida, representam muito mais que palavras. Elas expõem a degradação social vivida por muitos no Brasil e no mundo”.

O mundo é único. Entretanto existem setores que se combinam e formam um sistema global. Conforme Hobsbawm (2001, p. 46), “Definir a diferença entre as partes avançadas e atrasadas, desenvolvidas e não desenvolvidas do mundo é um exercício complexo e frustrante, pois tais classificações são por natureza estáticas e simples”, e a realidade não é nenhuma coisa nem outra.

Contudo, em lugares como Santa Rosa do Purus, algumas necessidades são mais alarmantes e vão além do “[...] nós somos desprovidos e desprotegidos pelo acesso” (E022), o que torna premente a solução dos problemas do município, uma meta a se atingir com projetos a partir de sua própria realidade. E se a educação não atua como grande alavanca de transformação social, ela é, ao mesmo tempo, “[...] uma práxis cujo sentido é intencionalizar as práticas reais pelas quais os homens buscam implementar sua existência” (SEVERINO, 2005, p. 69). É a partir do trabalho e das diversas ações que os homens se fazem existir material e simbolicamente e que,

portanto, educam e são educados. E isso faz da escola, se levada a sério, um espaço privilegiado para se pensar a realidade, repensar as práticas e projetar mudanças.

Mas, aqui, cabem algumas ponderações. Pensar a escola e suas possibilidades implica, antes de tudo, em compreender as bases reais de sustentação do ambiente escolar e seus limites. Em Santa Rosa do Purus a educação escolar acompanhou o desenvolvimento da região, não há como negar esse fato. Mas isso não significa que o atendimento escolar tenha sido posto como estratégia de desenvolvimento municipal. Não foi a escola que fundou a nova realidade social no Alto Purus. Pelo contrário, “A realidade municipal, com seus lugares e não-lugares destinados à educação é que funda a escola.” (CRUZ, PESSOA, 2007, p. 38)

Nessa perspectiva, segundo Bourdieu (1998, p. 41), “É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social”. Para o autor, essa ideologia da “escola libertadora” precisa ser desmistificada, desnaturalizada, pois o sistema escolar não promove a mobilidade social, mas, sobretudo, se afirma como um dos fatores mais ativos no âmbito da conservação social, e, ao fazê-lo, oculta as desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas.

Paul Thompson

Com certa frequência se ver o enquadramento da história entre dois extremos: ou a sua redução à busca das origens ou se idealizar uma história “imediate”, do presente, como se uma e outra não estivessem intimamente interligadas, imbricadas. “De disciplina erudita, nascida nas sombras dos claustros medievais, a história atualmente abre-se aos horizontes mais vastos da interdisciplinaridade.” (CLAIRE-JABINET, 2003, p. 9) Nesse sentido, a noção de cultura como o conjunto de práticas humanas, materiais ou simbólicas se caracteriza, por sua vez, como um fundamento básico da História, percepção plenamente desenvolvida com o advento da história nova.

“Os historiadores da Nova História passaram a escolher temas cada vez mais voltados para o cotidiano e as mentalidades” (SILVA, SILVA, 2006, p. 87). As conexões feitas entre História e Antropologia, História e Literatura, História e Sociologia etc., têm ajudado a compreender o cotidiano não mais como o puro dia-a-dia imbuído de monotonia e repetição, mas como tensões do vivido que estabelece o “[...] encontro/desencontro da vida cotidiana com a vida privada e da vida cotidiana com a História.” (MARTINS, 2008, p. 95)

Ao longo das páginas que deram corpo a este trabalho procurei compreender o processo histórico vivido no Alto Purus, período compreendido entre a segunda metade do século XX aos dias atuais (2008), com o olhar voltado para questões de âmbito educacional. Isso porque as mudanças que ocorreram na região não deixaram de repercutir na educação. Por exemplo, em 28 de Abril de 1992 foi criado o município acreano de Santa Rosa do Purus, acontecimento que, por si só, ajuda a pensar a educação escolar na região. Penso que a história de uma sociedade permite um panorama da educação, e vice-versa. A história é feita de diferentes maneiras, coisas, pessoas, intenções, cultura... E com a educação não é diferente. A vida não cessa de proporcionar maneiras de o ser humano pensar a educação e de aprender. Afinal, as leituras são infinitas.

Sem querer ser impertinente ou cansativo, com divagações pessoais, lembro de um livro que contribuiu com minhas primeiras reflexões acerca do Alto Purus: “*Memórias de um seringueiro*”. Nunes (1996) escreveu esse livro baseado na tradição oral. Foi-lhe de grande valia a contribuição do dia a dia de pessoas comuns e de narradores como seu Amaro, antigo conhecido seu, cujo nome tomou emprestado para personagem principal do romance. O texto

literário é uma forma de dizer que a documentação oficial não é a única a ser utilizada pelo historiador. E se a literatura não é necessariamente fonte histórica, ao menos aqui, ela me deu inspiração e suporte para ampliação do olhar. A idéia do livro, conta-nos o autor, ocorreu quando ele depois de muitos anos visitou a região onde nasceu. O reencontro com uns poucos amigos e conhecidos, que ainda eram vivos, fez-lhe aflorar lembranças do tempo de criança. As conversas com os velhos amigos traziam-lhes uma memória do tempo em que o Alto Purus, na fase áurea da borracha, contribuía com a maior produção de todo o rio e com a borracha de melhor qualidade da Amazônia. Lembravam também das “estórias” que o velho Amaro contava. Para Nunes, lidar com a memória do Alto Purus significa manter uma relação dialética com a região onde nasceu, e mais, é uma questão de identidade.

Segundo Le Goff (2003, p. 469), “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” Febre e angústia, dois fatores fundamentais para que o livro de Jersey de Brito Nunes nascesse. O corpo que ardia trazia uma alma ansiosa para ver escritos muitos “fatos passados” no Alto Purus. E os muitos anos que o autor passou distante dali foram de encontro ao pedido de velhos amigos e conhecidos para que ele livrasse o Purus das “brumas do esquecimento”. Diz Nunes, ainda na apresentação da obra acerca dos velhos amigos: “Lembraram-se então que ninguém melhor do que o autor que é filho da região e conhece toda ela, estava designado para cumprir tal missão”. O meu caso não foi nem missão nem pedido de amigos. Todavia, eu, arbitrariamente, comparo o meu retorno a Santa Rosa do Purus ao de Nunes. Retorno não apenas para lembrar o passado, mas, sobretudo para, a partir do passado, fazer uma reflexão do presente.

Entretanto não se trata do presente como ponto de chegada nem, simplesmente, como ponto de partida. Trata-se de uma relação dialética, de um movimento histórico cheio de altos e baixos e tensões; espaço de mudanças, centro do acontecer histórico, vida cotidiana (HELLER, 2004). De meados do século XX ao início do século XXI as mudanças acontecidas no Alto Purus, que nem sempre foram lentas, aconteceram de maneira ininterrupta. E o ribeirinho teve, muitas vezes, de travar um enfrentamento consigo mesmo, com suas

idéias, seus valores, seus costumes, suas lembranças. Lembranças de um tempo em que a vida no rio Purus era levada de acordo com o ritmo do trabalho no “corte da seringa” e de pequenas lavouras. Porém, esse tempo deixou de existir e o seringueiro, entre outros ribeirinhos, viu-se deslocado do seringal, que rapidamente era transformado em pasto. Por outro lado, houve ribeirinhos que embora vivendo certo saudosismo em relação à borracha, ou em relação à madeira, se mantiveram livres por mais tempo do jugo das grandes fazendas fixando residência mais ao alto do rio. O problema maior aí era o isolamento, que se rompia apenas através do contato com os índios, e, quando muito, um ou outro regatão. Nas proximidades de Santa Rosa, o espaço natural era preenchido através de relações sociais estabelecidas entre índios, não-índios (brancos) e peruanos. Em termos mais radicalizados, conforme Martins (1998, p. 660), “Neste limiar do sexto século do Brasil ainda há muitos cenários remanescentes daqueles cenários iniciais da conquista e do desencontrado encontro de humanidades que com ela se cumpriu.”

Foi no cotidiano que índios e brancos, em momentos de conflitos ou em momentos de harmonia, construíram relações, definiram seu espaço, e, ao modo de cada um, projetaram o futuro. Firmaram-se exercícios de sociabilidades por intermédio de práticas educativas. Aprenderam e ensinaram com o movimento, com o “ciclo das águas”. De acordo com Samuel Benchimol (1977, p. 435), todos os tipos humanos e econômicos amazônicos “[...] agitam-se dentro desse panorama de cheias e secas, enchentes e vazantes, formado pelo rio. Roceiros e mariscadores. Seringueiros e castanheiros. Madeireiros e vaqueiros. Atravessadores e regatões.” E, assim, se constroem histórias e culturas – no plural, porque a geografia do rio, embora parecida, não é a mesma. “O regime e a época das enchentes e vazantes não são os mesmos em todos os rios. Variam de altura, intensidade, duração e período.” (BENCHIMOL, 1977, p. 436)

A trajetória cultural, histórica, econômica e social do ribeirinho torna capaz a compreensão da educação no Alto Purus, município de Santa Rosa do Purus. Esse município, conforme a fala de moradores, “demorou a ser criado”. Todavia, bem antes da criação do município, os ribeirinhos do Alto Purus já compreendiam o significado e a importância de uma circunscrição administrativa e autônoma naquele pedaço do Brasil, não apenas para a composição de um

governo de prefeito, vereadores, secretariado etc., mas, sobretudo, que esses organismos trabalhem juntos com a população para construir alternativas de melhoria de vida. Os mais antigos falam com pesar do tempo em que os filhos, e eles próprios, estavam em idade de receber educação escolar: “escola não tinha aqui” (E013), mas “Hoje as coisas melhoraram bastante. Nós temos a escola [...] Com muita luta, muita batalha, hoje nós temos o nível superior (UFAC)” (E001).

Pensar a educação consiste num exercício de elaboração mental e simbólica cujo olhar deve ser direcionado aos sujeitos sociais que se educam mutuamente e de acordo com os seus “[...] diversos estágios em sua vida cotidiana e em seu momento histórico” (SEVERINO, 2005, p. 144). E, conforme acrescenta Severino (2005, p. 59), “Dessa maneira, os homens desenvolvem práticas cujas ferramentas são fundamentalmente *símbolos*. Suas ações utilizam o equipamento de cultura simbólica. Dentre essas ações se destaca a educação.” Ainda de acordo com Severino (2005, p.154), “Na atual sociedade brasileira, mais do que nunca a escola é uma necessidade histórica. Mas, sua contribuição só se efetivará se for *lócus* de projeto”.

Numa perspectiva histórica, ainda segundo Severino (2005, p. 149), a educação “[...] acompanha o desenvolvimento da vida real em sociedade, vê como os homens organizam ao longo do tempo suas condições de existência.” Historiar a educação em Santa Rosa do Purus, ou melhor, no Alto Purus é também lembrar que a história de Santa Rosa do Purus é apenas uma pequena parte da história do alto rio e de sua gente. Gente ribeirinha para quem a escola ensina, de acordo com Martins (1998, p. 771 – 772), pelo menos duas coisas: a disciplina para ser uma pessoa de bem e o *ofício* de ler e escrever.

No mundo atual, as barreiras relacionadas à educação e ao sistema escolar ainda são intensas, mas, por outro lado, crescem também as possibilidades dos educadores atuarem como agentes de transformação social. Para tanto, são imprescindíveis a nossa disposição, a forma e as ferramentas com as quais atuaremos para o bem da humanidade enquanto educadores.

Por fim, espero que este trabalho possa contribuir para com os que se interessam ou venham a se interessar em estudar a história, o cotidiano e a educação no Alto Purus.

REFERÊNCIAS

ACUNÃ, Cristóbal de. *Descobrimientos do rio das Amazonas*, São Paulo, Brasiliana, 1941.

AQUINO, Txai Terri Valle de, IGLESIAS, Piedrafita Marcelo. Papo de índio: uma homenagem ao velho Pancho Kaxinaw á. In: *Página-20*, Rio Branco Acre, 26/03/2006. Endereço eletrônico: <http://www.pagina20.com.br>. Acesso em 21/05/2008.

ARIÈS, Philippe. Uma nova educação do olhar. In: DUBY, George (Org.). *História e nova História*, 3.ed. Lisboa: Teorema, 1994, pp.23-35.

_____. A história das mentalidades. In: LE GOFF, J (Org.). *A história nova*. 4. ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 153 – 176.

BENCHIMOL, Samuel. *O romanceiro da batalha da borracha*. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.

_____. *Amazônia: um pouco - antes e além – depois*, Manaus, Umberto Calderaro, 1977.

BOFF, Leornado. *Os caminhos da Igreja com os oprimidos: do vale de lágrimas à terra prometida*, 2.ed.,Rio de Janeiro, Codecri, 1981.

BOUDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Orgs.), 9 ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “*Casa de escola*”: cultura camponesa e educação rural. Campinas-SP: Papyrus, 1983a.

_____. *O que é educação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983b.

_____. *A educação como cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Representações do trabalho entre lavradores de Mossâmedes. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues, RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). *Campesinato*

goiano: três estudos – Coleção documentos goianos, 16. Goiânia, Editora da UFG, 1986, pp. 119 – 156.

_____. *Memória/sertão: cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão*, São Paulo: Cone Sul: UNIUB, 1998.

_____. *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável*. 2. ed. Brasília: MMA, Programa Nacional de educação Ambiental, 2005.

BRAUDEL, Fernand. *Estruturas do cotidiano*. Trad. Telma Costa, São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. In: LE GOFF, J (Org.). *A história nova*. 4. ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 125 – 152.

BURKE, Peter. *Sociologia e história*. Trad. Fátima Martins. Porto: edições Afrontamento, 1980.

_____. *A escrita da história*. Trad. Magda Lopes, São Paulo: EDUSC, 1992.

_____. *A revolução francesa da historiografia: a Escola do “Annales” (1929-1989)*. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1990.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à historiografia*. Trad. Laureano Pelegrin, Bauru-SP: Edusc, 2003.

CRUZ, José Adelson, PESSOA, Jadir de Moraes. *Ruralidades, saberes e sentidos da escola no meio rural em Goiás*. Relatório final, Núcleo de Estudos Rurais, Goiânia, FE-UFG, 2007.

CUNHA, Euclides. *Obra Completa*, v. 1, Companhia José Aguilar Editora, Rio de Janeiro, 1966.

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e vida privada. In: CARDOSO, C. F., VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história*, Rio de Janeiro: Editora Camus, 1997, pp.259 – 274.

DOSSE, François. *A história*. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

FACUNDES, José, MARTINI, Adair César. Políticas educacionais: da escola multisseriada. In: Revista *Olhar de professor*, Ponta Grossa MT, 2003, pp.99 – 118. Endereço eletrônico: http://www.uepg.br/olhardeprofessor/pdf/revista61_artigo07.pdf. Acesso em:16/05/2009.

FERREIRA REIS, Arthur César. *O seringal e o seringueiro*, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1953.

GARJADO, Marcela. Educação popular e conscientização no meio rural latino-americano. In: WERTHEIN, Jorge, BORDENAVE, Juan Díaz (Orgs.). *Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas*, Trad. Paulo Roberto Kramer e Lúcia Teresa Lessa Carregal, 2ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pp. 103 – 127.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia. Que é a sociologia?* 6. ed. Trad. Lupe Cotrim Garaude e José Arthur Gianotti, Rio de Janeiro-RJ: Difel, 1978.

GUARINELLO, Norberto Luis. História científica, história contemporânea e história cotidiana. In: *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 48, São Paulo, 2004. Endereço eletrônico <http://www.scielo.br>. Acesso em 14/10/2008.

GRECHI, D. Moacyr. Depoimento ao jornal *Varadouro*, ano II, n. 14. Rio Branco – Acre, março de 1979, p. 6.

HELLER, A. *O homem do Renascimento*, Lisboa: Presença,1982.

_____. *O cotidiano e a história*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875 – 1914*. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo, Rio de Janeiro: 2001.

_____. *Sobre história*. Trad. Cid knipel, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KLEIN, Estanislau Paulo. *As contribuições da igreja do Acre e Purus para a ética social*. Rio Branco, Acre: EDUFAC, 2007.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*, 26 ed., São Paulo, Brasiliense, 1994.

LAGROU, Elsje Maria. *A fluidez da forma, arte, alteridade e agência em uma sociedade ameríndia (Kaxinawá)*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*, 18 ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

LEAL, Cátia Regina Assis Almeida. *A arapuca armada: ação coletiva e práticas educativas na modernização agrícola do sudoeste goiano*, Goiânia, 2006 (Tese de Doutorado).

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LE GOFF, J. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, J. NORA, P. (Org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, pp. 68 – 83.

_____. (Org.). *A história nova*. 4. ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 26 – 64.

_____. *História e Memória*, trad. Bernardo Leitão [et al], 5. ed, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEI ESTADUAL, n. 1.028 de 28 de abril de 1992, Rio Branco Acre.

LEI ESTADUAL, n. 1. 063 de 9 de dezembro de 1992. Lei que altera a lei 1. 028. Rio Branco Acre, 1992.

LOUREIRO, Walderês Nunes. *O aspecto educativo da prática política*, Goiânia: CEGRAF-UFG, 1988.

MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Trad. Márcia C. de Sá Cavalcante. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MARINI, Luciano. A luta contra os deuses. In: MARTINS, J. S (Org.). In: *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS Fernando A. (Coord. Col), SCHUARCZS, Moritz Lílian (Org. vol). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1998, pp. 659 – 726.

_____. *A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anômala*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARTINELLO, Pedro. *A “batalha da borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico*. São Paulo, USP, 1985. (Tese)

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. A educação para além da escola: o caráter educativo dos movimentos sociais. In: PESSOA, Jadir de Moraes. (Org.). *Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais*. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

NUNES, Jersey de Brito. *Memórias de um seringueiro*. Rio Branco, Tico-Tico, 1996.

ODALIA, Nilo. *O saber e a história: Georges Dguby e o pensamento historiográfico contemporâneo*, São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. *O sertanejo, o brabo e o posseiro: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Maria da Glória de Queiroz, BADER, Clara Elizabeth Simão. *Educação Ambiental Para Alfabetizar*, Rio Branco, Ufac, 1985.

PENIN, Sônia. *O cotidiano e a escola: a obra em construção*. 2. ed. São Paulo-SP: Cortez, 1995.

_____. *A aula: espaço de conhecimento, lugar de cultura*. 4. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1999.

PESSOA, Jadir de Moraes. Artigo 128 sem rodeios. A educação rural na nova LDB. In: *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, 7(28), 1997a, pp. 149 – 158.

_____. *Cotidiano e história: para falar de camponeses ocupantes*. Goiânia: Editora da UFG, 1997b.

_____. (Org.). *Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais*. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

_____. *Saberes em festa: gestos de ensinar e aprender na cultura popular*. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

_____. (Org.). *Educação e ruralidades*. Goiânia: Editora da UFG, 2007.

PIMENTA, José. A História oculta da Floresta. Imaginário, conquista e povos indígenas no Acre. *Linguagens Amazônicas*, nº2, pp. 27-44, 2003. In: <http://www.ambafrance.org.br/refeb/projets/jpimenta2.pdf>. Acesso em 16/07/2008.

PIMENTEL FILHO, Ernesto. Perspectivas da história hoje: representação e micro-história. *Saeculum*. Revista de história, v. 2, João Pessoa-PB, jul-dez/1996, pp. 15 – 21.

RANCI, Costanzo. Relações difíceis. A interação entre pesquisadores e atores sociais. In: MELUCI, Alberto. *Por uma sociologia reflexiva*. Pesquisa qualitativa e cultura. Tradução de Maria do Carmo Alvos do Bomfim, Petrópolis: Editora Vozes, 2005, pp. 43 - 66.

REIMER, Everett. *A escola está morta: alternativas em educação*. Trad., Tony Thompson, Rio de Janeiro, 1975.

REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*, São Paulo, Editora Ática, 1996.

REVISTA VEJA. *Aproveitamento escolar. Ônibus é educação?* 19/11/2008. Endereço eletrônico: <http://educarparacrescer.abril.com.br/gestao-escolar/escolas-multisseriadas-404763.shtml>. Acesso em 16/05/2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Educação, ideologia e contra-ideologia*, São Paulo: EPU, 1986.

_____. *Educação, sujeito e história*. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

SHALINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes, São Paulo, Editora Unesp, 1992, pp. 39 – 62.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

SILVA, Myris M. *Diagnóstico sócio-econômico da área 14 – Chandless*, sem data.

SILVA, Deuzair José da. *Cultura e sociedade no município de Fazenda Nova (1953 – 1980): uma tentativa de micro-história*, Goiânia: UFG, 1997. (Dissertação de mestrado)

SIMIAND, François. *Método histórico e ciência social*, trad., José Leornado do Nascimento, Bauru-SP: EDUSC, 2003.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*, 3. ed., trad. Lólio Lourenço de Oliveira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, vol. 1e 2..

_____, *O rio comanda a vida*. 8. ed. Rio de Janeiro-RJ: Record, 1988.

VARADOURO, Ano I – n. 1. Rio Branco – Acre – Maio/1977.

VARADOURO, Ano I – n. 4. Rio Branco – Acre – Setembro/1977.

VARADOURO, Ano I – n. 14. Rio Branco – Acre – Março/1979.

WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. Trad. Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.